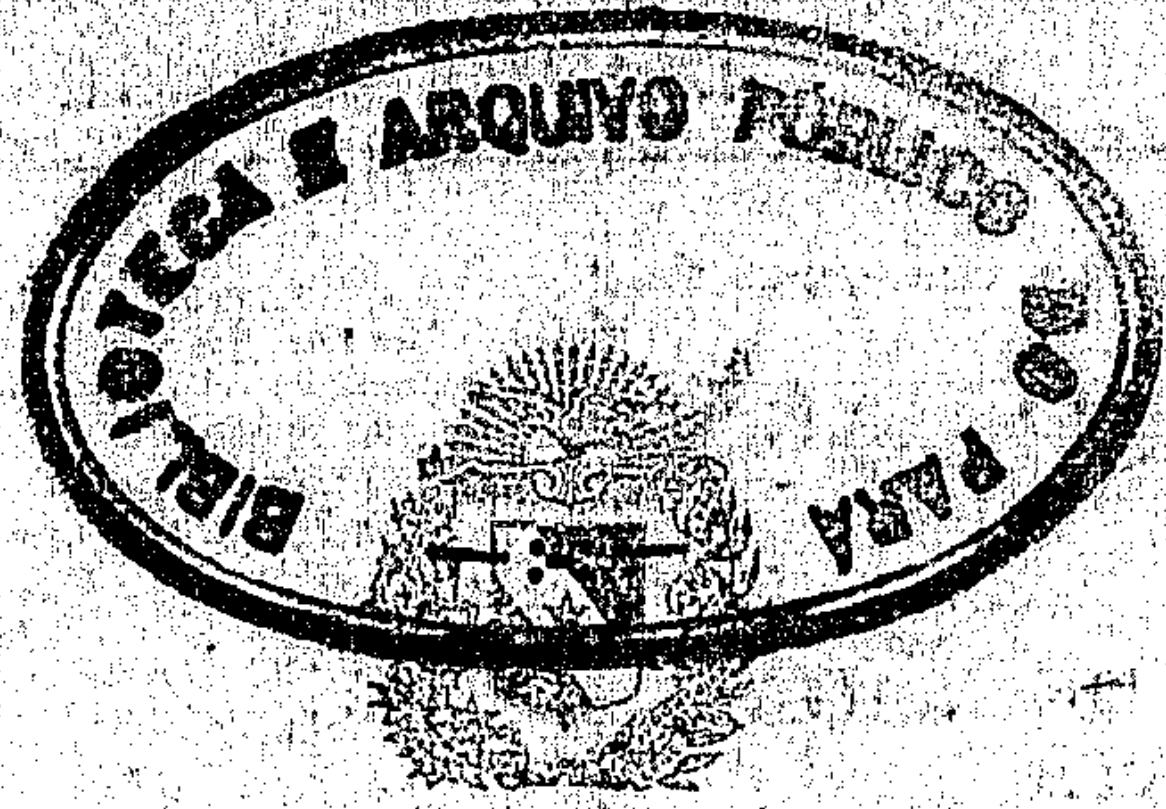




ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXVI — 67.º DA REPÚBLICA — N. 18.257

BELEM — TERÇA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1956

LEI N. 1.356 — DE 20 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 285.000,00, para refôrço da consignação "Inspeção da Guarda Civil" (tabela n. 25), subconsignação "Para aquisição de vestuários, uniformes, calçados, roupas de cama e material de expediente, do orçamento vigente".

A Assembleia Legislativa do Estado estatui e sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento em execução, o crédito suplementar de duzentos e oitenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 285.000,00), para refôrço da consignação "Inspeção da Guarda Civil" (tabela n. 25), subconsignação "Para aquisição de vestuário, uniforme, calçados, roupas de cama e material de expediente".

Art. 2.º O aumento da despesa consequente a esta lei correrá a conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.
Oscar Nicolau da Cunha Lauzi,
Secretário de Finanças.

LEI N. 1.357 — DE 20 DE JULHO DE 1956

Consigna a favor da viúva Paul le Coite a pensão mensal de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00).

A Assembleia Legislativa do Estado estatui e eu sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica estabelecida a favor da viúva do cientista Paul le Coite a pensão mensal de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00).

Art. 2.º O auxílio a que se refere o artigo anterior correrá a conta dos recursos disponíveis do Estado, no presente exercício financeiro.

Art. 3.º A presente lei entrará em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.
Oscar Nicolau da Cunha Lauzi,
Secretário de Finanças.

LEI N. 1.358 — DE 23 DE JULHO DE 1956

Da nova redação ao art. 8.º da Lei n. 761, de 8-3-1954.

A Assembleia Legislativa do Estado estatui e eu sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º O art. 8.º da Lei n. 761, de 8 de março de 1954 (Código Judiciário do Estado), passa a ter a redação seguinte:

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 8.º Os juizes de Direito da Capital funcionarão nas seguintes varas:

1.º Cível e Comércio, Orfãos, Interditos e Ausentes;

2.º Cível e Comércio, Acidentes do Trabalho, Assistência Judiciária;

3.º Cível e Comércio, Feitos da Fazenda Federal e autarquias respectivas, Sociedades de economia mista;

4.º Cível e Comércio, Provedoria, Resíduos e Fundações;

5.º Cível e Comércio, Menores delinquentes e abandonados, Registros Públicos;

6.º Cível e Comércio, Feitos da Fazenda Estadual e Municipal;

7.º Cível e Comércio, Casamentos e Feitos da Família, Falências e Concordatas;

8.º Feitos Penais.

Parágrafo único. Os pratesores do Termo Judiciário da Capital servirão, privativamente, três (3) no juízo penal e um (1) no Cível, tendo aqueles a designação de 1.º, 2.º e 3.º, na ordem da antiguidade, para o só efeito de distribuição dos serviços.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.
Aurélio Corrêa do Carmo,
Secretário de Estado do Interior e Justiça.

PORTARIA N. 22 — DE 7 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar o Padre José Cupertino Contente, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, para representar o Estado do Pará na XVI Sessão da Assembleia Geral do Conselho Nacional de estatística, a instalar-se na Capital Federal, a partir de 2 de agosto do corrente ano, sem ônus para o Estado.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Palácio do Governo, em 18 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.

PORTARIA N. 237 — DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Nomear Joaquim Luiz Reis e Sousa para exercer a função de Presidente do Conselho Escolar do Município de Salinópolis, ficando dispensado o atual titular

Domingos Barros Ferreira. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

(*) DECRETO DE 18 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve tornar sem efeito o decreto, de 31 de agosto do ano de 1955, que efetivou, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, o bacharel Romeu Ferreira dos Santos no cargo de "Consultor Jurídico" do Quadro Único, lotado no Departamento de Assistência aos Municípios.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 18 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.

Benedito Carvalho,
Secretário de Estado do Governo

(*) Reproduzido por ter sido publicado com incorreções no D. O. n. 18.255, de 21-7-1956.

DECRETO DE 18 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Eunice de Mendonça Ribeiro Alves, ocupante efetiva do cargo de Estatístico Auxiliar, Classe D, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Estatística, 45 dias de licença, de 11 de maio a 24 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 18 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.

Benedito Carvalho,
Secretário de Estado do Governo

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Maria de Nazaré Murta Menezes, no cargo de Estatístico-Auxiliar, classe B, lotado no Departamento Estadual de Estatística.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.

Benedito Carvalho,
Secretário do Estado do Governo

SECRETARIA DE ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado

resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimundo da Rocha Moraes do cargo de Adjunto de Promotor, do Quadro Único, lotado no Termo Único, da Comarca de Arariuna, que vinha exercendo em substituição ao titular Uldarico Adrião Tembra.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.

Aurélio Corrêa do Carmo,
Secretário de Estado do Interior e Justiça.

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado

resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea "a", da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Antonio de Paula Melo para exercer, em substituição, o cargo de Promotor Público do Interior, do Quadro Único, lotado na Comarca de Muana, durante o impedimento do titular Teófilo Américo Machado Carvalho.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.

Aurélio Corrêa do Carmo,
Secretário de Estado do Interior e Justiça.

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado

resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea "b", da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Joaquim Fonseca B. Rosa para exercer, interinamente, o cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, do Quadro Único, lotado no Termo Único, da Comarca de Ponta de Pedras, vago com a exoneração de Oscar Carneiro Ramos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de julho de 1956.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA,
Governador do Estado.

Aurélio Corrêa do Carmo,
Secretário de Estado do Interior e Justiça.

DECRETO DE 20 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado

resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Oscar Carneiro Ramos do cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, do Quadro Único, lotado no Termo Único da Comarca de Ponta de Pedras.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNADOR DO ESTADO:

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA

SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO:

Sr. BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Dr. AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Sr. OSCAR NICOLAU DA CUNHA LAUZID

SECRETÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. HENRY CHECRALLA KAYATH

SECRETÁRIO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO:

Dr. JARBAS DE CASTRO PEREIRA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Dr. JOSÉ CARDOSO DA CUNHA COIMBRA

SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO

Dr. JOSÉ MENDES MARTINS

* * *

As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação, nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser datilografados e autenticados, reservados, por quem de direito, rasuras e emendas.

A matéria paga será recebida das 8 às 15,30 horas, e, nos sábados, das 3 às 11,30 horas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas,

EXPEDIENTE

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Rua do Una, 32 — Telefone: 3262
Major HILDEBRANDO AZEVEDO
Diretor Geral

PEDRO DA SILVA SANTOS
Redator-Chefe

Materia paga será recebida:
Das 8 às 15,30 horas, diariamente, exceto aos sábados.

ASSINATURAS

CAPITAL
Anual Crs 500,00
Semestral Crs 300,00
Número avulso Crs 1,50
Número atrasado, Crs 2,00
ano

ESTADOS E MUNICIPIOS
Anual Crs 700,00
Semestral Crs 400,00

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Crs 2,00 ao ano.

PUBLICIDADE

1 Página de contabilidade, 1 vez Crs 800,00
1 Página comum, Crs 700,00
vez
Publicidade por mais de 3 vezes até 5 vezes inclusive, 10 % de abatimento.
De 5 vezes em diante, 20 % idem.
Cada centímetro por coluna — Crs 7,00.

Artem de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto a sua publicação, solicitamos aos senhores clientes deerm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Crs 1,50 ao ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Orlando Silva para exercer, interinamente, o cargo de Investigador, classe B, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, do Departamento Estadual de Segurança Pública, vago com a exoneração de Benedito Ferreira da Costa.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Francisco Coelho do Nascimento para exercer, interinamente, o cargo de Investigador, classe B, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, do Departamento Estadual de Segurança Pública, vago com a exoneração de Arthur Bastos Monteiro.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, José Moraes para exercer, interinamente, o cargo de Investigador, classe B, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, do Departamento Estadual de Segurança Pública, vago com a exoneração de Anastácio Farias de Sousa.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Benedito Ferreira da Costa do cargo de Investigador, classe B, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, do Departamento Estadual de Segurança Pública.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Arthur Bastos Monteiro do cargo de Investigador, classe B, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, do Departamento Estadual de Segurança Pública.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Anastácio Farias de Sousa do cargo de Investigador, classe B, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, do Departamento Estadual de Segurança Pública.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Julia James para exercer, interinamente, o cargo de Professor da Cadeira de Inglês, padrão I, do Quadro Único, lotado no Instituto de Educação do Pará, vago com a exoneração de Nathanael Farias de Leitão.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Nathanael Farias Leitão do cargo de Professor da Cadeira de Inglês, padrão I, do Quadro Único, lotado no Instituto de Educação do Pará.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Madalene Filardo Bassalo no cargo de Professor de 3ª entrada, padrão C, do Quadro Escolar "Placidia Cardoso".

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Ivonilde Rolim Mendonça Cecilio no cargo de Professor de 2ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar de Nova Timboteua.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com a Constituição Estadual, Antonia da Conceição Ferro Martins no cargo de Professor de 2ª entrada, padrão C, do Quadro Único.

com exercício no grupo escolar de Bragança.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Violeta Odete de Oliveira Costa no cargo de Professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Aldeia, Município de Bragança.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Maria Leny Tavares Noronha no cargo de Professor de 3.ª entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar "Dr. Freitas".

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Alexandre Santana Albernaz no cargo de Professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Igarapé Cravo, Município de Bujará.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Adalcina Cardoso no cargo de Professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Rio Abaeté, Município de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Iracema Monteiro dos Santos no cargo de Professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Iriteua, Município de Curuçá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Es-

tadual, Tereza Barral dos Santos, no cargo de Professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Ohar de Jesus, Município de Capim.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 19 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Maria de Nazareth Bittencourt Peres no cargo de Professor de 2.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar de Cametá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea a, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Vicente Ruy de Baccelar para exercer, em substituição, o cargo de Inspetor Escolar, padrão G, do Quadro Único, lotado na 1.ª Zona-Sede em Belém, durante o impedimento do titular Raimundo Ferreira Puget.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Isolina Louchard Rodrigues Amanajás no cargo de Preparador, padrão C, do Quadro Único, lotado no Colégio Estadual "Paes de Carvalho".

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Ester Alves Farias no cargo de Professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Travessa 98, Município de Anhangá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Zenalde Cardoso do Nascimento no cargo de professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Comandante Castilhos França, Município da Vigia.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Hilda Aquino de Oliveira, no cargo de professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Baixo Itaquiaçum, Município do Guamá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Samuel Aguiar Monte do cargo de Inspetor Escolar, padrão G, do Quadro Único, lotado na 1.ª Zona-Sede em Belém, que vinha exercendo em substituição ao titular Raimundo Ferreira Puget.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Benedita Izail Cardoso, professor de 3.ª entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar Pinto Marques, 90 dias de licença, para tratamento de saúde, a contar de 15 de março a 12 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Marcionila Queiroz da Silva, Servente equiparada do Grupo Escolar Augusto Olímpio, 60 dias de licença, em prorrogação, a contar de 9 de maio a 6 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Cluety Viana Mokarzel, professor de 3.ª entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, 60 dias de licença, em prorrogação, a contar de 4 de maio a 1 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Olinda Modesto Gonçalves, Professor de 3.ª entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar da Capital, 45 dias de licença, a contar de 12 de maio a 25 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Francisca Braga Coelho, professor de 3.ª entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar Rui Barbosa, 30 dias de licença, em prorrogação, a contar de 3 de maio a 1 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Lysis Cruz Bentes, Professor de 3.ª entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar "Professora Anésia", 45 dias de licença, em prorrogação, a contar de 6 de junho a 20 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria de Nazaré Sales da Costa, professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, lotada na escola do lugar Tomé Agui, Município de Acará, 45 dias de licença, em prorrogação, a contar de 1 de abril a 15 de maio do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria da Purificação de Azevedo Corrêa, Professor de 2.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar de Mosqueiro, 90 dias de licença, a contar de 18 de abril a 18 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 105, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Marcionila de Sousa Mendes, professor de 1.ª entrada, padrão A, do Quadro Único, lotado na escola do lugar Maguari, Ramal de Icoaraci, 60 dias de licença, para acompanhar pessoa da família, a contar de 11 de maio a 9 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra

Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Hilda Oliveira, Servente, classe A, do Quadro Único, lotado no Grupo Escolar "Pedro II" (3ª. entrância), 45 dias de licença, em prorrogação, a contar de 1 de junho a 15 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Nilza Teles do Couto Pinto, Professor de 1ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Sítio Boa Vista, Município de Acará, 90 dias de licença, a contar de 25 de março a 22 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Raimunda Costa Ferreira, Professora de 1ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Campinho, Município de Maracanã, 90 dias de licença, a contar de 15 de abril a 13 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 93, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Luciola Nogueira Teles, professor de 1ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola rural D. Jaime de Barros Câmara, Município de Anhangá, 45 dias de licença, para tratamento de saúde, a contar de 8 de maio a 21 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 93, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Felipa Botelho das Neves, professor de 2ª. entrância, padrão A, do Quadro Único lotada em grupo escolar do Interior, 90 dias de licença, em prorrogação, a contar de 10 de janeiro a 8 de abril do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Cacilda

Nascimento, professor de 1ª. entrância, padrão A, do Quadro Único com exercício na escola do lugar Colônia Ferreira Pena, Município de João Coelho, 90 dias de licença, a contar de 21 de maio a 17 de agosto do corrente ano.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Nágib Jorge Hage para exercer, interinamente, o cargo de Médico Clínico, classe H, do Quadro Único, lotado no Centro de

Saúde n. 2, da Secretaria de Saúde Pública.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Henry Kayath
Secretário de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 23 DE JULHO DE 1956

O Governador do Estado resolve exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Waldemira Paula de Barros do cargo de Dentista, padrão D, do Quadro Único lotado no Posto de Higiene da Pedreira, da Secretaria de Saúde Pública.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de julho de 1956.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHÃES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Henry Kayath
Secretário de Estado de Saúde Pública

GABINETE DO GOVERNADOR

Despachos exarados por S. Excia. o Sr. Governador do Estado.

Em 21/7/56

Processo n. 2045 — Protocolo 3063-GG, de Angela de Miranda Monteiro, pede efetividade — Deferido.

Processo n. 1853 — Protocolo 3062-GG, de Izabel de Melo Fiel, pede efetividade — Deferido.

Processo n. 1828 — Protocolo 3061-GG, de Juliana Leonardo Carvalho, pede efetividade — Deferido.

Processo n. 1706 — Protocolo 3061-GG, de Luiza Rodrigues de Leão, pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2055 — Protocolo 3059-GG, de Albenisa Barros de Lima, pede efetividade — Deferido.

Processo n. 1948 — Protocolo 3058-GG, de Benedita Gaia Barroso, pede efetividade — Deferido.

Processo n. 1203 — Protocolo 3057-GG, de Rita Izabel de Paula, pede efetividade — Deferido.

Processo n. 686-56 — Ref. C-8 — Protocolo 3056-GG, de Otavio Neves da Silva — Pede aposentadoria — Volte à Sec. de Educação e Cultura, para que opine o Sr. Secretário.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTICA

Despachos proferidos pelo Exmo. Sr. General Governador do Estado com o Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça.

Em 4-7-56

Ofícios:

N. 77, da Secretaria de Produção, anexo a petição n. 0944, de Oscar da Gama Feio, funcionário lotado naquela Secretaria, pedindo o pagamento de diferença de vencimentos — Encaminhe-se a S. I. J. para efeito de parecer.

Em 20-7-56

N. 120, da Secretaria de Produção, prestando informações a respeito dos serviços feitos nas Colônias "Augusto Montenegro", e "Capitão Poco", "Bragança" — Ao Dr. S. I. J. para o expediente a S. P. V. E. A. para o que pede o Dr. S. de Produção, a fim de ser executado o presente plano que eu aprovo.

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

Em 18-7-56

rio, sobre a gratuidade deste pedido de aposentadoria, em que a Prof. Otavio Neves da Silva, tendo estado mais de 19 anos em disponibilidade, quer contar este tempo para efeito de aposentadoria. Informa-se em que data a requerente em disponibilidade, onde se encontrava durante esses 19 anos e se durante esse tempo não houve vaga no magistério, para que fosse ela aproveitada para o serviço.

Petição protocolada pela S. E. C. sob n. 2258 — Protocolo 3055-GG, de Laurinda Santana de Sousa — Pede efetividade — Deferido.

Protocolo da (S. E. C.) Sec. de Educação e Cultura sob n. 2014 — Protocolo 3053-GG, petição de Honorita de Sousa Modesto, pede efetividade — Deferido.

Processo n. 1238 — Protocolo 3052-GG, de Suzana Ferreira Cordovil, pede efetividade — Opinar para o sr. Sec. de Educação e Cultura.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

Processo n. 2323 da (SEC) — Protocolado sob o n. 3051-GG, de Alexandra Santana Cardoso, Pede efetividade — Deferido.

0905 — Valdemar Melquiades de Souza, guarda civil, pedindo licença saúde — Ao D. P.

0934 — Sandoval Godinho da Silva, promotor público de Concelho do Araguaia, pedindo reconsideração de ato — Ao D. P. para dizer.

0935 — Osvaldo de Mendonça Viana, tratando da sorte da terras denominada "Cacaulinho", nesta cidade — A S. O. T. V.

0945 — Belarmino Mendes Aragão, sinaleiro, pedindo contagem de tempo — Ao D. P. para dizer.

0954 — Gualdino Magalhães, tratando do terreno que ocupa na área denominada "Cacaulinho" — A S. O. T. V.

0955 — Antonio Carlos Camarões Marques, guarda civil, pedindo contagem de tempo — Examine e diga o D. P.

0956 — Mario do Carmo Negro, guarda civil, pedindo licença saúde — Ao D. P. para parecer.

Ofícios:

Em 16-7-56

Sin. da Delegacia de Polícia de Anhangá, sobre o destacamento policial local — Ao Comando da Polícia Militar para fazer regressar os soldados do destacamento de Anhangá, se possível, mandar servir naquele município o soldado indicado.

N. 239, do Departamento Estadual de Segurança Pública, comunicando frequência de funcionário — Ao D. E.

N. 283, da Secretaria de Obras, Terras e Viação, sobre a área de terras requerida pelo Sr. Miguel Canela, em João Coelho — Ao D. E. S. P. para as providências solicitadas.

N. 74, da Secretaria de Produção, faz solicitação — A Secretaria do Governo.

Em 18-7-56

N. 264, do Departamento Estadual de Segurança Pública, encaminhando o laudo de inspeção de saúde do sinaleiro Artur Tiago da Costa Pereira — Ao D. P. para dizer.

N. 883, do Departamento do Pessoal, remessa de decretos de nomeação de Raimundo Silva e exoneração de Miguel Lobato — A D. E. para os fins devidos.

N. 156, do Departamento de Assistência aos Municípios, comunicando frequência de funcionário — Ao D. E. para os devidos fins.

N. 57, da Junta Comercial, requisição de material — A Secretaria do Governo, para o D. M.

Em 18-7-56

N. 410, do Tribunal de Contas do Estado, sobre o registro dos contratos de Padre Luiz Huitema, capelão, soror Ana Cassilda Reis, superiora Manoel Vitor Nazare dos Santos, Rosendo Barros Nunes, Adelia Paulina da Costa, Rosa Bezerril da Costa, Maria Pinto Mesquita, Francisca Ribeiro do Nascimento, Antonio Mendonça, para os serviços do Asilo D. Macedo Costa, Raimundo Rodrigues Paiva, para sinaleiro — Ao D. P.

N. 5, do Educandário Monteiro Lobato, sobre as transferências das professoras Hozana Paiva Cavalcante e Esmeraldina Figueira de Melo — Volte ao D. P. para sugerir.

N. 308, da Secretaria de Obras, Terras e Viação, sobre o lote de terras ocupadas por D. Ana Cardoso Campos da posse "Cacaulinho" — Ao D. E. S. P. para as providências solicitadas.

Em 19-7-56

N. 303, do Tribunal de Contas do Estado, comunicação que foi negado o registro ao contrato de arrendamento de terras ao Sr. Paulino Costa, no município de Obidos — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

N. 317, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro aos contratos de arrendamento de terras a Filomeno Aprigio Auzier, município de Obidos e Anselmo Machado, em Tucuruí — A S. O. T. V.

— N. 321, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi negado o registro dos contratos de arrendamento de terras devolutas a Aida Damasceno Ferreira, Tucurui, Leopoldo Antonio Ferreira em Almeirim, Eduardo Souza, Tucurui, José Raimundo das Neves, Almeirim, Adeline Gonçalves de Araújo, Monte Alegre — A S. O. T. V.

— N. 342, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi indeferido os registros dos contratos de arrendamento de lotes de terras devolutas destinadas à indústria extrativa de castanha em Marabá, pertencente a Augusto Bastos Borabach, Rosenda Martins da Silva, Aziz Murran Neto, Fúad Nazar, e outros — A S. O. T. V.

— N. 335, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando o indeferimento de registro de contratos de arrendamento de castanhas Marabá, de Nilce Gonçalves Chuquira, Antonia Gomes Alves e outros — A S. O. T. V.

— N. 421, da Câmara Municipal de Belém, pedindo providências — Ao DESP.

— N. 505, da Assembleia Legislativa, sobre a conclusão do grupo escolar de Muana — A S. O. T. V.

— N. 506, da Assembleia Legislativa, solicitando reparos na rodovia João Coelho, Vigia — Ao D. E. R.

— Telegrama: Em 19-7-56

— N. 181, de Manuel Mendes, Prefeito de Soure, sobre a nomeação de João Marques dos Santos, para adjunto de promotor — A D. R. para informar

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça. Em 19-7-56.

— N. 438, da Câmara Municipal de Belém, solicitando providências junto ao D. E. A. — Ao Departamento de Aguas.

— N. 364, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi indeferido o registro de contratos de arrendamento de lotes de terras devolutas destinadas à indústria extrativa de castanhas em Altamira e pertencente a José Maria Meireles, Elmar de Alencar Meireles, Glaucio de Alencar Meireles e outros — A S. O. T. V.

— N. 433, do Gabinete do Governador do Território Federal do Amapá, solicitando expedição das carteiras modelo 19, no Serviço de Registro de Estrangeiros — Ao D. E. S. P. para os fins solicitados.

— N. 754, do Departamento do Pessoal (anexo o decreto de exoneração de Antonio Rosa da Cunha, lotado no E. M. Lobato). — Encaminhe-se.

— N. 365, do Tribunal de Contas do Estado, comunicando o indeferimento de registro de contratos de arrendamento de terras devolutas destinadas à indústria extrativa de castanha, no município de Alenquer, pertencentes a Hermogenes Cardoso, Otilinda Valinho, Antonio Valinho Filho e outros — A S. O. T. V.

— N. 372, do Tribunal de Contas do Estado, sobre o indeferimento de registro de contratos de arrendamento de terras devolutas destinadas à indústria extrativa de borracha em Altamira, pertencente a Raimundo Ciro de Moura, Judith Bezouro Curi e outros — A S. O. T. V.

— N. 524, da Secretaria de F. do Governo (solicitação) — A D. E. para providenciar.

— N. 366, do Tribunal de Contas do Estado, sobre o indeferimento de registro de contratos de arrendamento de lotes de terras devolutas, destinadas à indústria extrativa de castanha, borracha e da baleia em Altamira e Alenquer, pertencentes a Rosa Bogá Umbuzello, Maria de Almeida Neto, Jovino Ciro de Moura e outros — A S. O. T. V.

— N. 167, da Procuradoria Geral do Estado (anexo a petição n. 0943, de João Batista Figueira Marques, promotor público de Nova Timboteua, pedindo o pagamento de ajuda de custo) — Ao D. P. para dizer.

— Sjn. do Juízo de Direito de Castanhal (pedindo a publicação do edital de citação, em que são interessados Francisco Ezequiel de Anunciação e Maria Francisca de Sales) — Ao DIÁRIO OFICIAL, para publicar.

— N. 12656, do Departamento do Interior e da Justiça, Rio de Janeiro (encaminhando uma carta-rogatória expedida pelo Juízo da 6a. Vara da Comarca de Belém, para citação de Emilia Matilde de Engelhard Coates e seu esposo Frederic Ewert Coates, da cidade de Miami, Estados Unidos da América) — Restitua-se ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível.

— N. 267, do Departamento Estadual de Segurança Pública (pedido de pagamento de duodécimo) — A Secretaria de Finanças, com a solicitação de atendimento.

— N. 282, do Departamento Estadual de Segurança Pública (encaminhando o termo da rescisão de contrato de Jesus Ferreira Jommar, escriturário) — Ao D. P.

— N. 291, do Departamento Estadual de Segurança Pública (proposta de nomeação de Paulo Barbosa da Silva) — Baixe-se o ato.

— N. 12, do Juízo de Direito de Itaituba (pedindo a publicação do edital, referente à arrecadação dos bens deixados por Raimundo Nonato) — Publique-se. Ao "D. O.", para os fins devidos.

— N. 1, da Delegacia de Polícia de Acará (pedido de providências) — Oficie-se à Prefeitura Municipal de Acará, solicitando cooperar na recuperação do prédio em apreço.

— Sjn. do Juízo de Direito de Monte Alegre (autos de diligências judiciais sobre conclusão em que é acusado o delegado de polícia de Prainha) — Ao Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, para os devidos fins.

— N. 589, da Secretaria de Finanças (referente ao Sr. José Figueiredo, escrivão da Coletoria de Marabá) — De-se conhecimento ao interessado e arquivar-se.

— N. 679, da Assembleia Legislativa (tratando do ofício n. 878) — Agradecer e arquivar.

— N. 17, da Delegacia de Polícia de Moju (comunicação) — Acusar o recebimento.

— N. 686, da Auditoria da 8a. Região Militar (comunicação) — Agradecer e arquivar.

— N. 455, da Câmara Municipal de Belém (comunicação) — Cliente. Arquivar-se.

— N. 21, da Delegacia de Polícia de Portel (exoneração de delegado de Polícia) — Já estando exoneração, arquivar-se.

— N. 22, da Delegacia de Polícia de Portel (exoneração de comissário de Polícia) — Já estando exoneração, arquivar-se.

— N. 23, da Delegacia de Polícia de Portel (exoneração de comissário de Polícia da vila de Melgaco, naquêle município) — Já estando exoneração, arquivar-se.

— N. 611, do Departamento Estadual de Segurança Pública (transmissão de test. do ofício do D. E. R.) — Já tendo sido atendida a solicitação, arquivar-se.

— Sjn. da Delegacia de Polícia de Barcarena (comunicação) — Agradecer e arquivar.

— N. 3, do Educandário Monteiro Lobato — Cliente. Arquivar-se.

— Sjn. da Biblioteca e Arquivo Público (comunicação) — Agradecer e arquivar.

— N. 1, do Presídio São José (participação) — Agradecer e arquivar.

— N. 92, do Ministério da Agricultura (Caixa de Crédito da Pesca, Agência do Estado do Pará) — Cliente. Arquivar-se.

— N. 384, do Juízo de Direito da 3a. Vara da Capital (remetendo uma cópia da decisão que interveio o requerimento de Gilberto de Mendonça Vasconcelos, funcionário do D. E. R.) — Agradecer e arquivar.

Em 20-7-56.

— N. 282, do Departamento Estadual de Segurança Pública (sobre a rescisão de contrato de Maria Olga Coelho Reis) — Remeta-se ao Tribunal de Contas a 1a. via da rescisão de contrato.

— N. 294, do Departamento Estadual de Segurança Pública (sobre a retificação da nomeação de

Ernani Saraiva Amaral) — Ao D. P. para os fins devidos.

— N. 443, do Tribunal de Contas do Estado (sobre o registro da aposentadoria de Lúcia Dias Teixeira Bentes e o aumento dos proventos da aposentadoria de Georgeta Barata Magalhães Costa) — Ao D. P. para os fins devidos.

— N. 447, do Tribunal de Contas do Estado (sobre o registro dos contratos de Antonio Borges, Francisco Felix de Oliveira, Nehemias

Pedro Ausler, para guarda marítimo e a rescisão do contrato de Antonio Borges, guarda marítimo) — Ao D. P. para os fins devidos.

— N. 654, da Assembleia Legislativa (remetendo cópia da Resolução n. 19, de 19-6-56) — Acusar o recebimento e remeter cópia da resolução à S. F.

— N. 664, da Assembleia Legislativa (pedido de informações) — A S. E., para informar.

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE RECEITA

Expediente despatchado pelo Sr. Diretor do Departamento de Receita. Em 20-7-56.

Processos: Ns. 4461 e 4463, de Nahon & Irmão — A 2a. Seção, para os devidos fins.

— N. 4464, de Gonçalves Pereira & Cia. — A 2a. Seção, para os devidos fins.

— N. 4462, de Nahon & Irmão — A 2a. Seção, para mandar processar o despacho referente ao acréscimo verificado nos encontros 816 e 813 num total de 203 quilos, para o Estado do Maranhão — Em seguida, extrai-se o talão do Sr.

— N. 4471, de Iraci E. Ramos — Verificado e, após a baixa do manifesto geral, entregue-se.

— N. 4476, de A. Fonseca & Cia. — A 1a. Seção, para fazer o depósito.

— N. 4478, de E. Moacir Pereira & Cia. — Ao chefe da S. F. para providenciar, com urgência.

— N. 41, do Instituto Agrônomo do Norte — Verificado e, após a competente baixa no manifesto geral, entregue-se.

— N. 42, do Instituto Agrônomo do Norte — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 44, da Empresa de Navegação Aquidaban Ltda. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4474, da Empresa de Navegação Aquidaban Ltda. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4475, da Empresa de Navegação Aquidaban Ltda. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4473, do Colégio Santo Antonio — Verificado, embarque-se.

— N. 158, do Estabelecimento Regional de Subsistência — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 159, do Estabelecimento Regional de Subsistência — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 1768, do Serviço Especial de Saúde Pública — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 590, do Ministério da Agricultura — Verificado, embarque-se.

— N. 198, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos — A Contadoria, para informar.

— N. 4477, da Companhia Nacional de Navegação Costeira P.N. — Verificado, embarque-se.

— N. 4478, de Almir Araújo — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4476, de A. Fonseca & Cia. — Baixe-se portaria designando o funcionário Aristides Cardias para assistir, medir e informar.

— N. 4481, de Nicolau da Costa & Cia. Ltda. — Como pede a Seção de Fiscalização para providenciar.

— N. 4480, de Raimundo Soares Sá — A Seção de Fiscalização.

— N. 4482, de The Texas

Company (South America) Ltda. — Verificado, embarque-se.

— N. 106, da Biblioteca e Arquivo Público — A Contadoria para os devidos fins.

— N. 1268, da Secretaria de Estado de Saúde Pública — A Contadoria, para os devidos fins.

— N. 1269, da Secretaria de Estado de Saúde Pública — A Contadoria, para os devidos fins.

— N. 4163, do Ministério das Relações Exteriores — Ao conferente do armazem para permitir o embarque.

— Ns. 1041 e 1040, do Lloyd Brasileiro — Verificado, embarque-se.

— N. 4363, de Breyes Industrial Soc. Anon. — Baixe-se portaria designando o func. Joventino Coutinho, para assistir, medir e informar.

— N. 4485, de Francisco Carrico — A Seção de Fiscalização.

— Ns. 4484 e 4483, dos Estabelecimentos Freitas Ltda. — Verificado, embarque-se.

— N. 4486, de Eurico Ramos — Dada baixa no manifesto geral verificado, entregue-se.

— N. 4487, de A. Teixeira & Cia. — A Seção de Fiscalização.

— N. 4488, de Antonio Nunes Assunção — A Seção de Fiscalização.

— N. 4489, de J. Bastos & Cia. — A Seção de Fiscalização.

— N. 4490, de Laíres Ribeiro Duarte — A Seção de Fiscalização.

— N. 4491, de Avelino B. de Almeida — A Seção de Fiscalização.

— N. 4492, de Domingos L. Conceição (filial) — A Seção de Fiscalização.

— N. 4493, de Armenio Pereira de Souza — A Seção de Fiscalização.

— N. 4494, de Raimundo da Conceição Pereira — A Seção de Fiscalização.

— N. 249, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos — Verificado, e após a necessária baixa no manifesto geral, entregue-se.

— N. 1477, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura — A Contadoria para os devidos fins.

— N. 4340, de José Teodoro da Silva — A 1a. Seção, para aceitar o depósito.

— N. 4459, de Eduardo Costa Padrão — Dada baixa no manifesto geral de verificado, entregue-se.

Em 21-7-56.

Processos: N. 4479, de Pedro Rodrigues de Souza — A 1a. Seção, para processar o depósito.

— N. 1150, da SNAPP — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4274, da Companhia Industrial do Brasil — A 2a. Seção para os devidos fins.

— N. 4499, de J. Valdemar — Dada a baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4450, de Eduardo Costa Padrão — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

— N. 4541, da Cia. Química Rhodia Brasileira — A Seção de Fiscalização, para processar a

19

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

1. The first step in the process of the development of a new product is the identification of a market need. This is often done through market research, which can be conducted in a variety of ways, including surveys, focus groups, and interviews. The goal is to understand what customers want and need, and to identify any gaps in the current market.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

localização — Ao Sr. Consultor Jurídico para dar seu parecer.

Ofícios:

N. 187, do Departamento de Estradas de Rodagem, acusando recebimento do ofício-circ. 63, comunicando posse — Ao D. A.

N. 142, da Secretaria do Interior e Justiça, acusando recebimento do ofício-circ. 6, comunicando posse — Ao D. A.

Sin. da Coletoria Estadual de Muanda, remetendo mapa de Imposto Territorial — Ao D. C.

Sin. da Coletoria E. de Mosqueiro, remetendo mapa de Imposto Territorial — Ao D. C.

N. 922, do I. A. N., acusando recebimento do ofício 79, onde comunica ter 5 núcleos de abelhas fecundadas — A G. M. E.

N. 846, da Secretaria do Interior e Justiça, solicitando informação sobre uma transação de uma caçamba para a Prefeitura de Bujará — Ao D. A.

N. 107, do Departamento de Cooperativismo, solicitando cópia do regulamento desta Secretaria — Ao D. A.

N. 104, do Departamento de Cooperativismo, remetendo folha de frequência e pagamento — Ao D. A.

Sin. da Coletoria E. de Irituia, remetendo mapa de Imposto Territorial — Ao D. C.

Ofícios:

1708, de Raimundo Vicente de Farias; 1716, de Daniel Francisco Rodrigues; 1695, de Cicero Ferreira; 1693, de Raimundo Nonato Ferreira, requerendo lotes de terra — Ao D. C.

1620, de Manoel Pantoja, em resposta ao ofício-circ. 6, dando informações — Ao D. C.

1697, de José Cavalcante Ferreira; 1951 e 1952, de José Alexandre da Silva, requerendo bilhete de localização — Ao D. C.

Processos:

N. 2038, do Gabinete do Governador, solicitando informações sobre o Sr. José Lopes Filgueiras — Ao D. A.

N. 1914, de José Maria Araújo, solicitando informações sobre produtos agrícolas.

Memoranda:

N. 53, da G. M. E., comunicando ter uma galinha com sintomas do mal New-Castle — Ao D. A.

Petição:

1959, de Antonio Valente dos Santos. Leal, solicita tempo de serviço — Ao D. A.

Ofícios:

N. 922, do I. A. N., comunicando posse — Ao D. A.

Circ. sin. do Departamento do Material, comunicando posse — Ao D. A.

N. 23, da Coletoria de Guamá, enviando mapa de Imposto Territorial — Ao D. C.

N. 131, do Departamento de Classificação de Produtos, pede reatuação contida no ofício 121 — Ao D. A.

N. 130, do Departamento de Classificação de Produtos, remetendo boletim informativo referente ao mês de junho — Ao D. A.

N. 65, do Dr. Wilson Chaves, comunicando que retransmitiu o cargo de Diretor do Fomento ao Sr. Milton Miranda — Ao D. A.

N. 561, do Ministério de Agricultura, acusando e agradecendo recebimento do ofício-circ. 63, comunicando posse — Ao D. A.

N. 27, da Coletoria Estadual de Soure, remetendo mapa de Imposto Territorial — Ao D. C.

Processo:

N. 2038, restitua-se à Secretaria de Governo — Ao D. A.

Memoranda:

N. 36, do Diretor do Fomento, co-

municando que reassumiu cargo —

Ao D. A.

Em 13/7/56

Ofícios:

N. 846, da Secretaria do Interior e Justiça, solicitando informações — Ofício-se. Ao D. A.

N. 1576, da Secretaria de E. da Saúde, remetendo laudo de inspeção médica — Ao D. A.

N. 274, da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, comunicando posse — Agradeça-se. Ao D. A.

N. 799, da I. R. D. D. S. A. B., agradecendo e acusando recebimento do ofício 99 — Ao D. A.

N. 827, da Secretaria do Interior e Justiça, solicitando informações — Arquivo-se. Ao D. A.

N. 828, da Secretaria do Interior e Justiça, remetendo relação visada pelo chefe do governo — Arquivo-se. Ao D. A.

N. 54, da G. M. E., comunicando abandono de serviço — Ao D. A.

N. 1029, da Secretaria de E. do Governo, solicitando sementes — Ao D. A.

N. 53, da G. M. E., fazendo comunicação — Ao D. A.

N. 51, do Departamento de Administração, remetendo folha de pagamento do pessoal fixo — Ao D. A.

N. 52, do D. A., remetendo folha de pagamento do pessoal variável — Ao D. A.

N. 981, da Secretaria de E. do Governo, restituindo expediente constantes dos ofícios ns. 88 e 20 — Ao D. A.

N. 50, da G. M. E., solicitando providência de material — Ao D. A.

Petições:

1976, de Clarinda Pinheiro Abdon, solicitando inscrição no registro de sinal — Ao D. F.

1974, de Rogeria Teófilo de Melo, requerendo certidão de bilhete de localização — Ao D. C.

1978, de Oscar Figueiredo, requerendo título definitivo — Ao D. C.

1979, de Clovis Alves Figueiredo, requerendo bilhete de localização — Ao D. C.

1990, de Edite Alves Figueiredo, requerendo bilhete de localização — Ao D. C.

1891, de Oscar Alves Figueiredo, requerendo título definitivo — Ao D. C.

1724, de Geraldo Dallette Pinto de Lima; 1726, de Demócrito R. Noronha; 1723, de Raimundo Romal de Lima; 1705, de Waldomiro Lins de Lemos e 1768, de Odele Bittencourt Serra, requerendo bilhetes de localização — Ao D. C.

1683, de Raimundo Ferreira da Silva; 1688, de Maria Alexandre da Silva e 1322, de Laureano Gomes dos Passos, requerendo títulos definitivos — Ao D. C.

Em 16/7/56

Ofícios:

N. 1432, da Delegacia Fiscal do Pará, agradecendo comunicação de posse — Arquivo-se. Ao D. A.

Sin. de Milton Queiroz da Silva, pedindo equiparação — Ofício-se ao General Governador, encaminhando a presente petição. Ao D. A.

N. 1217, da Secretaria de Saúde Pública, encaminhando laudo de inspeção de saúde de Pedro de Sousa — Ao D. A. para tomar conhecimento.

N. 135, do Departamento de Classificação de Produtos, remetendo requerimento da funcionária Andréa Nunes — Ao D. A.

N. 1232, da Secretaria de Saúde Pública, remetendo laudos de inspeção de saúde de Atanagildo Araújo e Percio Franklin de Sousa — Ao D. A. para tomar conhecimento.

N. 1192, da Secretaria de

Saúde Pública, acusando comunicação de posse — Arquivo-se. Ao D. A.

N. 131, do Departamento de Classificação de Produtos, reitera solicitação contida no ofício n. 121/56. — Reitere-se o pedido do ofício n. 121 de fevereiro do corrente ano. Ao D. A.

N. 5, circ. da Secretaria do Interior e Justiça, fazendo comunicação — Ao D. A.

N. 4, circ. do Gabinete do Governador, pedindo informação — Arquivo-se. Ao D. A.

N. 122, do Gabinete do Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, fazendo solicitações — Arquivo-se. Ao D. A.

N. 133, do Departamento de C. Produtos, fazendo informação de que o sr. Atanagildo F. da Silva exerceu função de classificador — Dê-se ciência ao sr. Atanagildo F. da Silva, para que aguarde. Ao D. A.

N. 30, da Coletoria de Acará, remetendo mapa de impostos territorial — Ao D. C.

N. 1379, da S. P. V. E. A., solicitando a conclusão da prestação de contas da 2.ª parcela — Arquivo-se. Ao D. A.

N. 2132, do Gabinete do Governo, encaminhando petição de Aurora Rodrigues Branco, solicitando nomeação de servente p/ uma viúva existente no Departamento de Classificação de Produtos — Ao D. C. P. para informar. Ao D. A.

Portaria:

N. 170, do Sr. Secretário de E. de Produção, mandando servir no gabinete Lucibela P. de Carvalho — Ao Arquivo.

Memorandum:

Sin. de José Maria Chaves da Costa, fazendo solicitação sobre pagamento de três dias de vencimentos — De acordo com o parecer do Consultor Jurídico. Ao D. A. para providenciar o pagamento.

N. 115, da Seção de Fomento Agrícola no Estado do Pará, comunicando ter remetido sementes de mamão — Agradeça-se. Ao D. A.

Em 17/7/56

Petições:

1076, de Raymundo Gilde, requerendo bilhete de localização — Ao D. C.

1079, de Joaquim Rufino de Sousa; 1642, de Raimundo Martins Pantoja; 2068, de Raimundo Galdino de Oliveira, requerendo bilhetes de localização — Ao D. C.

1997, de Paulino de Leite Carvalho; 1999, de Antonio Miguel Taveira, requerendo títulos definitivos — Ao D. C.

Ofícios:

N. 811, da Inspetoria Regional da Divisão da Defesa Sanitária Animal em Belém, fazendo comunicação — Cliente. Dê-se conhecimento ao chefe da Granja e arquivar-se. Ao G. M. E.

N. 140, do Departamento de Classificação de Produtos, remetendo cópias das folhas de pagamento do mês de julho — Ao D. A.

N. 139, do Departamento de Classificação de Produtos, remetendo folha referente ao mês de julho — Ao D. A.

N. 138, do Departamento de Classificação de Produtos, comunicando frequência da funcionária Raimunda Fausta de Sena Borba — Ao D. A.

Sin. do Departamento de Colonização, remetendo frequência de funcionários — Ao D. A.

N. 21, da Coletoria de Camela, remetendo mapa de Imposto Territorial — Ao D. C.

N. 19, da Coletoria de Almeirim, remetendo mapa de Imposto Territorial — Ao D. C.

Ns. 131, da Coletoria E. de Baão; 23, da Coletoria E. de Igarapé-miri; 31, da Coletoria E. de Soure; 2004, da Coletoria E. de Alenquer e 66, da Diretor do Fomento Agrícola, remetendo requerimento de funcionário — Ao D. A.

Memoranda:

N. 1, do Gabinete do Governador, fazendo comunicação — Recebido. Ao D. A.

N. 57, do Administrador da G. M. E., solicitando que seja submetido a exame médico o trabalhador Guadencio Pinheiro — Ao D. A. para oficial à Secretaria de Saúde.

Em 18/7/56

Ofícios:

N. 131, do Departamento de Classificação, solicitando informações no ofício n. 131, remete em anexo cópias dos ofícios 60 e 121 — Ao D. A.

N. 134, do Departamento de Classificação de Produtos, solicitando providências no sentido de ser reparado o prédio onde funciona este Departamento — Ao D. A.

N. 7, circ. do Gabinete do Governador, solicitando informações sobre funcionários — Ao D. A.

N. 879, do D. P., solicitando informações no sentido de ser comunicado a este D. P. a função que desempenha o extranumerário distritista Humberto Ferreira da Silva — Ao D. A.

Circ. 7, do Gabinete do Governador, solicitando informações sobre funcionários — Ao D. A.

Processos:

N. 2043, da Secretaria de Obras, Terras e Viação, encaminhando requerimento de Honorata Ribeiro da Conceição Maia, requerendo compra de terras devolutas no lugar denominado Cachoeira da Nova Colônia, Município de Ourém, ofício-se demonstrando a S. O. T. V.

N. 575, do Departamento de Administração, comunicando que foi criado Novo Núcleo Colonial, denominado Igarapé Palheta — Remeta-se à S. O. T. V.

Memoranda:

N. 37, do Diretor do Fomento, enviando o requerimento de Pedro Sousa — Faça-se juntar o laudo médico para poder conceder pedido. Ao D. A.

N. 47, do Gabinete do Governador, apresentando o sr. Balbino Ribeiro de Araújo a quem o chefe do governo deseja ver facilitado os meios necessários para a sua localização nas terras da Colônia Capitão Poço, no Município de Ourém — Ao D. C.

Petições:

1870, de Ancila Castelo Branco; 1139, de José Pereira da Silva; 1701, de Vicente Matias Ferreira; 1874, de Albertina Gomes Campos; 1873, de Edgar de Oliveira Campos Filho; 1872, de José Carvalho da Cruz; 1819, de Arthur Sampaio Carepa; 1868, de Antonio Pismel de Brito; 1861, de Fausto José de Brito, requerendo bilhetes de localização — Ao D. C.

1689, de Francisco Rodrigues da Silva e 805, de Maria de Nazaré Silva, requerendo títulos definitivos — Ao D. C.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PORTARIA N 1144 — DE 12 DE JULHO DE 1956

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n. 157, de 24-12-1948, resolve:

Colocar a disposição do Serviço Militar Regional, o sr. José Maria Potyguara de Paula, Contabilista, ref. 18, classe 2, lotado na Seção de Contabilidade, sem onus para este D. E. R., a partir de 20.7.56. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 12 de julho de 1956.

Eng.º Antônio Pedro Martins Viana
Diretor Geral

PORTARIA N. 1143 — DE 12 DE JULHO DE 1956

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n. 157, de 24-12-1948, resolve:

Colocar a disposição do Serviço Militar Regional, sem onus para este D. E. R., o sr. José Marcos Coelho de Souza Araújo, Aux. de Eng.º, ref.

12, classe 1, lotado na S. E. P., a partir de 20.7.56.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 12 de julho de 1956.

Eng.º Antônio Pedro Martins Viana
Diretor Geral

PORTARIA N. 1115 — DE 11 DE JULHO DE 1956

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-lei n. 157, de 24-12-1948, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria n. 664/56 de 14.6.56 do D. G., que dispensou o sr. Manoel Nunes dos Santos, Aj. Mecânico Diesel, lotado no D. M. E. — Oficina Central, de acordo com a Resolução n. 18/56 de 4.4.56 do C. R. aprovado pela Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 11 de julho de 1956.

Eng.º Antônio Pedro Martins Viana
Diretor Geral

Eng.º Antônio Pedro Martins Viana
Diretor Geral

EDITAIS

ADMINISTRATIVOS

MINISTERIO DA MARINHA COMANDO DO 4.º DISTRITO NAVAL

Divisão de Intendência CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

Edital de Referência

De ordem do Exmo. Sr. Contra-Almirante, Comandante do 4.º Distrito Naval, chama a atenção dos interessados para o Edital que se acha publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado do Pará, na "Folha do Norte" e "Provincia do Pará", dos dias 17 e 19 de julho de 1956, referentes à Concorrência Administrativa que será realizada neste Comando, no próximo dia 31 de julho de 1956, para fornecimento às Unidades do 4.º Distrito Naval

sediadas em Belém e os navios da Marinha, surtos no porto desta Capital durante o período de 1.º de setembro a 31 de dezembro de 1956, dos grupos: 7 — Combustíveis; 17 — Material elétrico; 20 — Material de limpeza e conservação; 53 — Material de expediente; artigos de papelaria; máquinas para escritório e acessórios; 54 — Material de imprensa; 56 — Munição de boca; Subgrupos — "Mantimentos", "Açougue", "Padaria", "Aves e Ovos", "Laticínios", "Melhoria de rancho", "Dietas", "Verdura e frutas", "Rações preparadas" etc. 57 — Medicamentos — Aparêlhos, utensílios e vasilhames para laboratório — Drogas e reati-

vos — Utensílios e vasilhames para farmácia 61 — Material dentário — 64 — Material para cozinha e copa.

Comando do 4.º Distrito Naval, Divisão de Intendência, Belém Pará, em 23 de julho de 1956.

Newton Leal Campos
Capitão-Tenente (IM) Chefe da Div. de Int.
(Ext. — 24 e 26/7/56).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Aforamento de Terras
Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a sra. Eulice Batista Dantas, brasileira, casada, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Coqueiro, local denominado Anani, fronteiro a Pass. Triunfo, a qual vai até a estrada tronco.

Marco 1.2 pela lateral direita — 207,90m no rumo de 85°S.E.

Marco 2.3 — Rumo de 26°SW = 151,00 m.

Marco 3.4 — Rumo de 29°30'SW = 114,50m.

Marco 4.5 — Rumo de 89°30'SE = 200,00 m.

Marco 5.6 — Rumo 60°SW, 91,00 m.

Marco 6.7 — Rumo 87°S.W = 193,60 m.

Marco 7.8 — Rumo de 169°40'NW = 123,50 m.

Marco 8.9 — Rumo de 89°30'NW = 38,75m.

Marco 9.10 — Rumo de 28°17'NW = 173,00 m.

Marco 10.11 — Rumo de 56°NE = 166,10 m.

Marco 11.12 — pela estrada — Rumo de 89°NW = 129,50 m.

Área — 152.979,580 m². Forma irregular cercado com arame, fardado havendo no terreno 2 casas de enchimento, e um barracão, bem como plantação de pimenta do reino e mandioca.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria da Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 9 de julho de 1956.

Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras
(T. — 14.967 — 14, 24-7- e 3-8-56).

Aforamento de Terras

Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a sra. Izaura Gomes Barbosa, brasileira, casada, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Duque de Caxias, 25 de Setembro, Antonio Baena e Mercêdes, de onde dista 41,60 metros.

Dimensões: Frente — 4,60 metros. Fundos — 53,40 metros. Área — 245,64 m².

Forma regular. Confina à direita com o imóvel n. 248, e à esquerda, com o de n. 244. Terreno edificado sob o n. 246.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito pro-

testo ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria da Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 6 de julho de 1956.

Hildegardo Bentes Fortunato
pelo Secretário de Obras
(T. — 14.968 — 14, 24-7- e 3-8-56).

Aforamento de Terras

Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a sra. Maria Vasconcelos de Matos, brasileira, solteira, doméstica, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Ilha de Caratateua (Outeiro), com frente para a Estrada Nova.

Dimensões: Frente — 24,00 metros. Fundos — 200,00 metros. Área — 4.800,00 m².

Forma regular. Confina à direita com as terras da Prefeitura, e à esquerda, com a Posse de Sampaio de tal. Terreno com uma barraca.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria da Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 10 de julho de 1956.

Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras
(T. — 14.969 — 14, 24-7- e 3-8-56).

Aforamento de Terras

Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a sra. Alda Barreiros de Azevedo, brasileira, solteira, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: O terreno em apreço é o lote n. 41 do loteamento do Guamã, frente a Passagem.

Dimensões: Frente — 6,00 metros. Fundos — 126,00 metros. Área — 156,00 m².

Forma regular, baldio. Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria da Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 30 de julho de 1956.

Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras
(T. — 14.890 — 4, 14 e 24-7-56 — Crs. 120,00).

Aforamento de Terras

Sr. Engenheiro Hildegardo Bentes Fortunato, respondendo pelo Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a sra. Maria Theotonia de Santana Sandoval, brasileira, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Boaventura da Silva, Domingos Marreiros, travessa Souza-Franco e Quintino Bocaiuva, de onde dista 106,85 metros.

Dimensões: Frente — 4,60 metros. Fundos — 53,40 metros. Área — 245,64 m².

Forma regular. Confina à direita com o imóvel n. 248, e à esquerda, com o de n. 244. Terreno edificado sob o n. 246.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito pro-

testo ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria da Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 30 de julho de 1956.

Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras
(T. — 14.890 — 4, 14 e 24-7-56 — Crs. 120,00).

Dimensões:
Frente — 9,00 metros.
Lateral direita — 27,10 metros.
Lateral esquerda — 26,55 metros.

Linha de travessão 10,10 metros.
Tem uma área de 265,17875 m² e a forma de um quadrilátero irregular. Confina à direita com um o de n. 183. No terreno há uma barraca coletada sob o n. 181.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 16 de junho de 1956.

Hildegardo Bentes Fortunato respondendo pelo Secretário
(T — 14.892 — 4, 14 e 24-7-56 — Cr\$ 120,00).

Aforamento de Terras

Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a sra. Inácia Campos de Almeida, brasileira, viúva, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Alcindo Caceja, 9 de Janeiro, Mucajá e Padre Eutiquio, de onde dista 92,40 metros.

Dimensões:
Frente — 6,70 metros.
Fundos — 50,00 metros.
Área — 335,00 m².

Forma paralelogramica. Confina à direita com o imóvel de n. 1793 e, à esquerda, com o de n. 1797. No terreno há uma barraca coletada sob o n. 1795.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 2 de maio de 1956.

Valdir Acatauassu Nunes Secretário de Obras
(T. 14.891 — 4, 14 e 24-7-56 — Cr\$ 120,00).

Aforamento de Terras

Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o sr. Joaquim Bezerra Neto, brasileiro, casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Ilha do Mosquito, a Estrada 16 de Novembro, entre Estrada do Diamante, projeção e Estrada da Bateria, de onde dista 28,00 metros, fundos projetados para o interior da Ilha.

Dimensões:
Frente — 26,00 metros.
Fundos L. Direita — 89,90 m.
Lateral esquerda — 110,00 m.
Travessão — 37,00 m.
Área — 3.134,25 m².

Forma irregular. Terreno edificado com uma casa, contendo ainda plantações diversas.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Ofício da Prefeitura Municipal de Belém de 1956.
Valdir Acatauassu Nunes Secretário de Obras

Belém.
Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 12 de junho de 1956.

Aforamento de Terras
Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o sr. Julio Rodrigues do Nascimento, brasileiro, casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Mauriti, frente à Barão do Triunfo, Avenida Marques de Herval e Visconde de Inhaúma, de onde dista 134,00m. Limita-se à direita com quem de direito, e à esquerda, com terreno das Irmãs de Caridade São Vicente de Paula.

Dimensões:
Frente — 5,00 m.
Fundos — 60,00 m.
Área — 300,00 m².

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 12 de junho de 1956.

Valdir Acatauassu Nunes Secretário de Obras
(T — 14.973 — 14, 24/7 e 28/56)

Aforamento de Terras
Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o sr. João Maranhão, brasileiro, casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: O terreno em apreço fica localizado no triângulo formado pelas arterias: São Jerônimo (projeção), pista de acesso a Tito Franco e rua sem denominação do confronto do I.A.P.I., com frente para a rua São Jerônimo e continuando à esquerda com a rua do I.A.P.I.

Dimensões:
Frente — 38,50 m.
Fundos — 40,00 m.
Área — 154,00 m².

Forma paralelogramica. Confina os fundos com os terrenos do Super-Mercado.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 12 de junho de 1956.

Valdir Acatauassu Nunes Secretário de Obras
(Ext. — Dias 14, 24 e 3-7-56)

Aforamento de terras
O Sr. Dr. Eng. Valdir Acatauassu, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o sr. Julio Pereira da Silva, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Passagem Vitória, Castelo Branco, projeção da Boaventura da Silva, e Domingos Marreiros a 89,50 m.

Dimensões:

Frente — 6,10 m.
Fundos — 37,00 m.
Área — 225,70 m.
Forma regular. Confina à direita com o imóvel n. 33, e à esquerda com o de n. 37. Terreno edificado com o chalet n. 35.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente,

findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 20 de julho de 1956.

Valdir Acatauassu Nunes Secretário de Obras
(T — 11.511 — 21, 31/7 e 10/8/56 — Cr\$ 200,00).

ANÚNCIOS

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

A V I S O

A "Companhia Nacional de Navegação Costeira" — Patrimônio Nacional, avisa a quem interessar possa, que o Despachante Estadual Arthur S. Neves, estabelecido à Rua O de Almeida n. 63, com negócios de Despachos e Coorçanças, comunicou ter-se extraviado o conhecimento n. 241, do Rio de Janeiro, para este porto, relativo a Duas (2) caixas c/calçados de couro, marca "IV&F", embarcadas por O. Tolipan & Soeiro, e consignação a firma JAYME VILHENA & FILHOS Ltda., as quais foram transportadas pelo vapor "Itaimbé" vgm. 204, entrado em 19 do corrente. Se nenhuma reclamação for apresentada dentro do prazo do § 1.º do art. 9.º do Decreto n. 19.473, de 1930, com as modificações determinadas pelo Decreto n. 19.754, de 18 de março de 1931, será a carga entregue ao notificante, independente do original. Agência de Belém, 20 de julho de 1956.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA — PATRIMÔNIO NACIONAL — (a.) J. Dias Paes & Cia. Ltda., Agentes.

(T. 15.006 — 24, 25 e 26-7-56)

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

A V I S O

A Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, avisa a quem interessar possa, que a firma Antonio M. Ferreira & Cia. Ltda., estabelecida à Av. Padre Eutiquio n. 194, com negócio de Representações, comunicou ter-se extraviado os conhecimentos Nrs. 775, 776, 777, 778 e 779, de Santos para este porto, relativos a 60 caixas c/azeitonas, marcas "Fusa" (10), "AR & C" (20), "Sereia" (10) e "Limão" (20), embarcadas por Azevedo Lage Ltda., e consignados às firmas Fábrica União Indústria e Comércio S/A, A. Ramos & Cia., Augusto Moutinho & Cia., Lima, Irmãos & Cia., os quais foram transportados pelo navio "Araúmbó" vgm. 206, entrado em 3 do corrente. Se nenhuma reclamação for apresentada dentro do prazo do § do art. 9.º do Decreto n.º 19.473, de 1930, com as modificações determinadas pelo Decreto n. 19.754, de 18 de março de 1931, será a carga entregue ao notificante, independente do original.

Agência de Belém, 20 de julho de 1956.

Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional — J. Dias Paes & Cia. Ltda. — Agentes.

(T — 15.007 — 24, 25 e 26/7/56).

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

(Secção do Estado do Pará)

De conformidade com o disposto no art. 16 do Regulamento a que se refere o decreto n.º 22.478, de 20 de fevereiro de 1938, faço público que requerem inscrição no Quadro dos Advogados desta Secção da Ordem dos Advogados do Brasil, a laçharella em Direito Maria Lúcia Caminha Gomes, brasileira, solteira, domiciliada e residente nesta cidade, à rua dos Tamoios, n. 739.

Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, em 19 de julho de 1956.

(a) Emilio Uchôa Lopes Martins, 1.º Secretário.

(Ext. — 15.005 — 22, 24, 25, 26 e 27/7/56).

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

A V I S O

A Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, avisa a quem interessar possa, que a firma Eduardo Gomes de Azevedo, estabelecida à Rua Gaspar Viana, n. 74 (altos), com negócio de Representação, comunicou ter-se extraviado o conhecimento original nominativo n. 10, de Fortaleza para este porto, relativo a 20 sacos c/cenouras, marca "Eduardo", embarcadas por José Acoval Alcântara e consignados a Eduardo G. de Azevedo, os quais foram transportados pelo navio "Itaimbé" vgm. 204, entrado neste porto em 19 do corrente. Se nenhuma reclamação for apresentada dentro do prazo do § 1.º do art. 9.º do Decreto, n. 19.473, de 1930, com as modificações determinadas pelo Decreto n. 19.754, de 18 de março de 1931, será a carga entregue ao notificante, independente do original.

Agência de Belém, 20 de julho de 1956.

Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional.

(a) J. Dias Paes & Cia. Ltda., Agentes.

(T. 15.109 — 21, 22 e 24-7-56).

F. DE CASTRO, MODAS S/A

Levo ao conhecimento dos

srs. acionistas desta sociedade

de que se encontram à sua

disposição, na sede social, nas

horas do expediente, os do-

cumentos de que trata o art.

99 da lei das Sociedades Anô-

nimas.

Belém, 19 de julho de 1956.

(a) Antonio Baptista Fries,

D. Presidente.

(Ext. — 20, 22 e 24/7/56)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Justiça

DO ESTADO DO PARÁ

ANO XXI

BELEM — TERÇA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1956

NUM. 4.695

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

24.ª Conferência Ordinária da 1.ª Câmara Penal do Tribunal de Justiça do Estado, realizada no dia 17 de julho de 1956, sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. Arnaldo Valente Lobo.

Presente os Desembargadores: — Mauricio Pinto, Antonino Melo e Alvaro Pantoja; Procurador Geral do Estado: — Dr. Osvaldo de Brito Farias. — Secretário: — Dr. Luis Faria. — Licenciado: — Des. Souza Moita.

MATERIAL CIVIL

Agravo em Mesa — Capital — Agte. Albino Jorge Ferreira; Agdo. o venerando Acórdão n. 195. Relator, Des. Mauricio Pinto (adiado). Não Conheceram do agravo unanimemente. Tombou parte neste julgamento o Des. Milton Leão de Melo, membro da 2.ª Câmara devidamente convocado para este julgamento.

Agravo — Capital — Agte. Adalgiza Medeiros Branco de Carvalho; agdos. Carmen Fernandes Medeiros Branco e filhos. Relator, Des. Alvaro Pantoja (adiado). Apelação civil — ex-officio — Capital — Agte. o Dr. Juiz da 7.ª Vara; agdos. Antonio Matos dos Reis e Clelia Silvestre dos Reis. Relator, Des. Antonino Melo (adiado).

Resenha da 25.ª Conferência Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 18 de julho de 1956, sob a Presidência do Sr. Desembargador Arnaldo Lobo.

Presentes: Desembargadores Mauricio Pinto, Antonino Melo, Alvaro Pantoja, Lycurgo Sant'ago, João Bento de Souza, Julio Gouvêa, Milton Leão de Melo e o Dr. Osvaldo Brito de Farias; Procurador Geral do Estado. — Licenciados: Desembargadores Curcio Silva e Souza Moita. — Secretário: Dr. Luis Faria.

JULGAMENTOS

Habeas-corpus preventivo — Capital — Impetrante, Samuel Ribeiro Paiva, paciente, Cipriano Barros da Silva; Denegaram a ordem, unanimemente. Idem idem — Breves — Impetrante, Albano Augusto Alves Monteiro a seu favor; Concederam a ordem, unanimemente. Idem idem — Idem Impetrante, Raimundo Carvalho Ribeiro a seu favor; Concederam a ordem unanimemente.

Mandado de segurança — Capital — Requerente, Plínio Pinheiro; requerido, o Governo do

Estado. Relator, Sr. Des. Julio Gouvêa; Concederam o mandado unanimemente.

Reclamação civil — Bragança — Reclamante, o Dr. Juiz de Direito da Comarca, reclamada, a Prefeitura Municipal de Bragança; Adiada.

Reclamação civil — Capital — Reclamantes, Domingos Coimbra e Leivindo Gonçalves; reclamado, o Dr. Clodomiro Dutra de Moraes, Juiz de Direito de Curuçá; Preliminarmente, não conheceram da reclamação contra o

voto do Des. Mauricio Pinto que dela conhecia para encaminhá-la ao Tribunal Federal de Recursos.

Idem idem — Capital — Reclamante, o Dr. Procurador da Remate, o Dr. Procurador da Remate, pública neste Estado; reclamado, o Dr. João Gualberto Alves de Campos; Não conheceram da reclamação contra os votos dos Desembargadores Antonino Melo, Alvaro Pantoja e João Bento de Souza.

Os demais feitos foram adiados para a próxima conferência.

FORUM DA COMARCA DE BELEM

EXPEDIENTE DO DIA 19 DE JULHO DE 1956

Juiz de Direito da 3.ª Vara — Dr. OSVALDO POJUCAN

TAVARES. Executiva: A. Banco Moreira Gomes, R. Carlos Pereira Vinagre. — Deferiu o requerido as fis. re-

tro. — No requerimento de João de Paiva Menezes — Cite-se.

Inventário de José de Francisco Melo — Em declarações finais.

Arresto: A. Moacir Pinheiro Ferreira, R. R. A. Pinho.

Juiz de Direito da 4.ª Vara — Dr. WALTER NUNES

DE FIGUEIREDO. No requerimento de Agripino de Juca Bastos — Junte-se aos autos.

Agão de despejo: A. João Tourão Correia da Miranda, R. Auxiliadora Fonseca Tavares.

Marcou o dia 30 do corrente, às 10 horas, para audiência.

Desquite amigável: A. José de Lima Filho e Raimundo dos Santos Sena — Homologou o presente desquite, por mútuo consentimento.

Idem de Antonio Alves de Melo, R. Mário José Carvalho Melo — Julgou procedente a presente agão.

Juiz de Direito da 5.ª Vara — Dr. JOSE AMAZONAS

PANTOJA. Deferiu os pedidos de registros de nascimento de Helemilisa Maria da Silva, Helena de Jesus da Sil-

va, Maria Celina Ribeiro, José Alberto Ribeiro, José de Almeida Dias. — Julgou procedente a ação de despejo movida pelo dr. Des. de Machado de Mendonça e esposa contra Silvia Assunção Euclides Assunção e Margarida Schilclides Assunção e com o prazo de vinte dias desocupação do prédio.

— Ofício do Banco da Lavoura de Minas Gerais — Conclusos.

— Deferiu o pedido de Lucila da Silveira Gonçalves para retificação.

— Deferiu o pedido de retificação formulado por Miguel Monteiro da Mata.

Juiz de Direito da 6.ª Vara — Dr. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES.

No requerimento de Carlos Santiago & Cia. Ltda. — Conclusos.

Idem de Ana Margarida Freitas de Castro — Conclusos.

Despejo: A. Claudio Lima de Vasconcelos Chaves, R. Gelmeiz Gomes — Para o recurso que é de cinco dias.

No requerimento de Artur Ribeiro Vieira — Conclusos.

— Consignação de pagamento: A. Nunes Resque Ltda. R. Ilidio Medeiros.

— Pretoria do Civil e Comércio — Pretora — Dra. LEDA HORTA.

DE SOUZA MOITA. No requerimento de Elizabetha Bonfatti Forte — Conclusos.

Agão de despejo: A. Maria José da Silva, R. R. E. S. Martins — Indeferiu o pedido de abstenção de instância.

EDITAIS

JUDICIAIS

COMARCA DE ITAITUBA

Beis de Ausentes

O Doutor Walter Bezerra Falcão, Juiz de Direito da Comarca de Itaituba, Estado do Pará, etc.

Faz saber aos que o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juiz e cartório do escrivão que este subscrive, se processa a arrecadação dos bens deixados por

Raimundo Nonato, cujo óbito ocorreu no lugar denominado Pedra Branca, Parana do Moreira, nesta Comarca, no dia primeiro de novembro de 1955, de nacionalidade brasileira, no estado de solteiro, sem ter deixado herdeiros conhecidos nesta Comarca nem testamento, pelo presente edital que será afixado na sede deste Juiz, no lugar de costume e por cópia publicado seis vezes com intervalo de trinta dias, cita os herdeiros e credores prováveis do "de cujus", para no prazo de seis meses, que correrá da data da primeira publicação do presente, se habilitarem no processo referido, cujos bens arrecadados se acham em depósito no cartório desta cidade.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado e no "Jornal de São do Estado", da vizinha Comarca. Dado e passado nesta cidade de Itaituba, sede da Comarca do mesmo nome, Estado do Pará, aos vinte e dois dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e seis. Eu, Felipe Rodrigues Gomes, escrivão datilografado e subscrito. — Walter Bezerra Falcão. (G. — Dias 24/7, 24/8, 24/9, 24/10, 24/11 e 24/12/1956).

COMARCA DE CASTANHAL

Assistência Judiciária

Edital de Citação para conhecimento de terceiros, pelo prazo de trinta dias.

O Doutor Raimundo de Padua Costa, Juiz de Direito de Castanhal.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Francisca Ezequiel de Anunciação e Maria Francisca de Sales, se processa uma ação de usucapião, em que é objeto uma área de terras, sito nesta cidade, rua Cel. Leal, número 2934, medindo vinte e dois metros de frente por quarenta e quatro metros de fundos, cuja petição inicial é a seguinte: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca. Dize Francisca Ezequiel de Anunciação e Maria Francisca de Sales, brasileiras, viúvas, domésticas, residentes nesta cidade, patrocinadas por seu assistente Judiciário, no gozo do benefício da Justiça gratuita, o seguinte: 1.º Que as petionárias, que são irmãs, ocupam há quarenta anos, um imóvel, sito na rua Cel. Leal, número 2934,

nesta cidade, medindo 22 metros de frente e 44 metros de fundos, tendo como confinantes, do lado esquerdo, o Sr. Othon Oliveira de Souza, nos fundos, o Sr. Manoel Alves de Moraes; do lado direito, João Salustiano de Souza. 2.º Que as suplicantes têm no dito imóvel uma barraca construída de taipa, coberta de cavacos e embarreada, contendo uma pequena sala, um quarto, corredor e cozinha, estando o quintal todo plantado de fruteiras, isto é, de laranjeiras, jabuqueiras, abacateiros, cupuaçazeiros, cacaueiros, bananeiras, cafeeiros, etc. 3.º Que a pequena renda dessas fruteiras vem auxiliando as suplicantes na sua manutenção; 4.º Que a posse do dito imóvel e das benfeitorias que ali existem, nunca lhes foi disputado, entretanto, agora, um Senhor de nome Antônio Germano Vieira, pretende desapossá-las e para ali fez transportar axas de madeiras, com o intuito de derrubar o cercado existente e levantar outro. 5.º E como as suplicantes possuem o aludido imóvel, tal como se acha supra descrito, há quarenta anos, tendo como seu, querem, com a ação de usucapião, legítima a posse, nos termos da lei federal número 2437, de 7 de março de 1955, que deu nova redação ao artigo 550 do Código Civil, estatuinte que "Aquele que, por vinte anos sem interrupção nem oposição, possuir como seu um imóvel adquirindo-lhe a propriedade, independentemente de título de boa fé, que, em tal caso se presume, podendo requerer ao Juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição no registro de imóveis". 6.º Requerem as suplicantes, para o dito fim, a designação de dia, hora e lugar para a justificação exigida pelo artigo 451 do Código de Processo Civil, na qual deverão ser inquiridas as testemunhas. — Augusto Justino de Oliveira, Pedro Ribeiro da Silva, Manoel Graciliano de Freitas e Francisco Arrais Vieira. 7.º Requerem, outrossim, que feita a justificação e julgada, quanto baste para a prova do alegado, sejam citados pessoalmente os confinantes, o representante do Ministério Público, e, mediante edital com o prazo de trinta dias, os interessados, incertos e desconhecidos. Provas todas as admissíveis em direito que, oportunamente, serão indicadas. Valor da causa. — Cr\$ 10.000,00. Nestes termos, D e A. Pedem deferimento. Castanhal, 16 de março de 1956. P. P. Mariano Antunes de Souza. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente edital e mais de igual teor, para ser publicado na imprensa e afixado no lugar de costume. Eu, Aldorando M. Canôf, escrevivo, datilografei e subscrevi. — Raymundo de Padua Costa. (G. — Dia 24/7, 14 e 23/56)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que estão em meu Cartório, com vista ao Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, pelo prazo de cinco (5) dias, a contar da publicação deste, os autos de Embargos Penais, da Comarca desta Capital, sendo embargante — Aldemir de Souza Cruz, e embargada — a Justiça Pública,

a fim de serem os mesmos impugnados dentro do referido prazo.

Dado e passado nesta Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, aos 23 dias do mês de julho de 1956. — Wilson Rabele, escrevivo.

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Edson Machado Campos e a senhorinha Euzenia Moreira Pombo.

Ele diz ser solteiro, natural do Maranhão, brasileiro, domiciliado nesta cidade e residente à tv. 9 de Janeiro, 964, filho de José Pereira Moraes e de dona Raimunda Machado Campos.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à tv. Bom Jardim, 372, filha de Herculanio Pombo e de dona Maria D'Almeida Pombo.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de Julho de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino.

Regina Coeli Nunes Tavares (T — 14.933 — 17 e 24/56)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Edir Couto dos Santos e a senhorinha Terezinha do Menino Jesus do Amaral Celso.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, militar, domiciliado nesta cidade e residente à tv. 9 de Janeiro, 112, filho de João Tavares dos Santos e de dona Maria Luiz Couto dos Santos.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à av. Alcindo Caceres, 694, filha de Francisco de Araújo Celso e de dona Carolina do Amaral Celso.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de Julho de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino.

Regina Coeli Nunes Tavares (T — 14.984 — 17 e 24/56)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. José Paulino da Silva e a senhorinha Osmarina Alves da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Americano, funcionário federal, domiciliado nesta cidade e residente à Av. Ceará, 67, filho de Raimundo Paulino da Silva e de dona Tereza de Jesus Marques da Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à trav. Quintino Bocaiuva, 524, filha de Balbina Alves da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de Julho de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino.

Regina Coeli Nunes Tavares (T — 14.978 — 17 e 24/56)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Alvaro Pereira Serra e a senhorinha Benedita Rosa do Nascimento.

Ele é viúvo, natural do Estado do Pará, Bragança, construtor, domiciliado nesta cidade e residente à trav. da Estrela, 190, filho de Benedito de Moraes Serra e de dona Tereza Pereira de Moraes Serra.

Ela é solteira, natural do Estado do Pará, Miraselvas, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. da Estrela, 190, filha de Domingos Rosa do Nascimento e de dona Sebastiana Antonia de Figueiredo.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de Julho de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos, nesta Capital, assino.

Regina Coeli Nunes Tavares (T — 14.979 — 17 e 24/56)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Raimundo Araújo da Costa e dona Dionisia Bonfim de Araújo.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, estivador, domiciliado nesta cidade e residente em Marabá, 25, filho de Benjamim Antonio da Costa e de dona Maria Santa Erida da Costa.

Ela diz ser solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente em Marabá, 25, filha de dona Francisca Bonfim de Araújo.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de Julho de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino.

Regina Coeli Nunes Tavares

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Pedro Aragão Bastos e a senhorinha Francisca de Assis Barbosa de Oliveira.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, pintor, domiciliado nesta cidade e residente à rua Silveira Castro, 66, filho de Liberalino Aragão Bastos e de dona Teotonia Aragão Bastos.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Av. José Bonifácio, 95, filha de Raimundo Davi de Oliveira e de dona Sefira Barbosa de Oliveira.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de Julho de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

(Continuação)

tu, no parecer, a questão da falta de aposição da estampilha de Caridade, nos autos. Entretanto, o plenário não ignora, porque há uma decisão que foi convertida em Resolução, que esclarece: tratando-se de prestação de contas de funcionário público ou de repartição pública, está isenta do selo de Caridade. Daí porque a Auditoria não havia atentado para essa providência.

Nos termos da letra e) do Ato n. 5, o sr. ministro presidente designa relator do processo n. 1662, o sr. ministro Mário Nepomuceno de Souza.

Por último, é anunciado o início do julgamento do processo n. 2635, referente à prestação de contas da Pia União do Pão de Santo Antônio, do auxílio de Cr\$ 30.000,00, recebido do governo do Estado em 1955.

De acordo com a letra d) do Ato n. 5, o dr. auditor, Armando Mendes, faz a exposição: "O Auxílio de Cr\$ 30.000,00, recebido pela Pia União do Pão de Santo Antônio, no exercício de 1955. O processo está em condições de julgamento.

Com a palavra, o dr. procurador

capital, assino.

Regina Coeli Nunes Tavares (T — 14.981 — 17 e 24/56)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Raimundo Guilherme Gomes e a senhorinha Tereza Batista da Costa.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, mecânico, domiciliado nesta cidade e residente à rua São Miguel, 671, filho de Estelito Paramiry Gomes e de dona Narda Raimunda Gomes.

Ela é também solteira, natural do Pará, Abasté, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à rua São Miguel, 671, filha de Raimunda Campunha.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de Julho de 1956.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, oficial de casamentos nesta Capital, assino.

Regina Coeli Nunes Tavares (T — 14.982 — 17 e 24/56)

EDITAL

De citação, com o prazo de trinta (30) dias, ao Exmo. Sr. Alvaro Paulino da Silva e Cunha, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Pará.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14/55 ("D. O." de 19/55), e em obediência ao Acórdão n. 1.332, de 15/6/56, cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante trinta (30) dias, o Exmo. sr. Alvaro Paulino da Silva e Cunha, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Pará, para, no prazo de (10) dias, após a última publicação no DIÁRIO OFICIAL, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Prestação de Contas, exercício financeiro de 1954 (mil novecentos e cinquenta e quatro). — Processo n. 763, pois os documentos e comprovantes apresentados revelaram irregularidades apontadas pela Seção de Tomada de Contas, pelo sr. auditor e pelo Juiz designado para dar o voto orientador, o que define a responsabilidade do sr. Alvaro Paulino da Silva e Cunha, sujeita à defesa prévia.

Belém, 18 de Junho de 1956.

Adolpho Burgos Xavier

Ministro Presidente

(Dias 23, 24, 26, 27, 28, 29/6; 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27 e 28/7)

expressa o parecer de fls. 17 dos autos.

O dr. auditor, a seguir, lê o relatório de fls. 19 dos autos.

Ainda de conformidade com a letra d) do Ato n. 5, o sr. ministro presidente concede a palavra por 10 minutos ao dr. procurador para, se quiser, aduzir novos argumentos. Diz o dr. procurador nada ter a acrescentar.

Igualmente, o dr. auditor tem 10 minutos para aduzir novos argumentos ao seu relatório, se assim desejar. Declara o dr. auditor também nada ter a aduzir.

De acordo com a letra e) do Ato n. 5, o sr. ministro presidente designa o sr. ministro Augusto Belchior de Araújo para relatar o processo n. 2635.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 10,50 horas, e o sr. ministro Presidente mandou que eu, Ossian da Silveira Brito, fizesse lavrar a presente ata, que lida e achada conforme, vai por mim assinada e pelo sr. ministro Presidente.

Belém, 17 de julho de 1956. — (aa) Adolpho Burgos Xavier, Ministro Presidente. — Ossian da Silveira Brito, Secretário.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELEM — TERÇA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1956

NUM. 568

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

34.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente — Sr. Deputado João Camargo

1.º Secretário — Sr. Deputado Benedito Carvalho

2.º Secretário — Sr. Deputado Wilson Amanajás

As 15,50 hs. do dia 5 de junho de 1956, feita a chamada verifica-se a presença dos seguintes Srs. Deputados, além da Mesa acima referida: Abel Figueiredo, Amintor Cavalcante, Acindino Campos, Antônio Vilhena, Atahualpa Fernandez, Armando Carneiro, Avelino Martins, Américo Silva, Boulhosa Sobrinho, Dionísio Bentes de Carvalho, Elias Pinto, Fernando Magalhães, Ferro Costa, Félix Melo, Jorge Ramos, João Vianna, Geraldo Palmeira, Moura Palha, Max Parizós, Newton Miranda, Silas Pastana, Stélio Maroja, Reis Ferreira, Victor Paz e Wladimir Santana. (28)

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, está aberta a presente sessão.

Não havendo ata nem expediente, faculto a palavra aos Srs. Deputados.

O Sr. Avelino Martins — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. AVELINO MARTINS — Sr. Presidente. Nobres Deputados. Pedi a palavra para apresentar o seguinte requerimento, cuja justificativa será apresentada na hora da discussão do mesmo: (Lê)

Requerimento

Requeiro que, ouvido o Plenário, manifestando-se este favoravelmente, seja oficiado ao Exmo. Sr. Comandante da 1.ª Zona Aérea, solicitando que, das dotações do orçamento da Valorização da Amazônia para 1956, onde se lê:

D) — 3.4.4.4.0. — Transporte Aéreo
2.7. — Diversos

Seja destinada a quantia de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), para o início da construção do campo de pouso na cidade de Capanema, naquele município.

Outrossim, solicito, seus bons ofícios no sentido de ser iniciada a referida construção.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado, 5 de junho de 1956.

(a) AVELINO MARTINS.

O Sr. Américo Silva — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. AMÉRICO SILVA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Quando acusado levemente por um polícia irresponsável, através de um delegado da já célebre polícia

do Governo transitório do Dr. Cattete Pinheiro, disse a esta Casa, que, além da Comissão Parlamentar de Inquérito que pedi, outros documentos traria para provar a leviandade, a irresponsabilidade da polícia do Dr. Cattete Pinheiro, em uma entrevista leviana e safada, no matutino "Folha do Norte", dada pelo irresponsável 3.º Delegado.

Trago, agora, perante esta Assembléia, documentos que confirmam o que chamei, o que disse e o que continuarei chamando, nesta Casa, de leviana, safada e irresponsável a atual polícia de meu Estado.

O Sr. Fernando Maia, um dos citados pela entrevista do irresponsável 3.º Delegado, dirigiu a essa autoridade um ofício que teve a seguinte resposta: (Lê)

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Departamento Estadual de Segurança Pública
(3.ª Delegacia Auxiliar)

Ilmo Sr.

Dr. Fernando Maia

I — Tenho a informar a V. S. que o inquérito sobre o desvio de chapas da D. E. T., absolutamente, não se acha correndo na 3.ª Delegacia, e sim na DOPS. Posso adiantar ainda a V. S. que até o presente momento, em nenhum dos depoimentos tomados se acha envolvido o seu nome, nem tampouco o dos senhores Américo Silva e Elias Pinto.

II — Como frisa V. S., o seu nome, assim como o dos senhores Américo Silva e Elias Pinto, foram denunciados a minha pessoa no dia 19 do corrente, pelo Sr. Dr. J. J. Fonseca, em sua residência, à travessa Quintino Bocaiuva, n. 490, e em presença do Sr. Dr. Antonio Magno. Pediu, entretanto, o Dr. Fonseca que não tomasse por termo sua declaração, uma vez que queria apenas esclarecer-me o caso dos desvios. Posteriormente, referido causídico, em conversa com o meu amigo particular Dr. Mario Araújo, confirmou que realmente havia citado os nomes de V. Excias., porém tinha sido por brincadeira.

Quero, entretanto, crer que referido senhor não queria arcar com a responsabilidade de suas declarações.

III — Conforme frisei no item anterior, o Dr. Fonseca pediu-me que aguardasse a noite de 19-5-56, quando então conversaria com V. S. em minha presença e então provocaria o assunto do desvio das cha-

pas, e eu pessoalmente poderia agir, atuando e tomando por termo as declarações que V. S. deveria prestar com referência ao assunto citado.

Atenciosamente.

(a) Adriano Fernandez Gonçalves, 3.º Delegado-Auxiliar.

O Sr. Fernando Maia interpelou o Sr. J. J. Fonseca nos seguintes termos, no dia 25-5-53: (Lê)

"Ilmo. Sr.

Dr. J. J. Fonseca

NESTA:

Tendo o Sr. Adriano Gonçalves, titular da 3.ª Delegacia-Auxiliar do D. E. S. P., me declarado categoricamente que V. S. afirmara a ele que, com a direta participação e cobertura dos Deputados Américo Silva e Elias Pinto, era eu o elemento recebedor e vendedor das chapas da D. E. T., destinadas às chamadas "Cótias", solicito a V. S. esclarecer, de forma clara e precisa, em seguimento a esta, a verdade dos fatos, negando ou afirmando as declarações daquela autoridade.

Antecipadamente agradece o colega.

(a) FERNANDO MAIA"

Respondeu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Sr. J. J. Fonseca. (Lê):

"Ilmo. Sr.

Dr. Fernando Maia

Em resposta à carta-consulta de V. S., de hoje datada, tenho a informar que jamais prestei qualquer informação ao 3.º Delegado-Auxiliar Adriano Gonçalves e nem formulei qualquer acusação ou denúncia que envolvesse o nome de V. S., bem como dos Deputados Américo Silva e Elias Pinto, parlamentares esses que admiro e considero de reputação ilibada.

Em 25-5-56.

(a) J. J. Fonseca"

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Não se sabe qual dos dois é o mais irresponsável como irresponsável é a polícia do atual Governo do Estado.

Digo, como disse nesta Casa, que jamais o meu Partido participaria de qualquer safadeza que viesse macular o seu nome e a representação que temos nesta Casa.

Quiseram nos desmoralizar, talvez insinuados por terceiros. Poderei trazer ainda a esta Casa aqueles que insinuaram a este jovem inespiciente Sr. 3.º Delegado. Não digo inespiciente ao Sr. J. J. Fonseca, porque tenho a impressão de que, diante da profissão que desempenha, deve ter mais idoneidade moral e ser um homem menos irresponsável do que é.

São esses, como outros, documentos que trarei a este Plenário, mostrando ao povo de minha terra as tramas em que queriam envolver o meu Partido, os seus Deputados e correligionários, talvez para tirar proveito pessoal daqueles que se acobertam da miséria e da calúnia, daqueles que se valem da falta de caráter para ocupar posições que jamais poderiam desfrutar no cenário político de minha terra, jogando talvez os inespicientes, por não terem idoneidade moral de vir publicamente mostrar as suas mazelas, as suas ambições, muitas vezes traindo o seu próprio eu.

São essas as declarações que faço, trazendo-as perante esta Casa e dando publicidade pela imprensa escrita e falada, para que se possa avaliar o que foi a polícia desse Governo transitório, do qual infelizmente eu participei, diretamente, para levá-lo à posição que hoje ocupa.

O Sr. Geraldo Palmeira — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Temos aqui o parecer do ilustre Deputado Moura Palha, que apenas em cinco linhas diz que, sob o

aspecto constitucional, o projeto deve ser aprovado.

Temos mais, ainda, um parecer substitutivo do ilustre Deputado Dionísio Bentes de Carvalho, que manda, fora do Gabinete Civil, incluir Residência Governamental, Departamento do Pessoal, Representação do Pará, Imprensa Oficial, Departamento do Material, Navegação do Estado e Serviço de Transporte do Estado e, ainda, para descentralizar — Santo Deus! — mais: Serviço de Cadastro Rural, Departamento de Assistência aos Municípios, Instituto "Lauro Sodré", Instituto "Gentil Bittencourt", Teatro da Paz". Só esqueceram o Presídio "S. José".

Nobres Deputados. Aguardarei que este projeto venha a ser discutido, somente após vinte e quatro horas em pauta, como diz o Regimento Interno, e terei um substitutivo para apresentar a esta Casa, onde V. Excias. verão que eu autorizo o Poder Executivo a criar uma comissão para reestruturar todas as atividades do Serviço Público.

Vê-se, Sr. Presidente, que estou de acordo, praticamente, com o projeto, mas apenas acho que o novo governador, cujas intenções são as mais louváveis, neste momento, segundo o seu porta-voz autorizado nesta Casa, o Deputado Moura Palha, deve fazer uma reestruturação de base. E preciso modificar esse panorama social, político e econômico, pois a gente muito bem que ainda estamos vivendo a época das maus cabralinas.

Srs. Deputados. Quero aproveitar a oportunidade para devolver os insultos do Governador Cattete Pinheiro e dizer a V. Excias. que não estou incluído entre os Deputados que metem yale no Tesouro. Jamais ingressei naquela repartição, para receber meus subsídios, a não ser nos dias para isso destinados. Não faço como o governador, que recebeu seus subsídios de cinquenta mil cruzeiros em fevereiro, quando sancionou a lei que manda receber essa importância em março.

Devolvo, a S. Excia., também, as palavras de que os demagogos podem se antepor à decisão da Assembléia e que seu porta-voz o esclareça melhor. O que disse aqui foi baseado em um decreto que ainda está em vigor. O Sr. Governador poderia ter declarado "Cacalino" como de utilidade pública, e depois enviar a esta Casa uma mensagem pedindo a abertura de crédito especial.

Devolvo a V. Excia. as palavras com que procurou me ofender. Mas acredito que não, porque V. Excia. bem sabe que jamais subi aquelas escadas para pedir o pagamento de sua eleição nesta Casa, fazendo-o Presidente do Poder Legislativo.

Estas as palavras que tinha a declarar nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — Continua a palavra facultada aos Srs. Deputados.

O Sr. Stélio Maroja — Sr. Presidente. Pergunto a V. Excia. se está em discussão o projeto que cria nova Secretaria de Estado.

O SR. PRESIDENTE — Não.

O Sr. Stélio Maroja — Então, aguardar-me-ei para o momento que for colocado em discussão esse projeto.

O SR. PRESIDENTE — Continua a palavra à disposição dos Srs. Deputados. (Pausa) Como ninguém se manifesta, vamos passar à

1.ª parte da Ordem do Dia

Não há pareceres sobre a Mesa para serem lidos.

Está a palavra à disposição de quem dela queira fazer uso, para apresentação de projetos de lei ou de resolução. (Pausa) Como ninguém se manifesta, e não havendo mais matéria em pauta para esta parte de nossos trabalhos, dou a mesma por encerrada, passando à

2.ª parte da Ordem do Dia

Matéria em regime de urgência.

2.ª discussão do projeto de lei constante do Processo n. 193, de autoria do Sr. Deputado João Camargo, criando in-

signia para Governador do Estado.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES — (Pela Ordem) — Parece-me, Sr. Presidente, que o processo n. 193 não pode ser discutido agora, porquanto, na sessão das duas horas desta tarde foi aprovado em segunda discussão. Deverá figurar na pauta da sessão de amanhã, de vez que há ainda o intervalo regimental de vinte e quatro horas entre uma e outra discussão.

No mesmo caso está o Processo n. 170, criando uma Secretaria de Estado e dando outras providências.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado. O Processo n. 193 é de minha autoria e eu requeri para êle urgência e preferência.

Desejaria que V. Excia. me informasse qual a vantagem que tem o meu projeto com o requerimento de urgência e preferência que apresentei.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES — Sr. Presidente. Poderíamos ver o Regimento no artigo referente à urgência e preferência que diz: (Lê)

“Art. 117 —

§ 1.º Não se dispensam as seguintes exigências:

I — Número legal.

II — Impressão, com distribuição em avulso.

III — Permanência da proposição em pauta pelo prazo mínimo de vinte e quatro horas.

IV — Número de “discussões”.

O SR. FERRO COSTA — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dou inteiro apoio às palavras do nobre Deputado Fernando Magalhães, completando-as com um dispositivo regimental que V. Excia., na pressa de argumentar, não localizou precisamente. Trata-se do art. 100, § 3.º, que diz: (Lê)

“Decorrerão entre as discussões pelo menos vinte e quatro horas”.

Trata-se, portanto, de um preceito categórico, taxativo, que esta Casa nunca antes havia violado. O Regimento exige número de discussões e a urgência não afeta a sequência das discussões que não podem, à semelhança do que ocorre na Câmara Federal, ter lugar em menos de vinte e quatro horas.

Com o respeito que devo a V. Excia., quero que não veja qualquer intuito veiaado ou notório em minhas palavras, porisso que chamo a sua atenção e solicito obediência aos preceitos regimentais, fazendo incluir em pauta esta matéria para a sessão de amanhã.

As normas existentes para resoluções são exatamente as mesmas dos projetos de lei. Ambas são leis, apenas as resoluções não dependem da sanção do Poder Executivo, pois é um ato de nossa autonomia, ato próprio da Assembleia, mas que tem força de lei.

Se há poucos instantes, embora em outra sessão, a matéria foi votada, só poderemos votá-la novamente na sessão de amanhã.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO CARVALHO — Sr. Presidente: Pego a palavra para debater a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. BENEDITO CARVALHO — (Da bancada) — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Ainda é bem recente nesta Assembleia o caso da criação de novos municípios, quando sessões sucessivas foram realizadas para a aprovação do projeto de lei que criava as vinte e três novas unidades municipais, posteriormente julgada a sua criação inconstitucional pelo Tribunal Federal.

O caso em espécie, quando se encontra em discussão o Processo n. 193, de autoria do Sr. Deputado João Camargo, criando as insígnias que deve ostentar o Governador eleito a quando do ato de posse e da transmissão do governo, é bem semelhante àquele que foi objeto de discussão neste Plená-

rio, quando se cogitou da criação dos vinte e três novos municípios.

O Sr. Fernando Magalhães — V. Excia. está laborando em equívoco. As reuniões, realmente, eram em seguida uma da outra, mas em prosseguimento da votação dos artigos. De uma discussão para outra, foi sempre respeitado o período de vinte e quatro horas.

V. Excia. pode consultar os anais da Casa e verificar o que afirmo.

O SR. BENEDITO CARVALHO — V. Excia. é suficientemente inteligente para me fazer acreditar, sobretudo, de ter havido, interstício na votação de um artigo para outro.

O projeto foi discutido, artigo por artigo, numa sessão, e, noutra sessão, à noite, foi aprovado em terceira discussão.

V. Excia. deve ter a memória bem fresca ainda, para recordar estes fatos.

O Sr. Fernando Magalhães — Tenho certeza de que entre uma e outra discussão foi mantido regularmente o espaço de vinte e quatro horas previsto pelo nosso Regimento.

O Sr. Benedito Carvalho — Mas, nobre Deputado Fernando Magalhães, não estou aqui para colaborar na quebra do Regimento e sim para apresentar uma proposição, no sentido de afastar qualquer infração ao Regimento da Casa.

Nestas condições, Sr. Presidente, usando das faculdades que me oferece o Regimento Interno desta Assembleia, encaminhando à Mesa, para efeito de deliberação do Plenário, a seguinte preliminar: (Lê)

Requerimento

Requeiro, na forma regimental, dispensa de interstícios para os Processos ns. 170, criando a Secretaria de Estado e 193, instituindo a faixa governamental.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em 5 de junho de 1956.

(a) BENEDITO CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a preliminar do Sr. Deputado Benedito Carvalho.

O Sr. Stelio Maroja — Pego a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente. A bancada do Partido Social Progressista manifesta-se contra o requerimento do nobre Deputado Benedito Carvalho. Realmente, não há como enquadrar no Regimento o requerimento de S. Excia. Existe já, beneficiando os dois processos que vão ser submetidos a discussão nesta reunião ordinária, a decisão anterior desta Assembleia Legislativa, concedendo preferência e urgência para os mesmos.

Assim sendo, não vemos em que dispositivo regimental possa se basear a proposição do nobre Deputado Benedito Carvalho. O exemplo invocado por S. Excia., de procedimento anterior desta Assembleia, em votação do projeto-de-lei da nova organização dos Municípios, não é real. Recordo-me, perfeitamente, e neste ponto acompanho o nobre Deputado Fernando Magalhães, do que ocorreu na discussão daquele projeto-de-lei. O que houve foi a realização de reuniões extraordinárias do Legislativo, mas para continuação, à noite, de discussões iniciadas à tarde.

Entre uma discussão e outra se observou sempre o interstício previsto no § 3.º do art. 100 do nosso Regimento. Os Anais desta Assembleia não estão e podem ser consultados.

Lembro-me, perfeitamente, que nas combinações relativas à discussão daquele projeto-de-lei, com os líderes de outras bancadas, a questão foi suscitada e a conclusão, naquela época, foi a de que o regime de urgência e preferência não eliminava o citado princípio do § 3.º do art. 100 do nosso Regimento, a que nos referimos há pouco e muito bem invocado pelo nobre Deputado Ferro Costa.

O Sr. Deputado Benedito Carvalho, ao apresentar o seu requerimento, disse que não desejava ferir o Regimento Interno. Entretanto, Sr. Presidente, entendemos que esse re-

querimento importa no reconhecimento de que o regime de urgência, estabelecido por esta Assembléia para os dois casos em questão, não importou na eliminação dos interstícios previstos no § 3.º do art. 100 do nosso Regimento, pois de outra forma não se justificaria novo requerimento.

Está claro, assim, que a urgência e a preferência não importam na dispensa do interstício de 24 horas, entre uma e outra discussão.

Portanto, não será através de simples requerimento dirigido a esta Casa que se pode eliminar sumariamente uma expressa e categórica disposição regimental.

O Sr. Newton Miranda — Dá-me V. Excia. permissão para um aparte? — (Assentimento do orador) — Parece que os casos em que o Regimento veda taxativamente a dispensa de exigências regimentais são os constantes do art. 117 (Lê):

I — número legal;

II — impressão com distribuição em avulso;

III — permanência da proposição em pauta pelo

prazo mínimo de vinte e quatro horas".

Esse interstício entre uma discussão e outra pode ser dispensado.

O SR. STÉLIO MAROJA — Se S. Excia. admite que a urgência e a preferência não tornam dispensável os interstícios regimentais, como pretende, através de simples requerimento, passar por sobre o que dispõe o § 3.º do art. 100 do nosso Regimento?

A bancada do Partido Social Progressista considera anti-regimental o requerimento do nobre Deputado Benedito Carvalho e, nestas condições, contra ele se manifesta.

O Sr. Geraldo Palmeira — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Não é de estranhar, Sr. Presidente, que aqui se faça aquilo que não conseguiu ser feito na Inglaterra, como disse um célebre lorde: transformar os homens em mulheres e vice-versa. Aqui, Sr. Presidente, já se votou até gratificação sem lei anterior. Apenas um deputado resolveu dar gratificação, e esta Assembléia aprovou. Mas esse fato, Sr. Presidente, não me faz acompanhar o dito popular de que o uso do cachimbo põe a boca torta. Mantenho a minha coerência política do alto sentido.

Ainda agora esta Casa, num verdadeiro passo de mágica, guindou doze ilustres contadores a letras mais elevadas, apesar de se falar por aí que estamos em vésperas de reestruturação do quadro do funcionalismo público estadual.

Não compreendo, Sr. Presidente, essa contradição.

O nobre Deputado Benedito Carvalho pede urgência e preferência para dois processos que já as têm. O seu pedido à luz do nosso Regimento, não tem razão de ser. Será, então, nobres colegas, que estou com a vista estragada, com a vista cansada, e que as palavras que vejo na lei que regulamentam os nossos trabalhos estão enevoadas, de acordo com o novo sentido político que no Brasil está se dando às coisas?

Eu não entendo, Sr. Presidente, dessa hermenêutica que se fala por aí. Eu não sei o que é isso e nem quero saber. A coisa é muito confusa. O direito às vezes é torto e o torto é direito. É por isso que não posso acreditar que o Partido Social Democrático, que conta com verdadeiros cultores do Direito, conhecidos juristas, vá, com a decisão que pretende tomar, comprometer o bom nome da administração do Sr. Magalhães Barata. Entre os cultores do Direito que integram a bancada do Partido Social Democrático temos o ilustre Deputado Newton Miranda, o grande jurista Moura Palha, e outros elementos que estão se emplumando, criando asas para mais tarde cair no campo da vida judiciária.

Acredito, piamente, sinceramente, que a bancada do Partido Social Democrático não vai querer mutilar este Regimento, principalmente nesta altura em que a Mesa, tem sido,

a toda prova, verdadeira P. E. (política especial), no cumprimento da lei.

O que nós precisamos, Sr. Presidente, é respeitar soberanamente o nosso Regimento. Dizem até que o Regimento desta Casa foi feito por um médico e não por um doutor em Direito. Quem sabe, amanhã, nobre Presidente e Srs. Deputados, o que poderá acontecer? Talvez os carpinteiros façam as obras dos ferreiros. O mundo evoluiu, e com o aparecimento da bomba atômica de nada mais duvidamos. Mas, mesmo assim, com bomba ou sem bomba, não acredito que o nobre Deputado Benedito Carvalho, que parece até meio líder desta Casa e é, também, o ilustre Secretário desta Assembléia, queira, apenas por 24 horas, abusar do nosso Regimento. Como vêem os Srs., muitas vezes temos projetos mais importantes nesta Casa e os Srs. Deputados, antes que eles sejam votados, saem mais cedo, talvez para suas atividades aí por fora. Os Advogados para advogar ou irem ao Fórum, que funciona até a noite. Há, também, os industriários, os comerciantes, que vão cuidar de suas atividades. Ora, nobre Deputado, nós não podemos violar este Regimento.

Ouvimos a palavra de um homem, nesta Casa, que conhece de fato o nosso Regimento, — o Deputado Fernando Magalhães, — o qual mostrou que, na verdade, se assim o fizermos, iremos manchar o nosso Regimento e conspirá-lo, e quem sabe, amanhã, não cometeremos inomináveis crimes, inomináveis atos, em nome da lei, em nome da justiça e em nome do Regimento. Eu acredito na justiça como aquela que o caboclo de Santarém pintou um quadro, representada por uma moça cega que tem ao lado um leão. Eu perguntei a ele: para que esse leão? É porque a justiça é cega, mas o leão vigia. E quem sabe se aqui não existe algum leão para olhar para a justiça, que de fato está cega, que está impedida de ver, de sentir que nós vamos burlar, rasgar, desvirtuar um princípio que aprovamos, certo ou erradamente?

Cabe aos líderes desta Casa a missão de modificar esse Regimento, mas que o façam de maneira a não prejudicar os que ficam de baixo. Não devemos usar dois pesos e duas medidas, e é por isso mesmo, nobre Deputado, que eu acredito mais do que nunca nesta hora em que o PSD prega a organização pública e a baixa do custo de vida, pregando, enfim, uma reestruturação geral, dizendo que os dias futuros serão melhores, que a carne será abundante e mais barata, o transporte muito melhor e também mais barato, em suma, que iremos viver numa nova Canaan.

O Sr. Benedito Carvalho — Dá-me V. Excia. permissão para um aparte? — (Assentimento do orador) — O nobre Deputado pode me informar onde estão essas declarações?

O SR. GERALDO PALMEIRA — Nobres Deputados, sou franco em dizer que tenho pena dessa gente humilde do bairro de São João do Bruno, que se abastece no mercado daquele bairro. Dizem que daqui a poucos dias a carne irá baixar, e eu lhes respondo, com a minha peculiar sinceridade, que eles não se iludam que a carne não baixará, mas que o culpado não será o Governo de V. Excias., e sim a COAP, pois, como já tive oportunidade de dizer aqui, onde ela chega nem santo baixa em terreiro. Repito que, apesar de tudo isso, ainda acredito na sinceridade, na lealdade do PSD, cujo líder é o ilustre Deputado Moura Palha, e por isso pedi mais 24 horas.

Dessa maneira, voto contra a proposição do nobre Deputado, porque tenho a certeza de que S. Excia. vai retirá-la, uma vez que amanhã podemos chegar aqui até as 6 horas da manhã e votar esse projeto que, se o Deputado Cattete Pinheiro não sancionar, o futuro Governador há de sancionar. Não acredito que quem vai ser o Secretário desta Secretaria esteja a morrer de fome, esteja desempregado, esteja à espera de um cargo público. Tenhamos mais

respeito, mais dignidade.

O Sr. Armando Carneiro — Dá-me V. Excia. permissão para um aparte? (Assentimento do orador) — No entanto, V. Excia. votou contra o Regimento, quando S. Excia. o Deputado Efraim Bentes, apresentou uma proposição que eu a classifiquei de indecorosa. Pedia a proposição para que votássemos, em 2.ª discussão, o projeto de redivisão territorial e sómente na 3.ª nos seria dado a reconhecer.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Vamos dizer, nobre Deputado, que eu cometi esse crime. V. Excia. nesta hora é Cristo e eu sou Madalena arrependida. Como V. Excia. me receberia?

Não seja Pilatos, nobre Deputado, que lavando as mãos entregou Cristo aos culpados. Nobre Deputado, V. Excia. não tem razão. Não olhou os motivos, para dizer que este modesto Deputado violou o Regimento, violou a Constituição do Estado.

A redivisão territorial do Brasil é uma necessidade, não só no Pará. Está aí o exemplo do Amapá.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. Deputado Américo Silva a assumir a Presidência, enquanto vou à bancada fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO AMÉRICO SILVA ASSUME A PRESIDÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado João Camargo.

O SR. JOÃO CAMARGO (Da bancada) — Encontro-me aqui para resolver uma questão de ordem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não estou falando como Presidente da Casa, mas sim como Deputado autor do projeto que está criando essa situação no Plenário.

O Sr. Fernando Magalhães — Dá-me V. Excia. permissão para um aparte? (Assentimento do orador) — Aliás, de acordo com o Regimento, V. Excia. deixa a Presidência para falar de sua bancada.

O SR. JOÃO CAMARGO — Não estou aqui como Presidente, já disse, estou como autor do projeto.

Quando trouxe esse projeto a Plenário e pedi urgência e preferência, queria distingui-lo dos demais. Mas, nas condições em que está sendo interpretado o pedido de urgência e preferência para o mesmo, eu pergunto aos Srs. Deputados: se o Deputado pede urgência e preferência para o seu julgamento, quando vem o mesmo a Plenário, e os Deputados pedem que ele volte à Comissão de Justiça, onde está a urgência e a preferência para o caso em tela? Eu peço urgência para um projeto, ele entra em votação e é aprovado. Esta Assembleia é convocada em 2.ª reunião no mesmo dia e na mesma hora em sessão ordinária e os Srs. interpretam que tem de haver uma pausa de 24 horas para apresentação do projeto. Eu pergunto: onde está a urgência deste projeto? Para mim, desaparece. É um projeto igual aos outros. E se o Plenário interpretar desta maneira, eu vou voltar à Presidência e encerrar a sessão, porque não pode mais haver duas sessões no mesmo dia. É preciso interpretar que, quando se pede que um projeto tenha urgência e preferência por 24 horas, é para que não haja surpresa. Mas não neste caso. Já foi votado esse projeto. Foi encerrada a sessão e recusou-se uma outra. Neste caso, qual é a preferência que tem o meu projeto?

Se o Plenário insistir em manter a opinião de que o meu projeto não tem preferência pelo fato de não constar 24 horas em pauta...

O Sr. Fernando Magalhães — V. Excia. há-de ver que assim como o Regimento prevê urgência para os projetos, prevê, também, para os requerimentos. V. Excia. tem assento nesta Casa há longos anos e há-de ver que a preferência e a urgência, para um simples requerimento, não impedem que o mesmo passe 24 horas em pauta.

O Sr. Newton Miranda — No mínimo.

O Sr. Fernando Magalhães — A pauta tem de ser organizada todas as vezes que termina uma sessão. Na pauta da

presente, devem constar os projetos que foram votados na sessão anterior. Diz o art. 117: (Lê)

"Urgência é a dispensa de exigências regimentais, para ser determinada proposição discutida e votada."

§ 1.º Não se dispensam as seguintes exigências:

I — Número legal;

II — Impressão, com distribuição em avulso;

III — Permanência da proposição em pauta pelo prazo mínimo de vinte e quatro horas."

E' neste item que eu estou baseado, para exigir é o prazo mínimo de vinte e quatro horas entre uma discussão e outra.

O SR. JOÃO CAMARGO — O meu projeto foi votado em duas sessões. A pauta é para que os Srs. Deputados não sejam apanhados de surpresa. Isso é o espírito da lei. Aqui não há surpresa. O projeto foi votado ainda agora em segunda discussão.

Não há dispensa de interstício. Quem organizou este Regimento não deu dispensa de interstício. E por que, então, estarmos com urgência e dispensa de interstício, se não existe?

O Sr. Fernando Magalhães — Existe.

O SR. JOÃO CAMARGO — A prova de que não existe é que meu projeto é obrigado a esperar vinte e quatro horas, como qualquer outro projeto em andamento comum.

O Sr. Fernando Magalhães — Acontece, que não foi às Comissões.

O SR. JOÃO CAMARGO — Se V. Excia. tivesse pedido para ir à Comissão de Justiça e o Plenário aprovasse, tinha que ir.

O Sr. Fernando Magalhães — Aliás, erradamente.

O Sr. Stélio Maroja — Nobre Deputado Camargo. Parece evidente, dentro de nosso Regimento, que quando o art. 117 se refere à permanência da proposição em pauta, pelo prazo mínimo de vinte e quatro horas, refere-se à pauta para cada sessão.

O SR. JOÃO CAMARGO — Mas não está explícito.

O Sr. Stélio Maroja — No parágrafo único do art. 95 diz a mesma coisa. (Lê):

"Parágrafo único. Nenhum projeto ou parecer poderá ser incluído na pauta antes de impresso."

O Sr. Newton Miranda — Mas o Regimento define urgência como dispensa de exigência regimental...

O Sr. Stélio Maroja — O Regimento fala em exigência da permanência em pauta pelo prazo mínimo de vinte e quatro horas. Vejam o dispositivo do Parágrafo único do art. 95, que repete essa exigência, uma exigência para a pauta de cada sessão.

O SR. JOÃO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não vim para discutir, porque se tivesse necessidade de fazer entrar o meu projeto, hoje, em duas discussões seguidas, colocá-lo-ia, de vez que interpreto dessa maneira. Se os Srs. Deputados me tiram essa urgência, é um projeto igual aos outros, sem vantagem.

O Sr. Stélio Maroja — V. Excia. está enganado.

O SR. JOÃO CAMARGO — A única coisa que não está preenchendo a inclusão em pauta foi a publicação com vinte e quatro horas. Veio, por engano, na pauta. Risquei o meu projeto. Não entrou em discussão, porque tinha que esperar a sua publicação. Agora, nesta segunda, foi distribuída, novamente, a publicação.

Nestas condições, tenho a declarar que, infelizmente, o nosso Regimento não consigna aquilo que em qualquer Regimento se chama de dispensa de interstício. Vou voltar à Presidência e encerrar a sessão, porque todos os projetos da pauta estão nas mesmas condições. Não têm vinte e quatro horas de intervalo e não podemos continuar com a sessão.

O Sr. Fernando Magalhães — Assim sempre se fez. Os projetos discutidos e votados na sessão das duas horas não

entravam na sessão das quatro horas.

O SR. JOÃO CAMARGO — Talvez, por infelicidade, esgotou a pauta porque não houve discussão, encerrando a mesma sem votação. A pauta correu em hora e meia. E verificando que não existe mais urgência, nem preferência, a Presidência só tem um caminho.

O Sr. Stélio Maroja — O projeto entrou há três ou quatro dias e já está em segunda discussão.

O SR. JOÃO CAMARGO — O projeto só esperou vinte e quatro horas de publicação e foi votado hoje. Como havia duas sessões, de acordo com minha interpretação, e desde que não são apanhados de surpresa os senhores Deputados, a pauta seria a continuação da sessão anterior.

Mas não faço questão de interpretar o Regimento desta forma. Por isso, não poderá haver duas sessões no mesmo dia e pergunto eu: está ou não omissa a dispensa de interstício aos projetos, aqui? Está.

O Sr. Ferro Costa — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Direi a V. Excia., como interpretação autêntica, que não está omissa. Foi intenção do legislador acabar com o abuso de votar projetos às pressas, porque a maturidade é essencial em aprovação de projetos de lei e não podemos admitir que um projeto, no mesmo dia, sofra a primeira, segunda e terceira discussão, o que não cala bem a uma Casa Legislativa.

O SR. JOÃO CAMARGO — V. Excia. não está censurando a mim.

O Sr. Ferro Costa — Houve, no Regimento, a preocupação de evitar esses abusos.

O SR. JOÃO CAMARGO — Mas qual o abuso, Sr. Deputado? Qual a Assembleia que não possui dispensa de interstício?

O Sr. Ferro Costa — Está.

O SR. JOÃO CAMARGO — Esse Regimento foi elaborado por um médico. Os senhores é que tiveram a preocupação de oprimir a nós, quando éramos minoria, nesta Casa. Esta é que é a verdade. Não venha se pronunciar desta maneira, porque V. Excia. não está com a razão. Este Regimento não presta! Não vale nada! E faça de dois gumes. Foi feito para quando o PSD era minoria nesta Casa.

O Sr. Stélio Maroja — V. Excia. está enganado num ponto. Nós exigimos o cumprimento do Regimento.

O SR. JOÃO CAMARGO — Eu não estou dizendo que não cumprio o Regimento. Já cheguei a indicar uma comissão de líderes para fazer a reforma do Regimento. V. Excia. foi um dos que encontrou grande lacuna no mesmo.

O Sr. Stélio Maroja — Não nego.

O SR. JOÃO CAMARGO — A dispensa de interstício é admissível em todas as Assembleias. Não existe preferência, em absoluto, nesta Casa. Esta Presidência vai interpretar o Regimento desta forma, suspendendo a sessão, porque todos os projetos que se encontram na segunda sessão não têm vinte e quatro horas de prazo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMARGO REASSUME A PRESIDÊNCIA.

O Sr. Fernando Magalhães — Sr. Presidente: Antes de V. Excia. encerrar, de acordo com o que acaba de dizer, desejo saber o que é que está em discussão.

O SR. PRESIDENTE — Fui a Plenário como Deputado. Agora estou na Presidência. E como tal devo observar e fazer cumprir o Regimento. Os Srs. Deputados me esclareceram, principalmente um jurista, nesta Casa, de que os projetos que estão em pauta não podem ser discutidos hoje. E o que tem a fazer esta Presidência? Encerrar a sessão.

O Sr. Fernando Magalhães — Quer dizer que V. Excia. encerra a questão de ordem, determinando que a urgência e preferência não dispensam o interstício de vinte e quatro horas entre as discussões de qualquer proposição.

Está, assim, esclarecida a questão de ordem.

O Sr. Benedito Carvalho — Solicito a V. Excia., Sr.

Presidente, que ponha minha preliminar em votação antes de encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Não. Disse que ia encerrar a sessão, apenas diante do que está havendo no Plenário.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Geraldo Palmeira.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Ora, Sr. Presidente, vamos supor que o Regimento desta Casa tenha sido escrito em esportito, língua que quase todos nós não entendemos. Mas, vamos para o Regimento da Câmara Federal, onde encontraremos matéria sobre urgência. Vamos devagar. Não há pressa. A pressa é inimiga da perfeição — parece-me que era um filósofo que dizia isso.

O Sr. Newton Miranda — O nobre Deputado Benedito Carvalho pediu dispensa de interstício.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Mas, está aqui, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Queira V. Excia., nobre Deputado Geraldo Palmeira, fazer um esclarecimento à Mesa. Como é que V. Excia. interpreta quando a Câmara Federal marca para uma sessão à noite a mesma matéria discutida na sessão da tarde?

O SR. GERALDO PALMEIRA — Lá não se faz isso, nobre Presidente.

Nós aqui estamos nesta sessão que vai custar dinheiro ao Tesouro. Já ontem fui contra a que se fizesse duas sessões, mas, sim, que se fizesse uma prorrogação da sessão, como se faz na Câmara Federal, que vai até seis ou sete horas da noite no debate de toda a matéria em pauta.

Lá, há, também, processos em regime de urgência e preferência, mas com vinte e quatro horas de antecedência.

V. Excia. pode telefonar para o Deputado Lameira, atualmente nesta Capital. Ele é professor em Regimento e poderá lhe explicar.

Aliás, o nobre Deputado Benedito Carvalho, logo que terminou a sessão, estava aqui dizendo que tinha mandado retirar.

O Sr. Benedito Carvalho — Não, V. Excia. está interpretando mal minhas palavras. O que eu disse foi que não seria possível incluir em pauta a Redação Final de projetos aqui votados, sem os mesmos irem à Comissão respectiva.

O SR. PRESIDENTE — (Dirigindo-se ao orador) — V. Excia. acompanhou a votação do estado de sítio.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Acompanhei.

O SR. PRESIDENTE — Foi iniciada numa sessão, à tarde. Encerrada a mesma, foi marcada outra para a noite.

O SR. GERALDO PALMEIRA — O estado de sítio? Acompanhei toda a votação.

O Sr. Fernando Magalhães — Aqui tenho, também, o Regimento da Câmara Federal.

O Sr. Geraldo Palmeira — Está em esperanto?!

O Sr. Fernando Magalhães — Não, está em português. A urgência na Câmara Federal é votada de maneira diferente da nossa. Aqui, qualquer Deputado pode pedir urgência, mas, na Câmara Federal, somente a Mesa ou então dois terços dos Srs. Deputados é que podem fazê-lo. Portanto, o Regimento da Câmara Federal não pode servir, no caso, de subsídio para nós.

O SR. PRESIDENTE — E como esclareci ainda há pouco.

Aqui, quando se organizou o Regimento, se deu, para interstício, urgência; e não se deu, para urgência, interstício. Porque, do contrário, qual a vantagem?

O Sr. Stélio Maroja — Quer dizer que V. Excia. está reconhecendo, então, que dentro do Regimento não é possível a dispensa do interstício.

O SR. PRESIDENTE — Mas é possível se pedir urgência.

O Sr. Stélio Maroja — Mas a urgência não dispensa a permanência do processo em pauta pelo espaço de vinte e quatro horas.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Não dispensa.

O SR. PRESIDENTE — Foi o Deputado José Maria Chaves quem achou que não era preciso a palavra interstício. Por isso é que está acontecendo isso que aqui estamos vendo.

Como V. Excia. quer, a urgência e preferência tornam o projeto igual a qualquer outro em votação normal.

O SR. GERALDO PALMEIRA — O aparte de V. Excia. me honra e traz luz a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Eu não entendo a palavra interstício sem urgência e, se há essa interpretação que V. Excia. quer dar, tenho que encerrar a sessão, porque nenhum dos processos em pauta tem o prazo de vinte e quatro horas. Desta maneira, não haverá nunca mais duas sessões no mesmo dia.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Sr. Presidente. Agora reparei que o Cristo desta Casa tem sua fisionomia virada para o lado. Não fita este Plenário, para não ver, para não ser cúmplice, sem dúvida, dos crimes que aqui se cometem, talvez, em nome d'ele.

O Sr. Newton Miranda — O Cristo virou a face para não assistir à anulação do Tribunal de Contas e à criação dos novos municípios.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Mas eu não estava aqui nesta época. E o Cristo virou antes, quando queriam criar aquele artigo na Constituição, dizendo que só poderiam ser candidatos ao Governo do Estado os filhos de outros Estados, que tivessem mais de cinco anos de residência aqui.

O Sr. Newton Miranda — V. Excia. se engana. O Cristo foi aposto nesta Sala no dia da promulgação da Constituição, depois, portanto, do fato a que V. Excia. alude.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Mas o Cristo já tinha virado.

Mas, Srs. Deputados, o ilustre Presidente desta Casa, cuja cultura eu respeito e admiro e ante cujos profundos conhecimentos em matéria regimental, muitas vezes, eu me curvo, como também me curvo quando passa uma criatura bela e bonita que merece nossos olhares, que merece, muitas das vezes, os nossos galanteios... — Não é, nobre Deputado Reis Ferreira?

O SR. ARMANDO CARNEIRO — (Pela Ordem) — Por ocasião dos estudos a que esta Assembléia procedia, sobre o projeto de redivisão territorial, a sua maioria criou uma emenda, no Regimento, para que os deputados pessedistas não obstruíssem a aprovação do referido projeto. Pela referida emenda o Deputado não podia falar mais do que trinta minutos quando a matéria em discussão estivesse em regime de urgência. O nobre Deputado Geraldo Palmeira, entretanto, está falando há mais de cinquenta minutos.

O SR. BENEDITO CARVALHO — (Pela Ordem — Da bancada) — Há uma preliminar de minha autoria, Sr. Presidente, que peço a V. Excia. para que seja colocada em discussão.

O SR. GERALDO PALMEIRA — E é o que está em discussão.

O nobre Deputado Benedito Carvalho não há-de querer impedir que os seus colegas se expressem democraticamente a respeito do projeto em debate.

O Sr. Armando Carneiro — Foram V. Excias. que limitaram o tempo regimental.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Não desenterre cadáveres; nobre colega.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. dispõe apenas de um minuto.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Um minuto? Num minuto, Sr. Presidente, poderei dizer muita coisa.

Este projeto, Sr. Presidente, cria uma insígnia para o futuro governador. Não acredito, por exemplo, que seja igual ao do estado de sítio. Enfaixado ou desenfaixado, o Governador tomará posse.

Eu felicito o ilustre autor do projeto.

Ainda terei oportunidade de falar, por ocasião do encaminhamento da discussão do projeto. Falei apenas encaminhando a votação da proposição do nobre Deputado Benedito Carvalho. Prestem bem atenção.

Dou, por consequência, encerrado este minuto.

O Sr. Reis Ferreira — É que V. Ex.^a esgotou os argumentos.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Não foram esgotados.

O Sr. Ferro Costa — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. FERRO COSTA — Sr. Presidente. Menos pela importância do projeto do que pela gravidade de um precedente que hoje se firma nesta Casa, é que volto à tribuna para debater a matéria, fazendo um apelo à moderação e à reflexão dos Srs. Deputados.

Hoje, Sr. Presidente, conforme esta Casa decida, diremos, de futuro, que as discussões têm valor ou não têm, que os prazos nesta Assembléia são respeitados ou esquecidos e que o Regimento deve ser mantido ou deve ser amoldado de acordo com as conveniências.

Esta Casa, quando elaborou o Regimento, não procurou fazer a maioria de ontem em instrumento de opressão contra quem quer que fosse. Ao contrário, foi a maioria dominante, ao tempo, que impôs um freio aos integrantes da bancada majoritária.

O SR. PRESIDENTE — Passo novamente a Presidência ao Sr. Deputado Américo Silva.

O Sr. Américo Silva — Assume a Presidência.

O Sr. João Camargo — (Da bancada) — Dá-me V. Ex.^a permissão para um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Deputado Ferro Costa.

Nada melhor do que um dia depois do outro. Eu não queria mais tratar de assuntos passados, nesta Casa fora do Regimento. V. Ex.^a, nesta Casa, neste Plenário, neste mesmo lugar, levantou uma preliminar que foi votada na mesma hora, para a eleição da Presidência desta Assembléia. A matéria não foi para a pauta. Houve a votação imediata e, em consequência, eleito o Presidente, que hoje está à frente do Governo do Estado. Lembra-se? Está nos Anais, que foram publicados.

V. Ex.^a colocou em votação.

O SR. FERRO COSTA — Eu? V. Ex.^a está equivocado, pois se esqueceu de que falei como deputado e, como tal, não podia pôr em votação nenhuma matéria.

O Sr. João Camargo — Foi um equívoco de minha parte. V. Ex.^a levantou a preliminar e esta foi aprovada na mesma sessão. Isto, nobre Deputado, se chama um dia depois do outro.

O Sr. Deputado Stélio Maroja apresentou a seguinte preliminar; (Lê)

"Sr. Presidente. Em nome da bancada do Partido Social Progressista, tenho uma indicação a fazer à Casa, referente às eleições a que vamos proceder. Apesar de, em face do Regimento, a questão ser bastante clara, proponho que fique expressamente consignada em ata a aprovação do Plenário à indicação que faço, no sentido de que a eleição que vamos realizar se destine a constituir a Mesa que deverá dirigir os trabalhos desta Assembléia até o mês de abril de 1956, isto é, até o término do primeiro período legislativo"

É o que consta dos Anais.

O SR. FERRO COSTA — Procure os Anais e volte a debater o assunto.

O Sr. João Camargo — Cometi um equívoco quando falei no nome de V. Ex.^a, considerando-o autor da proposição. O autor foi outro Deputado. Vou ler a proposição de V. Ex.^a, mandando que fosse votada imediatamente a proposição do Sr. Deputado Stélio Maroja. (Lê):

"Antes da proclamação dos resultados, eu pediria a V. Ex.^a que pusesse em votação a indicação do nobre Deputado Stélio Maroja, que, além de oportuna, é, so-

bretudo, regimental. Na verdade, o nosso Regimento dispõe que a Mesa eleita presidirá os trabalhos durante um ano.

Para os efeitos legais, considera-se um ano o período de uma sessão legislativa a outra, havendo, neste caso, no primeiro exercício, uma natural prorrogação do mandato da Mesa.

Nesta oportunidade, peço a V. Ex.^a que ponha em votação a indicação do nobre Deputado Stélio Maroja, de que a eleição da Mesa deve ser considerada, para efeito de seu mandato, na forma regimental, a partir de hoje até o dia 15 de abril de 1956. É uma providência que se impõe para dirimir qualquer dúvida e para que se cumpra fielmente o Regimento da Casa.

O Sr. Stélio Maroja — Essa proposição foi de minha autoria.

O SR. JOÃO CAMARGO — A preliminar foi levantada.

A proposição foi apresentada. Não houve pauta. Houve quebra do Regimento, pois a Mesa, que deveria durar apenas doze meses, ultrapassou esse prazo, em vários meses. Vv. Excias. já abriram o precedente.

O Sr. Stélio Maroja — V. Ex.^a, de qualquer modo, aderiu àquela proposição, pois concordou com a permanência do Dr. Cattete Pinheiro, até o mês de abril, na Presidência desta Casa.

O Sr. João Camargo — Defendo esta parte do Regimento. Não concordei, desde o início, com a eleição do Sr. Deputado Cattete Pinheiro, pela forma por que foi feita.

O SR. FERRO COSTA — Há tempo bastante, Sr. Presidente, para que o projeto seja votado, pois a posse só será no dia 10.

Devemos ter a máxima cautela ao aprovar as proposições apresentadas à deliberação desta Casa. Hoje se trata de um projeto sem maior significação, pois visa apenas homenagear o novo governador. Amanhã, entretanto, poderemos ter, na mesma situação, um projeto de grande repercussão para o Estado, e V. Ex.^a, nobre Deputado João Camargo, que defende os interesses públicos, mais tarde poderá lamentar não ter oportunidade de, em virtude da exiguidade do tempo, se deter demoradamente sobre a matéria.

O Sr. Armando Carneiro — Quando aqui foi discutido o projeto da redivisão territorial, houve duas discussões num só dia.

O SR. FERRO COSTA — Se V. Ex.^a verificar os Anais não encontrará, tenho certeza, duas discussões no mesmo dia.

O Sr. Stélio Maroja — O que se deu por ocasião da discussão do projeto-lei de organização dos Municípios foi o prosseguimento da mesma discussão, em sessão extraordinária. A discussão teve início na sessão da tarde e prolongou-se pela noite, em outra sessão. Não houve, porém, duas discussões num só dia.

O que estou afirmando pode ser verificado nos Anais desta Assembleia Legislativa.

O Sr. Armando Carneiro — Na legislatura passada houve sessões pela manhã, à tarde e à noite, com a mesma pauta.

O SR. FERRO COSTA — Sim, houve sessões pela manhã, à tarde e à noite, com a mesma pauta, porém uma só discussão.

O Sr. João Camargo — Não. Devo declarar a V. Ex.^a que passei quatro dias sem comparecer a esta Assembleia, desde que foram iniciadas as sessões ordinárias, sob a Presidência do Sr. Deputado Cattete Pinheiro. Chegando aqui, verifiquei que se ia discutir, à noite, um projeto que não constava da pauta. Chamei o Sr. Deputado Stélio Maroja à parte e disse-lhe que a maioria estava laborando em erro.

Disse-lhe que aquele procedimento feria o Regimento. V. Ex.^a nega, Sr. Deputado Stélio Maroja?

O Sr. Stélio Maroja — Perfeitamente.

O Sr. João Camargo — Qual foi o resultado do erro? A noite não se realizou a sessão, quando, então, se procurou

consertar o que estava errado, sendo que deveria estar anulada a 2.^a discussão do projeto.

O SR. FERRO COSTA — Permita-me um aparte ao seu aparte?

O nobre Deputado João Camargo observou uma lacuna e a maioria, atendendo às ponderações de S. Ex.^a, concordou com a suspensão dos debates, ficando a discussão transferida para o dia seguinte, evitando, assim, uma infração ao Regimento.

O Sr. Stélio Maroja — Desejo esclarecer à bancada do Partido Social Democrático que a bancada pessepista vem, até agora, votando pela aprovação do projeto. Não nos anima qualquer propósito de obstrução.

O Sr. João Camargo — Vou falar daqui a pouco.

O Sr. Deputado João Camargo Reassume a Presidência.

O Sr. Stélio Maroja — A nossa questão é fazer respeitar o Regimento, num dispositivo que é categórico e não comporta interpretações.

O SR. FERRO COSTA — Concedo o aparte ao nobre Deputado Benedito Carvalho.

O Sr. Benedito Carvalho — Eu não solicitei nenhum aparte.

O SR. FERRO COSTA — O que desejamos é apenas a defesa de um princípio.

Indago aos nobres Deputados: cada discussão tem ou não tem a sua pauta necessária? A resposta é positiva. Cada discussão tem a sua pauta necessária. Cada pauta deve ser anunciada com a antecedência mínima de vinte e quatro horas. O Regimento é claro. A pauta é como que uma advertência aos Srs. Deputados sobre a matéria que vai ser votada, é um convite ao estudo e à meditação.

O Sr. Armando Carneiro — Então a pauta devia ser distribuída com vinte e quatro horas de antecedência. Ela só é distribuída no dia da discussão da matéria dela constante.

O SR. FERRO COSTA — Mas ela deve ser distribuída com vinte e quatro horas de antecedência. Se há violação do Regimento, cumpre fazer um apelo à Presidência, a fim de que o serviço da Secretaria, neste aspecto, fique atualizado.

Hoje, Sr. Presidente, se trata de uma lei singela, que apenas concede uma faixa ao governador eleito, lei que poderia ser substituída, com vantagens, por mero decreto.

Amanhã, entretanto, poderá ser uma lei criando imposto, o fundo de energia elétrica ou alterando o imposto de vendas e consignações e outras matérias de suma gravidade para o Estado. Nenhum deputado gostaria de ver aprovados em regime de urgência projetos de tão alta relevância.

Baseado no Regimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, defendo a tese da impossibilidade jurídica da supressão das discussões, pois entre elas deve existir o prazo regimental de vinte e quatro horas. Disse, repito e desafio contestação, que cada discussão tem a sua pauta necessária. Se cada discussão tem a sua pauta necessária, dela não podemos prescindir, sem ferir, a fundo, o nosso Regimento, sem desmoralizar esta Casa. Devemos agir com serenidade; devemos respeitar a lei e mostrar que temos apreço ao nosso Regimento, que somos homens de reflexão que compreendem que, acima de tudo, deve pairar o interesse público.

O Sr. João Camargo — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. JOÃO CAMARGO — (Da bancada) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Infelizmente, o projeto que defendo nesta Casa e que veio a Plenário na pauta de uma segunda sessão convocada para o mesmo dia, não foi, digo sob a minha palavra de honra, porque eu tivesse pressa ou interesse em vê-lo votado imediatamente. Sei contar nos dedos e conheço perfeitamente o prazo para o mesmo ser votado. Se permiti que o projeto fosse colocado em pauta foi porque estava convocado, como qualquer Deputado, de que o nosso Regimento prevê o regime de urgência.

Chegou-se à conclusão de que não existe dispensa de

interstício. A urgência que pedi foi anulada pela exigência que me fazem de uma pauta, no mínimo de vinte e quatro horas antes de ser realizada a sessão.

Quanto à ida às Comissões, os Srs. Deputados podem pedir, no Plenário, que um projeto, com urgência, volte a qualquer Comissão.

Agora, eu estou numa situação difícil para defender o projeto. A impressão que se tem é de que existe interesse de minha parte em ver o Senador Magalhães Barata receber a insígnia no dia de sua posse. Não! A insígnia não é para S. Ex.^a, mas para todos os outros governadores, restabelecendo-se, assim, uma praxe que vinha sendo adotada há alguns anos.

O Sr. Stélio Maroja — Nobre Deputado. Queremos fazer sentir a V. Ex.^a que amanhã daremos o nosso apoio ao projeto. Não hoverá protelação.

O S. JOÃO CAMARGO — Já disse a Vv. Excias., sob a minha palavra de honra, que não tive a intenção de pressa nesse projeto. Não quero estar tratando de coisas passadas.

Mas, como já disse nesta Casa, que costume defender aquilo que faço, retiro o meu projeto da pauta de hoje, para colocá-lo na pauta de amanhã.

O Sr. Ferro Costa — V. Ex.^a dá uma demonstração de grandeza e de compreensão do que é um Parlamento.

O SR. JOÃO CAMARGO — Infelizmente, não posso continuar a discutir o meu projeto porque já cheguei à conclusão de que não há urgência e ante a atitude aqui tomada pelos Srs. Deputados, não haverá mais sessão nesta Assembleia, na mesma tarde, porque os projetos não podem ser votados no mesmo dia.

Se o assunto do projeto fosse outro, eu manteria meu ponto de vista, e o colocaria em votação, sem a existência da pauta.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Armando Carneiro — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Com o respeito e a admiração que me merece o Deputado Ferro Costa, S. Ex.^a, debatendo a preliminar do Deputado Benedito Carvalho, me lançou um desafio, para provar, neste Plenário, tenha partido, uma proposta de duas sessões num só dia, da Coligação.

O que eu defendo e continuo a defender neste Plenário é que agora, quando a maioria é outra, se quer impor a quebra do Regimento aos pessedistas, quando isto foi feito várias vezes, quer em sessão ordinária, quer em extraordinária, na legislatura passada pelos ilustres deputados pertencentes à Coligação Democrática Paraense.

O Sr. Amintor Cavalcante — V. Ex.^a acha que estava errado o procedimento, em relação a divisão territorial, da maioria passada?

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Acho que estava errado, como errado está, nobre Deputado, o que se pretende fazer neste Plenário.

Mas não é a maioria de agora que está quebrando o Regimento.

O Sr. Ferro Costa — Nobre Deputado Armando Carneiro. Com muito interesse estou ouvindo a palavra de V. Excia.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Agradeço a V. Ex.^a.

O Sr. Ferro Costa — ... e quero demonstrar a V. Ex.^a que o nobre Deputado Stélio Maroja, em face da omissão do Regimento e em decorrência desta Assembleia ter sido convocada antes do período normal, de 15 de abril, propôs, como interpretação do Regimento e, consequentemente, como questão de ordem, que fosse pela Casa aceito o período de mandato de Presidente eleito, a partir da data de sua eleição até 15 de abril de 1955.

Assim fazendo o Deputado Stélio Maroja, outra conduta não lhe assistia, baseado no Regimento e de acordo com o

artigo 74, senão a de pedir a votação imediata da questão de ordem. Não se tratava de projeto-de-lei ou de resolução, mas de uma indicação de ordem interpretativa do Regimento.

Isso foi feito, baseado neste preceito regimental do artigo 74.

O Sr. João Camargo — Mas V. Excia. sabe que, de acordo com o próprio Regimento, a Mesa Executiva não pôde ter duração mais de um ano.

Portanto, V. Ex.^a quebrou o Regimento. Essa Executiva ficou com um ano e meses.

O Sr. Ferro Costa — Acontece que essa proposição Stélio Maroja foi aprovada por unanimidade.

O Sr. João Camargo — Isso não importa. A unanimidade foi apenas dos presentes, pois as bancadas do P. S. D. e P. T. B. não compareceram. Quero lembrar a V. Ex.^a que quando esta Mesa completou um ano, eu quis felicitar o Sr. Deputado Efraim Bentes, nesta Casa, e pedir a S. Excia. que, se encontrasse no Regimento qualquer artigo que determinasse que a duração da Mesa fosse de um ano, não renunciasse, pois S. Ex.^a vinha conduzindo bem os nossos trabalhos.

O Sr. Benedito Carvalho — Sr. Presidente. Solicito a V. Ex.^a seja prorrogada a sessão até que a presente preliminar seja votada.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a preliminar do Sr. Deputado Benedito Carvalho. Os Srs. Deputados que a aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovada.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Armando Carneiro.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Sr. Presidente. Não é a argumentação que invoca o Deputado Ferro Costa que eu iria fazer, pois que, na primeira sessão em que compareceu a maioria eventual, se quebrou o Regimento Interno desta Assembleia. O Regimento é claro e diz: (Lê)

Art. 4.º — Dois dias antes do início da nova legislatura, os deputados reunir-se-ão em sessão preparatória, independente de convocação.

Nós os Deputados pessedistas, viemos para cá. Fêz-se isso. E depois que apareceu a maioria eventual, S. Ex.^a o Deputado Ferro Costa levantou uma preliminar que foi aprovada pela maioria, para a invalidade do nosso Regimento, porque tinha sido um Regimento ilegal. Foi a primeira quebra que se fez, no primeiro dia em que compareceu a maioria eventual à Assembleia Legislativa do Estado.

Isto está nos Anais e no livro onde se anotam as questões de ordem.

Depois, Sr. Presidente, a fim de combater o projeto de redivisão territorial que tinha sido imposto a esta Casa por uma manobra política, os Deputados pessedistas aqui estiveram, e eu levantei minha voz, pedindo que fôsse o projeto dado a conhecer aos novos Deputados que ainda não tinham conhecimento da matéria, e S. Excia. o Sr. Deputado Efraim Bentes, numa proposta que eu classifiquei e continue a classificar de indecorosa, pediu a aprovação, em segunda discussão, do projeto-de-lei, para que somente em terceira discussão nós fôssemos dados a conhecer.

Era a força tripudiando sobre o direito, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Era a força da maioria sobre a minoria. E aprovou-se, aqui neste Plenário, em menos de vinte e quatro horas, pois que foi da sessão da tarde para a da noite, um processo no qual estavam contidos vários projetos, entre os quais o de redivisão territorial.

Aprovou-se em segunda discussão o projeto de redivisão territorial. Fomos para a terceira discussão, e quando os Deputados pessedistas faziam oposição cerrada ao projeto, por ser o mesmo inconstitucional e não trazer benefício algum para certos municípios, o Deputado Fernando Magalhães, se não me falha a memória, baseado no Regimento Interno da Câmara Federal, levantou uma preliminar, uma questão de ordem, no sentido de que, quando o processo es-

tivesse em regime de urgência, os Deputados só falassem meia hora, procurando, com isso, tolher a palavra dos Deputados da minoria.

Isto foi aprovado em Plenário.

O Sr. Fernando Magalhães — Mas até aí não houve quebra do Regimento.

O Sr. Newton Miranda — Houve inovação.

O Sr. Fernando Magalhães — De acordo com os mesmos preceitos do Regimento da Câmara Federal. Eu até o invoquei e pedi que, após aprovada essa minha proposição, fôsse a mesma anotada no livro de questões de ordem, que faz parte integrante do nosso Regimento.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Estou de acordo com V. Excia., mas, pergunto: por que V. Excia., quando era Presidente desta Casa o Deputado Augusto Corrêa e que se discutia o projeto de redivisão territorial, não apresentou este dispositivo do Regimento Interno da Câmara Federal?

O Sr. Fernando Magalhães — Responderei a V. Excia. Não apresentei o dispositivo porque naquela altura não havia o intuito de procrastinar a votação do projeto.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Nobre Deputado, V. Excia. me perdôe, mas das galeiras desta Casa vi Deputados, com o meu querido pai, falarem quase uma semana para que o projeto de redivisão territorial não tivesse curso nesta Casa.

A verdade é que Vv. Excias. não tinham a maioria eventual que para aqui veio impôr a redivisão territorial, quebrando a Constituição e o Regimento Interno da Casa.

Vv. Excias., agora, quando o Deputado Benedito Carvalho levanta uma preliminar, afirmam que a maioria quer tripudiar sobre a minoria, o que não é verdade.

E' este o motivo de, neste momento, estar tomando parte neste debate. Estava em meu lugar, calado, ouvindo somente o que Vv. Excias. diziam.

O Sr. Stélio Maroja — V. Excia. pode ter a certeza de que não houve, absolutamente, essa alegação de que a maioria quer tripudiar sobre a minoria.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Indirectamente, houve, nobre Deputado.

O Sr. Stélio Maroja — O que queremos afirmar é que a proposição é anti-regimental e que no momento não há nenhuma diversidade de ponto de vista. Estamos apenas cogitando da defesa de um dispositivo regimental, para casos futuros. Portanto, não há qualquer propósito oculto de nossa parte. V. Excia. está enganado, nobre Deputado.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Pelo que ouvi, o nobre Deputado Ferro Costa disse que queremos abrir um precedente para que esta Casa não tivesse mais a sua autoridade, para que esta Casa ficasse sujeita a ordens de terceiros...

O Sr. Stélio Maroja — As palavras do Deputado Ferro Costa referem-se à questão, em tese.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Justamente. E' nesta tese que estou me baseando para dizer que S. Excia., agora, quer jogar a culpa de quebra de Regimento para a maioria que está tomando assento nesta Casa.

O Sr. Ferro Costa — Aceitando, para argumentar, tudo quanto V. Excia. está dizendo de nossa conduta, eu indago de V. Excia. o seguinte: V. Excia. reputou um erro ou uma conduta acertada? V. Excia., pelo que disse, reputou um erro, e por que salientar esse erro agora, para querer suprimir o intervalo das discussões?

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Absolutamente. Fui claro, respondendo ao aparte do nobre Deputado Amintor Cavalcante.

O Sr. Ferro Costa — Quer dizer que V. Excia. é contrário à dispensa de interstício?

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Sou contrário à preliminar Benedito Carvalho.

Quis mostrar a esta Casa que Vv. Excias., quando tinham a força, faziam o que queriam e agora, quando a força está do lado do PSD, Vv. Excias. acham que estamos obedecendo

ordens de terceiros.

O Sr. Ferro Costa — Não. Não declarei isto.

O Sr. Geraldo Palmeira — (Dirigindo-se ao orador) — Deve ser a força não do número e sim da razão.

O Sr. Ferro Costa — Não declarei isto, nobre Deputado Armando Carneiro. Fiz mesmo questão de salientar que o debate era apenas em tese, porque, na parte substantiva, ou seja, na votação da matéria, estamos de acordo. Tanto que o projeto logrou votação unânime nas duas discussões anteriores.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Foi justamente o motivo que eu disse, da minha entrada no debate, porque V. Excia. queria jogar uma carapuça que não nos cabia.

Mas, continuando, Sr. Presidente, se fôsse apontar as inúmeras irregularidades que se praticam nesta Casa, tomaria todo o precioso tempo de Vv. Excias.

O Sr. Geraldo Palmeira — Sim, V. Excia. tem toda a razão. Graves irregularidades se têm praticado nesta Casa.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — V. Excia. já colaborou para essas irregularidades. No caso da redivisão territorial, V. Excia. contribuiu com o seu voto para rasgar o Regimento e a Constituição.

Assim sendo, desejo que fique bem claro que uma maioria eventual, nesta Casa, já praticou tudo quanto de irregularidades se possa admitir contra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a preliminar.

O Sr. Fernando Magalhães — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES — Os dois projetos para os quais o nobre Deputado Benedito Carvalho pediu dispensa de interstícios já estão gozando dessa faculdade, eis que a urgência e preferência já foram votadas. Não devemos, portanto, votar novamente a preliminar, o que seria uma redundância. E' o mesmo que voltarmos a votar a urgência e a preferência.

Levanto, nestas condições, a preliminar no sentido de que seja considerado anti-regimental o pedido de urgência e de preferência.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a preliminar do Sr. Deputado Benedito Carvalho.

O Sr. Stélio Maroja — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente, quero dirigir um apêlo, à boa vontade, ao discernimento e à consciência jurídica da bancada do Partido Social Democrático.

Dentro dessa bancada existem figuras que se destacam pelo amor às letras jurídicas, como por exemplo os Srs. Deputados Moura Palha e Newton Miranda, outros que estão ligados a um passado de contacto com a vida pública, como os Srs. Deputados Benedito Carvalho e Max Parijós, sem falarmos na pessoa de V. Excia., Sr. Presidente, e na do nobre Deputado Dionísio Bentes de Carvalho, pela cordialidade que sempre mantém nas atitudes políticas que tomam.

Apelo para as qualidades, que não contestamos, dos Srs. Deputados da bancada adversária, para que compreendam que, no momento, quaisquer que tenham sido as nossas divergências do passado, quaisquer que tenham sido os erros, nossos e da bancada de V. Excia., Sr. Deputado Armando Carneiro, é de nosso dever respeitar o Regimento.

O Sr. Armando Carneiro — O apêlo de V. Excia. é dirigido no sentido de...

O SR. STÉLIO MAROJA — De que seja respeitado o Regimento.

No momento, Sr. Presidente, não se trata de uma questão fechada, no partido de V. Excia. O que é fora de dúvida é que a interpretação do Regimento não comporta outra solução que não aquela que está sendo defendida pelas bancadas deste lado.

O Sr. Fernando Magalhães — Se votarmos favorável-

mente à preliminar, amanhã poderemos votar dispensando as três discussões.

O SR. STÉLIO MAROJA — O nobre Deputado Fernão do Magalhães tem razão.

Não temos; queremos deixar bem claro, qualquer interesse em embarçar a marcha dos projetos a que se refere o requerimento do nobre Deputado Benedito Carvalho. Os projetos podem ter sua marcha regular, de modo a poderem ser sancionados ainda pelo atual Governador.

Não há, portanto, nenhuma divergência que motive uma atitude de obstrução, por parte da bancada do Partido Social Progressista e das demais que compõe a Coligação Democrática Paraense.

São dois os dispositivos do Regimento que se referem ao interstício de 24 horas entre uma e outra discussão.

Diz o parágrafo único do art. 95: (Lê)

“Parágrafo Único. Nenhum projeto será entregue a discussão sem que figure em pauta, pelo prazo mínimo de vinte e quatro horas”.

Esse dispositivo deixa bem claro que a pauta é organizada para cada sessão. Ver o art. 117 que dispõe: (Lê)

“Urgência é a dispensa de exigências regimentais para ser determinada proposição discutida e votada.

§ 1.º Não se dispensam as seguintes exigências:

III — Permanência da proposição em pauta pelo prazo mínimo de vinte e quatro horas”.

Ora, segundo o parágrafo único, que acabo de ler, nenhum projeto pode ser discutido nem votado sem que figure em pauta pelo prazo mínimo de 24 horas, e, sendo a pauta organizada para cada sessão e dispondo o art. 177, no seu inciso terceiro, que a urgência não dispensa a permanência da proposição em pauta pelo prazo mínimo de 24 horas, não distinguindo este dispositivo se se trata de primeira, segunda ou terceira discussão, é claro que esta Assembleia não pode fazer tal distinção, sem ferir frontalmente os postulados regimentais invocados.

E' por isso, Sr. Presidente, que antes de se iniciar a votação, dirigimos um último apelo à bancada adversa, invocando as tradições desta Assembleia, a fim de que se respeite o interstício de 24 horas entre uma e outra discussão, não para que se faça qualquer procrastinação, mas sim para que, futuramente, na discussão de projetos de lei de maior significação, seja permitida uma discussão com todas as cautelas, como referiu o Deputado Ferro Costa.

E', portanto, em defesa de princípios regimentais que a nossa atitude é, clara, neste momento, e pedimos, para essa atitude, a compreensão das bancadas do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O Sr. Moura Palha — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. MOURA PALHA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Inicialmente, quero declarar que esta é uma questão aberta da minha bancada.

Particularmente, pessoalmente, sou contra a preliminar do meu querido companheiro Benedito Carvalho, e o faço menos pelo apelo do nobre colega Deputado Stélio Maroja do que pelo amor que tenho à lei, ao nosso Regimento.

Evidentemente, é aceitável a atitude, até certo ponto, do nobre Deputado Benedito Carvalho, de vez que S. Excia. tem a apoiá-lo as repetidas transgressões ao Regimento, nesta Casa, como, em profusão de exemplos, acaba de denunciar o nobre Deputado Armando Carneiro. Não estamos aqui, porém, para persistir num propósito que nada nos recomenda, e a aprovação da preliminar do Sr. Deputado Benedito Carvalho viria ou virá ferir, de frente, o art. 177 e seu parágrafo 1.º do nosso Regimento. E' tão claro o dispositivo legal, é tão cristalina sua interpretação que dispensa comentários, divagações, ou um estudo mais aprofundado da matéria. Nestas condições, reafirmando tratar-se de ques-

tão aberta na minha bancada, voto contra a preliminar do meu companheiro, nobre Deputado Benedito Carvalho.

O Sr. Benedito Carvalho — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. BENEDITO CARVALHO — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Durante a minha longa vida de político militante, e para orgulho meu, sempre estive integrado nas fileiras de um partido disciplinado, de um partido político que obedece a orientação firme e decidida de um chefe que conduz uma coletividade, a qual se enfileira ante este partido, jamais divergindo de um só intento nas atitudes que lhe são peculiares. Por isso é que eu não poderia ser a causa nem o motivo de reter aqui, por mais algumas horas, os colegas solidários com a preliminar levantada por mim, nesta Casa, para neste momento retirá-la da Mesa como se encontra.

Sr. Presidente. Jamais esperei os dúbios, ou aqueles que não tiveram coragem de defender suas atitudes, os seus atos diante da bancada do Partido Social Democrático.

Pode haver alguém disciplinado tanto como eu, porém mais do que eu, jamais. Por isso, Sr. Presidente, sempre tenho sido daqueles que acatam a decisão do meu Partido. Neste caso, não poderia reprimir ou retirar a preliminar que se encontra sobre a Mesa. Ela já não me pertence, mas sim aos companheiros que integram a minha bancada.

Ouví com atenção e com a admiração que me merece o ilustre Deputado Stélio Maroja, com quem venho privando há pouco tempo, admiração e até mesmo estima que lhe dedico pelos seus atos pautados sempre dentro da razão, da justiça e do direito.

Mas, Sr. Presidente, a questão da dispensa de interstício é uma questão pacífica, que existe em toda e qualquer Assembleia do Brasil e até na Câmara Federal. E assim, firmando meu ponto de vista, declaro que continuo a manter a minha atitude e assumo qualquer responsabilidade que me possa caber na preliminar que ora apresentei.

São estas as palavras com que estou a terminar a discussão da preliminar, que peço a V. Excia. colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a discussão. Em votação.

O Sr. Geraldo Palmeira — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Sr. Presidente. Antes de tudo, quero felicitar o líder do Partido Social Democrático, pelo seu alto espírito de compreensão patriótica, mesmo de democracia. A vida dos Parlamentos deve ser feita através de compreensão entre homens livres. Através do debate é que eles se compreendem e se entendem.

O Sr. Deputado Moura Palha talvez tenha lido aquele poema de Ruy Barata, que diz: “A meia-noite é a hora dos fantasmas se decidirem”.

Quero também felicitar o Deputado Benedito Carvalho pela sua coerência, pelo seu modo de entender, pela sua convicção inabalável, e por isso talvez mereça mais do que a nossa admiração.

Eu, nobre Deputado, não sou contra este projeto. Disse ontem nesta Casa que se fosse o Governador Cattete Pinheiro eu manteria, através de um decreto do Executivo, como bem disse V. Excia., uma tradição. Uma tradição restabelecendo apenas uma coisa que existiu, que já foi comum na vida governamental do Estado do Pará. Mas veio para cá e V. Excia. o submeteu à apreciação desta Assembleia. Disse, Sr. Presidente e nobres Deputados, sem maldade e sem segunda intenção, apenas com a minha maneira de falar, debater assuntos, de querer convencer, que sou pela tradição não somente dos fatos e dos acontecimentos normais, e acredito que, de fato, uma faixa no peito do Governador simboliza alguma coisa de maior. Ela traduz, perante o

povo, algo mais respeitoso, de maior admiração. Isso é uma tradição dos Governadores Federais. O Presidente espera no Palácio das Águias, na rua do Catete, no portão principal, a chegada do Presidente da República. Os dois sobem, e lá depois de assinarem o ato do termo de posse, ele passa a faixa simbólica para o Presidente eleito. Por que iríamos nós votar contra um projeto, cujo objetivo, cujo sentido é o restabelecimento de uma tradição? O que nós queremos, o que nós desejamos é acabar com essa política de achincalhe.

O Sr. Benedito Carvalho — V. Excia. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — O líder de minha bancada declarou que para nós a questão é aberta, e que esta bancada está inteiramente à vontade para votar a proposição.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Amanhã, nobre Deputado, pode se cometer, dentro de 24 horas, atos abomináveis que poderiam ser evitados nas discussões, nos debates e na prorrogação da matéria.

No caso da redivisão territorial, essa lei não foi votada aqui ferindo o Regimento. Ela pode ter ferido apenas a lei que regulamenta a Lei Orgânica dos Municípios, mas sou daqueles deputados municipalistas que acham que a redivisão territorial, no Brasil e em todos os Estados, é uma necessidade. Nobre Deputado, redividir o Município é o que Vv. Excias. estão fazendo, de maneira diferente, criando mais uma Secretaria de Estado. Para que? Dizem que é para melhor administrar.

O Sr. Newton Miranda — V. Excia. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Os Anais desta Casa dizem: (Lê)

"Sessão do dia 15 de fevereiro de 1955.

1.ª parte da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Submeto à deliberação da Casa a preliminar levantada pelo Sr. Deputado Abel Figueiredo. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovada.

Esgotada a matéria da 1.ª parte da Ordem do Dia, o Sr. 1.º Secretário vai ler o que consta da pauta para a sessão de amanhã.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

Pauta

1.ª parte da Ordem do Dia

— Requerimento n. 311, de autoria do Sr. Deputado Humberto Vasconcelos e outros.

— Requerimento n. 312, de autoria do Sr. Deputado Imbiriba da Rocha.

— Requerimento n. 313, de autoria do Sr. Deputado Fernando Magalhães.

— Requerimento n. 314, de autoria do Sr. Deputado Imbiriba da Rocha.

— Requerimentos ns. 315, 316 e 317 de autoria do Sr. Deputado Milton Miranda.

— Requerimento n. 318, de autoria do Sr. Deputado Cunha Coimbra.

— Requerimento n. 319, de autoria do Sr. Deputado Reis Ferreira.

— Requerimento n. 320, de autoria do Sr. Deputado Imbiriba da Rocha.

— Requerimento n. 321, de autoria do Sr. Deputado Olavo Rocha.

2.ª parte da Ordem do Dia

Discussão única:

Redação final: Projetos-de-lei constantes dos Processos ns. 9, 55, 87, 111, 249, 255, 256, 258, 262, 264, 265, 269, 270, 271, 273, 307, 309, 311, 320, 322, 354, 355, 361, 364, 372, 396, 407, 440, 455, 481, 504, 506.

3.ª discussão:

Projetos-de-lei constantes dos Processos ns. 487, 509, 323, 332, 333, 335, 336, 337, (1953) 337 (1954), 338, 462, 484, 454, 405, 339, 368, 176, 480, 437, 520,

104, 427, 463, 467, 403, 491, 431, 32, 465, 483, 466, 505, 482, 492, 20, 68, 102, 397, 363, 517, 426."

No mesmo dia, na sessão das 20,20 horas, foi votado e aprovado o projeto n. 364, que não constava da pauta. Como vêem Vv. Excias., naquela ocasião houve a dispensa do interstício regimental da permanência da matéria em pauta por 24 horas.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Mesmo que fôsse, nobre Deputado, V. Excia. é jurista, eu não sou. V. Excia. é cultor de direito, eu não sou. V. Excia. talvez seja mais cristão do que eu e há-de querer ensinar a nós outros aquilo que Cristo ensinou à terra: "Quando te baterem numa face entrega a outra".

Ora, nobre Deputado, não justifica um crime, outro crime. Um erro não justifica outro erro.

Nobre Deputado, amanhã estarei aqui e Vv. Excias. reconhecerem as minhas atitudes, os meus atos e saberão que terão o meu voto favorável a este projeto.

Amanhã, Sr. Presidente, votarei pela aprovação do projeto, mas, hoje, de maneira alguma, poderei ferir o Regimento desta Casa.

O Sr. Ferro Costa — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. FERRO COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não poderia deixar passar em silêncio a magnífica e ilustre oração do brilhante líder do PSD, e, ao mesmo tempo, felicitá-lo pela sua sinceridade, pela sua firmeza de interpretação.

Sr. Presidente. Conheço o Deputado Moura Palha de longa data. Há algum tempo, fomos colegas de escritório, lado a lado trabalhamos, embora cada qual tivesse sua banca de advogado, e sei, realmente, dos seus conhecimentos jurídicos e firmeza de convicção, e eu me admiraria profundamente, ficaria magoado e moralmente derrotado, se S. Excia. houvesse endossado a preliminar Benedito Carvalho.

Ao contrário, estou satisfeito. Realmente, o Deputado Moura Palha honrou suas tradições de jurista. Em boa hora o PSD conferiu-lhe a liderança, fê-lo timoneiro de homens ilustres que interpretam a lei.

Fazer valer a força u'a maioria, embora aparentemente estável, como esta, para desrespeitar a própria lei, impor uma vontade tirânica, Sr. Presidente, não é conduta que se recomende em qualquer democracia.

Em sessões próximas terei oportunidade de rebater as acusações de um colega, de ter eu violado o Regimento, a quando da discussão do projeto de redivisão territorial do Estado.

Mais ainda, se houvesse acontecido tal, os Srs. Deputados do PSD foram visivelmente contrários a tudo quanto se processou nessa lei. Onde está a coerência desses Deputados? Onde a sua firmeza de orientação? Onde a coerência de sua conduta, se, ontem, eram contrários, se apontavam erros, e só porque hoje têm a maioria os erros desaparecem? Não é possível.

O Sr. Armando Carneiro — Não. Em absoluto.

O SR. FERRO COSTA — Responde o Deputado Armando Carneiro: o erro não desapareceu.

O Sr. Armando Carneiro — O Deputado Benedito Carvalho está convicto de que sua proposição é regimental.

O SR. FERRO COSTA — O Deputado Moura Palha fez declarações incisivas, cristalinas e límpidas e a palavra de um experimentado advogado, que é tão maior em sua banca a ponto de merecer a liderança, com o devido respeito ao Deputado Benedito Carvalho, entre as duas interpretações, data vênua, fico com a do líder do PSD.

Mas, Sr. Presidente, não querendo ir a uma questão interna, apenas citando o ângulo interno do problema, que não merece debate, não há por que procurar subverter o Regimento, esmagar a Lei, para obscurecer aquilo que eu tenho feito nesta Casa, ou seja, o respeito às discussões, o intervalo

de um dia na elaboração das leis, cujo julgamento exige reflexão, ponderação.

A pressa, Sr. Presidente, só serve aos violentos, aos atrabiliários, àqueles que recebem exame detido da matéria.

Estamos votando leis. Não estamos legislando apenas para o dia de hoje. Estamos legislando para o eterno, para o amanhã, porque o legislador deve, ao elaborar uma lei, ter a presunção de que vota para a eternidade, embora essas leis, sabemos, sejam sujeitas às mutações humanas.

Mas, no momento em que vota a lei, deve ter consciência da perenidade do seu julgamento, que é o antagonismo da pressa. E quem dispensa interstício, quem evita maturação, não quer respeitar o Parlamento, não quer honrar o Legislativo.

Sr. Presidente. Pelo nosso Regimento, pela tradição da Casa, pelo que de bom se possa esperar de uma Casa de Lei, faço um apelo para que rejeitemos esta proposição que denigre o nosso passado, que desonra esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a preliminar.

O Sr. Ferro Costa — Peço verificação de "quorum", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda à verificação de "quorum".

— O SR. 1.º SECRETÁRIO PROCEDE A CHAMADA DOS SRS. DEPUTADOS.

O SR. PRESIDENTE — Estão presentes dezessete Srs. Deputados. Não há, dessa maneira, "quorum" para votação. Convoco os Srs. Deputados, para a sessão de amanhã, às 14,00 horas, designando para a sessão ordinária a seguinte pauta: (Lê)

Pauta

1.ª parte da Ordem do Dia

— Discussão dos requerimentos ns. 76, 84, 85, 86, 87, 89 e 90.

2.ª parte da Ordem do Dia

Matéria em votação normal

— 3.ª discussão do projeto-de-lei referente ao Processo n. 159.

— 2.ª discussão dos projetos-de-lei referentes aos Processos ns. 329, 298, 341, 48, 20, 149, 168, 4, 73 e 136.

Está encerrada a sessão.

Encerramento: Às 18,50 hs.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Ata da 299 sessão ordinária realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Aos dezessete (17) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956), nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, reuniram-se às nove (9) horas, à Av. Independência n. 184, onde o Tribunal de Contas tem a sua sede própria, os Srs. Ministros Augusto Belchior de Araújo, Lindolfo Marques de Mesquita, Mário Nepomuceno de Sousa, sob a presidência do Sr. Ministro Adolpho Burgos Xavier e presença do sr. Procurador, dr. Lourenço do Valle Paiva. Não compareceu o sr. Ministro Elmiro Gonçalves Noqueira, em gozo de férias.

Lida e aprovada, sem restrições, a ata da sessão anterior, seguiu-se o expediente: Declaração de bens do Sr. Henrique de Santa Helena Corrêa, Chefe do Serviço de Navegação do Estado, cujo registro foi unanimemente indeferido por falta de reconhecimento da firma, como exige o art. 40 do R. I.

Na ordem do dia, é anunciado o julgamento do processo n. 991, referente à prestação de contas, da Missão São Francisco do Cururú, no rio Tapajós, do auxílio de Cr\$ 12.000,00, recebido do Estado,

em 1954, cujo parecer do dr. procurador e relatório do dr. auditor foram lidos na sessão 298, realizada em 13/7/56, e constam dos autos às fls. 26 a 28.

Na qualidade de relator, o sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, profere o voto: "A presente prestação de contas da Missão São Francisco do Cururú, no rio Tapajós, relativa ao auxílio recebido do Governo do Estado em mil novecentos e cinquenta e quatro, na importância de Cr\$ 12.000,00 pelo que se infere do exame das seções técnicas deste T. C., está exata.

Voto, pois, pela sua aprovação e consequente expedição do alvará de quitação.

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Com fundamento no voto do sr. ministro relator, aprovo as contas".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Aprovo as contas".

Unanimemente, foi aprovada a prestação de contas de que trata o processo n. 991, expedindo-se o competente alvará de quitação.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 1262 relativo à

prestação de contas da União Acadêmica Paraense, do auxílio de Cr\$ 87.000,00, recebido do Estado em 1954, cujo parecer do dr. procurador e relatório do dr. auditor foram lidos na sessão 297, realizada em 10/7/56, e constam dos autos às fls. 123 a 126.

Como relator, o sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa profere o voto: "O presente processo condensa a prestação de contas da União Acadêmica Paraense, concernente a dois auxílios que recebeu do Estado no exercício de 1954, no valor englobado de Cr\$ 87.000,00, sendo o primeiro de Cr\$ 75.000,00, como ajuda à construção da Casa do Estudante do Pará, e o segundo de Cr\$ 12.000,00, sem destinação especificada.

Os auxílios pagos resultaram, respectivamente, das leis ns. 730, de 15 de dezembro de 1953, 810, de 10 de setembro de 1954, na forma exposta nos autos.

O processo foi normativamente preparado e instruído pela Auditoria, que procurou, através das diligências de fls., eliminar as falhas e anormalidades da prestação de contas, dêles constando, ainda o parecer da Procuradoria e o relatório do feito, em termos legais. E tudo examinado, infere-se que as contas relativas à aplicação dos Cr\$ 12.000,00, considerada que seja a natureza legal do auxílio é consoante a demonstração de fls. 5 e os documentos que a sustentam, estão em condições exatas e perfeitas.

Já com relação ao auxílio correspondente à importância de Cr\$ 75.000,00, a situação é inteiramente diversa, eis que o auditorio concedido o foi para escopo certo, com destinação precisa, de onde o seu emprêgo não se justifica senão em razão do objeto que deu vitalidade à lei instituidora do auxílio.

Tal, porém, não ocorreu. Os documentos oferecidos e comprobatórios da despesa realizada à conta da ajuda destinada, indicadamente, a auxiliar a construção da Casa do Estudante do Pará (Lei 730), não são receptíveis, de vez que o dispêndio comprovado diz respeito ao pagamento de compromissos com pessoal, material de consumo, passagens aéreas, foguetes, festas, etc. Tais despesas, é irrecusável, nada tem a ver com o valor do auxílio recebido.

Não podem por êle responder, em suma, não tem força probatória para custodiar a justeza da aplicação específica a que estava sujeita a entidade beneficiada.

É bem possível mesmo, ter havido lamentável equívoco na documentação apensada, tão profunda é a divergência entre as despesas comprovadas e os fins respeitáveis do auxílio.

De qualquer maneira o processo não está em condições de ser julgado definitivamente, já que não foi feita a citação do responsável, para, no prazo legal, apresentar defesa de direito, conforme dispõe o art. 52 da Lei Orgânica deste Tribunal.

Tratando-se de uma formalidade substancial à legitimidade e justiça do julgamento, é mister executá-la primeiramente, prosseguindo-se os ulteriores de direito até decisão final do assunto.

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Estou inteiramente de acordo com o relator: a citação em base legal, para que oportunamente este Tribunal se manifeste a respeito".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Estou de acordo com o sr. ministro relator".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Voto de acordo com o sr. ministro

relator".

Dessa forma, unanimemente, resolveu o plenário mandar citar o Presidente da UAP para, no prazo legal, apresentar defesa de direito, conforme o art. 52 da Lei n. 603, de 20/5/53, e nos termos do voto do sr. ministro relator.

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 2631, relativo à prestação de contas do Centro Israelita do Pará, do auxílio de Cr\$ 24.000,00, recebido do Governo do Estado em 1955, cujo parecer do dr. procurador e relatório do dr. auditor foram lidos na sessão 298, realizada a 13/7/56, e constam dos autos às fls. 42 e 40.

Como relator, o sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo dá o voto: "O Centro Israelita do Pará recebeu do Governo do Estado, no ano de 1955, pela Tabela 38, do Orçamento Financeiro daquele ano, como auxílio social, a importância de Cr\$ 24.000,00; e vem prestimosamente, neste exercício de 1956, trazer a esta Egrégia Corte, o sr. Marcos Athias, presidente daquela entidade, as devidas contas do referido auxílio.

Feita a instrução do processo pela respectiva Auditoria, ouvida a seção de Tomada de Contas deste T. C., foram considerados os comprovantes da aplicação da verba — auxílio e julgados irrepreensíveis. A ilustrada Procuradoria, pelo seu titular, deu parecer nos autos, pela aprovação das contas apresentadas, pois, incontestemente foi a aplicação rigorosa, nos benefícios realizados.

Sou portanto, pela expedição do alvará de quitação do sr. Marcos Athias, presidente do Centro Israelita do Pará, pois aprovo a liquidação com que se aplicou os dinheiros públicos, em benefício da coletividade hebraica.

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Louvou-me no voto do sr. ministro relator para dar aprovação às contas".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Aprovo as contas, com fundamento no voto do sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Aprovo as contas, com base no voto do sr. ministro relator".

Unanimemente, foi aprovada a prestação de contas concernente ao processo n. 2631, expedindo-se o respectivo alvará de quitação.

Após, é anunciado a continuação do julgamento do processo n. 1684, relativo à prestação de contas do Colégio "Santo Antonio", do auxílio de Cr\$ 12.000,00, recebido do Estado, em 1954, cujo parecer do dr. procurador e relatório do dr. auditor foram lidos na sessão 298, realizada a 13/7/56, e constam dos autos às fls. 36 e 37.

Como relator, o sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa dá o seu voto: "Agasalham estes autos a prestação de contas do Colégio Santo Antônio relativa à importância de Cr\$ 12.000,00 que recebeu como auxílio do Estado, no ano financeiro de 1954, por força da Lei n. 810, de 10 de setembro do ano acima referido.

As contas examinadas, rigorosamente, não autorizam objeções ou impugnações. Comprovando a aplicação do numerário recebido da Fazenda Estatal, a Irmã Diretora da qual conceituado estabelecimento de ensino, fez juntada ao processo de seus recibos e de uma relação discriminativa das despesas efetuadas por conta do respectivo auxílio (fls. 8 a 12), de onde se constata alcançar o total do dispêndio a cifra exata de Cr\$ 11.940,50, havendo, portanto, uma diferença de Cr\$ 89,50 que reclamava comprovação regular.

As restantes anormalidades apon-

tadas pela Secção de Tomada de Contas, as fls. 16 dos autos, foram plenamente sanadas pelo ofício e documentos de fls. 21 a 24, permanecendo todavia aquela diferença dada como saldo do auxílio a ser aplicado no exercício de 1955, o que se nos afigura perfeitamente aceitável.

Isto posto, somos pela aprovação das contas apresentadas no seu real valor indicativo, com a expedição do respectivo alvará de quitação.

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "De acordo com o voto do sr. ministro relator.

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Aprovo as contas, de acordo com o voto do sr. ministro relator".

Unanimemente, foi aprovada a prestação de contas, de que trata o processo n. 1884, expedindo-se o competente alvará de quitação.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 2763.

O relator, sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa, com a palavra, faz o relatório: "O ofício n. 578, de 23/5/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Francisca Batista de Oliveira, no cargo de professor de 1.ª entrância, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar, 'Salto da Onça', município de Capanema, deu origem ao processo ora objeto deste julgamento. O decreto executivo, que veio para registro nesta Corte de Contas, está anexo às fls. 3 dos autos. O expediente, propriamente dito, como se verifica dos autos, foi originado na petição de fls. 6 da interessada. Aposentou os autos encontram-se dois documentos substanciais, o título de eleitor da peticionária e uma ficha funcional fornecida pela Secretaria de Educação e Cultura (fls. 7 e 8). Ouvidos os órgãos técnicos, o Departamento do Pessoal, através da sua Consultoria Jurídica e seu diretor, opinaram pelo deferimento do pedido, com o que concordou plenamente S. Excia. o sr. governador, como se verifica do despacho de fls. 10. Veio o processo a este Tribunal de Contas. Encaminhado ao dr. procurador, este emitiu o parecer de fls. 13 a 15 dos autos. É o relatório do feito.

Com a palavra, o dr. procurador dá o parecer de fls. 13 a 15 do processo.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Francisca Batista de Oliveira, ocupante do cargo de Professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola auxiliar mista do lugar Salto da Onça, Município de Capanema, requereu ao governador do Estado, em data de 2 de março do ano em curso, a sua aposentadoria, alegando contar 70 anos de idade e vinte anos de serviço prestados ao Estado, tudo, porém, de acordo com o art. 159, parágrafo da Lei n. 749/24/12/53 (Lei n. 1.257, de 10/2/56). Ao petição, a postulante anexou dois documentos: o seu título de eleitor, sob n. 12.476 e uma cópia da sua ficha funcional, expedida pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura, nos quais, rigorosamente, não negamos valor probatório para o caso em espécie.

É curial atentar, que o Departamento do Pessoal não oferece condições técnicas perfeitas como órgão centralizador e informador da situação jurídica dos servidores públicos do Estado, tanto assim que uma grande parte das aposentadorias compulsórias vindas a registro neste Tribunal, são decretadas a pedido do próprio funcionário, algumas até sensivelmente retardadas.

A aposentadoria pela compulsória, de fato, é simples ato declaratório duma situação existente, isto é, ter o funcionário atingido a idade limite para o exercício da função pública. Como, porém, o Governo animar o ato declaratório, se o órgão estatal competente carece de elementos informativos sobre a real situação do servidor público.

Dai as fichas funcionais fornecidas por outros departamentos e repartições, via de regra, é certo, lacunosas e imprecisas, mas não inaceitáveis e muito menos com capacidade de anular ou perturbar direito prescrito, desde que não é lícito e num legítimo sacrifício a alguém por erros ou falhas de outrem, seja pessoa natural, seja pessoa jurídica de direito pública ou privada.

Pela ficha funcional de fls. 8, verifica-se que Francisca Batista de Oliveira, foi nomeada, por ato de 22 de fevereiro de 1937, para o cargo indicado na presente aposentadoria, tendo assumido a 1.ª de março do ano acima citado, cargo em que serviu até a presente data, contando, portanto, 20 anos de serviço público, inclusive um ano de licença especial não gozada. Outrossim, suprimindo os senões da sua ficha funcional, a professora fez prova de idade com o seu título de eleitor.

Por esse documento verifica-se ter a mesma nascida a 17 de outubro de 1886, o que vale dizer: somente a 17 de outubro do an. corrente atingirá a idade de 70 anos, data em que ter-se-á como normal o ato declaratório de sua aposentadoria pela compulsória.

O certo, contudo, é que o Governo, em data de 18 de maio de 1956, aposentou a professora compulsoriamente.

Desse modo, o decreto governamental caracteriza um decreto por antecipação, eis que aposenta funcionária pela compulsória, quando a mesma ainda não atingiu a idade limite para o serviço público.

É um decreto que não encontra conformidade nos dispositivos legais, desautorizando, consequentemente, o registro solicitado, seu embargo de ser baixado um novo ato com fundamento no § 1.º do art. 159 da Lei n. 1.257, já que o petição de fls. 6 induz ter sido esta a pretensão justa e legal da postulante.

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Pela leitura do votado, illustre relator comprova-se o que quase diariamente aponta este Plenário: anormalidades oriundas do Departamento do Pessoal que, no organismo do Estado, pelo menos durante os 5 anos do governo que acabou de expelir, é um órgão inoperante. Várias vezes, tenho denunciado anormalidades, idênticas, sobretudo ao serem julgados processos de funcionários que ultrapassam o tempo limite estatuído pelas Constituições, tanto no Brasil como no Pará, permanecendo nas repartições públicas funcionários com 73 e mais anos de idade, verdadeiros Matusaléns impedindo o acesso, a promoção, a vacância, a novos funcionários. Por estas razões, acompanho plenamente o voto do ministro relator.

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Acompanho o voto do sr. ministro relator".

Unanimemente, foi negado registro à aposentadoria constante do processo n. 2763, consoante o voto do sr. ministro relator.

É anunciado, a seguir, o julgamento do processo n. 2766.

O relator, sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa, faz a seguinte exposição: "O processo n. 2766

de 28/5/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a revogação da aposentadoria do Bacharel Alfredo Lins de Vasconcelos Chaves, no cargo de professor catedrático, padrão R, do Quadro Único, da cadeira de Direito Internacional, da Faculdade de Direito do Pará. O ato executivo consta dos autos às fls. 2 e 3, e veio para registro neste Tribunal. O expediente é volumoso e acidentado, como se verifica do processo anexo n. 0709/53, da S. I. J., constando dela diversas petições do interessado, pareceres, informações e despachos governamentais, uns negando e, afinal, o último, deferindo a pretensão do requerente. Neste pedido, tal processo deu base ao ato executivo que acaba de ser lido, e o governo achou por bem encaminhar o expediente a esta Corte de Contas, para efeito de registro o respectivo ato executivo. No T. C. o processo seguiu o seu curso normal: foi protocolado e despachado pelo sr. presidente à procuradoria que opinou às fls. do processo. É o relatório, do feito.

Com a palavra, o dr. procurador ratifica o parecer de fls. 34 a 35 dos autos e, em aditamento declara oralmente: "A matéria envolve dois aspectos: 1) a matéria propriamente processual, que chamaremos preliminar do processo, e 2) quanto ao mérito. O meu antecessor, dr. Demócrito Noronha, restringiu o seu parecer na parte referente a processual, contra a competência deste Tribunal. Eu, como procurador, agora, adito e aceito, em todos os seus termos, a preliminar levantada pelo dr. Demócrito, de modo que consulto ao Tribunal se ele vai conhecer primeiro a preliminar suscitada, para depois, no mérito, possa eu dar o meu ponto de vista. Quanto à primeira parte, a preliminar, nada temos a aduzir. Quer no parecer que este Tribunal não tenha competência para conhecer do ato que disponibilizou o dr. Alfredo Lins de Vasconcelos Chaves, frente ao que dispõe a própria Lei n. n. 603, de 20/5/53, porque, num dos seus artigos, a lei fala em aposentadorias, reformas e pensões, sendo omissa, por consequente, no que diz respeito à disponibilidade. Quero esclarecer ser esse o meu ponto de vista; a Lei foi sábia, porque não atou da disponibilidade do funcionário, não fica fora do quadro funcional, e sim a disposição do Poder Executivo, a fim de que seja aproveitado nesta ou naquela função da mesma natureza. Dai o dr. Demócrito Noronha levantar a preliminar de não ser competente o T. C. para conhecer o ato.

O sr. Ministro Relator, Mário Nepomuceno de Sousa antes de proferir o seu voto declarou: "Quero esclarecer que, como relator do processo examinei o parecer do dr. procurador, antecessor do atual, o qual, em verdade, faz ligeiras restrições da incompetência deste Tribunal para conhecimento do feito, mas, rigorosamente, o parecer dele não levanta uma preliminar, ele faz considerações apenas".

O sr. Ministro Presidente por isso concede a palavra ao Ministro Mário Nepomuceno de Sousa, para proferir o seu voto: "Pelo ofício n. 580, da Secretaria do Interior e Justiça, vem de ser solicitado a esta Corte de Contas, o registro do decreto executivo n. 2.036, de 22 de maio do ano em curso, o qual, concomitantemente, revoga o decreto de 25 de outubro de 1946, que aposentou o Bacharel Alfredo Lins de Vasconcelos Chaves no cargo de 'Professor Catedrático', padrão R, do Quadro Único, da cadeira de Direito Internacional Privado, da Faculdade de

Direito do Pará, e restabelecer, para todos os efeitos, o decreto também de 25 de outubro de 1946, que pôs em disponibilidade o referido professor.

É óbvio, portanto, que o requerido incide diretamente sobre o ato executivo na parte que disponibilizou com legitimidade ou não, o professor Alfredo Chaves, restabelecendo ato anterior.

Por isso mesmo, flui a indagação preliminar: Tem este Tribunal competência para conhecer e deliberar o assunto questionado.

A Carta Política do Estado, no seu art. 35, atribui competência ao Tribunal de Contas para acompanhar e fiscalizar diretamente, ou por delegações em lei, a execução do orçamento; para julgar as contas dos responsáveis por dinheiro e outros bens públicos e, finalmente, para julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões.

E a Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, limitou-se a reproduzir literalmente, aquela outorga constitucional de competência, e nada mais.

Como se vê, entre os atos discriminados na Constituição e na Lei 603, sujeitas à apreciação desta Corte de Contas, eis, que incluídos na órbita de sua competência, não se encontra a disponibilidade, e isso certamente, pela própria natureza e configuração jurídica do ato.

E se a competência constitui ação legal de direito expresso, não há como movimentá-la por extensão ou analogia.

Em verdade, como bem acentua a ilustrada Procuradoria, o presente processo enfiase matéria de alta indagação de direito, e que ao Tribunal de Contas não compete apreciá-la, face à sua inoportunidade, de vez a aposentadoria, revogada, datar da época anterior à vigência deste Tribunal, e a disponibilidade restabelecida fugir à alçada de sua legislação em vigor.

Dai, a presente preliminar de incompetência.

Em vista do exposto, o sr. ministro presidente submete a votação a preliminar levantada pelo sr. ministro relator.

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Sou pela preliminar levantada, nos termos expostos pelo nobre ministro relator mesmo porque o ato coloca em disponibilidade quem já ultrapassou dos 70 anos. Estou justificando, dessa forma, o meu voto, e acompanho inteiramente a preliminar".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Aprovo a preliminar de incompetência, levantada pelo ministro relator".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Aprovo a preliminar levantada pelo ministro relator".

Unanimemente, foi aprovada a preliminar apresentada pelo sr. Ministro Relator Mário Nepomuceno de Sousa, visto a matéria constante do processo n. 2766, fugir à alçada da legislação do T. C., em vigor.

É anunciado, a seguir, o julgamento do processo n. 2783.

O relator, sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa, faz o relatório: "O ofício n. 597, de 2/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Germiniano Cardoso, no cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola isolada da Vila de Colares, Município de Vigia, originou o processo n. 2783, objeto deste julgamento. O ato executivo consta dos autos às fls. 3. O expediente, propriamente dito teve origem na petição de fls. 6 do interessado. Como se verifica, a petição solicitando aposentadoria está um tanto

defeituosa no seu interesse, em vez de ter sido dirigida ao governador, o foi à Secretaria de Educação e Cultura, que achou que tivesse competência para despachar o expediente. De qualquer maneira, juntou-se ao processo uma ficha funcional do interessado (fls. 7 dos autos). Ouvidos os órgãos técnicos do Estado, o Departamento do Pessoal, através da sua Consultoria Jurídica, ambos opinaram pelo deferimento do pedido. Em verdade, se justifica perfeitamente este requerimento, uma vez que, examinando o assunto, de frente com os dispositivos regulamentares do mesmo, verifica-se a exactidão e legalidade do ato executivo. Com o parecer do dr. procurador, é o relatório do feito.

O dr. procurador, a seguir, expressa o parecer de fls. 11 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Face à legalidade do ato executivo, objeto deste julgamento, concedo o registro da aposentadoria".

Voto do sr. Ministro Belchior de Araújo: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foi registrada a aposentadoria de que trata o processo n. 2783.

É anunciado, após, o julgamento do processo n. 2785, relativo ao ofício n. 610, de 5/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Dorila Gomes da Paixão, no cargo de Servente, classe A, do Quadro Único, com exercício nas Escolas Reunidas de Baão.

O relator, sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, faz o relatório: "Para efeito de registro, foi enviado a esta Corte de Contas o decreto de aposentadoria de Dorila Gomes da Paixão, no cargo de Servente, com exercício nas Escolas Reunidas de Baão, que consta dos autos às fls. 3. Do expediente consta a ficha de serviço prestado pela referida funcionária, de 10 anos, e um laudo de inspeção de saúde (fls. 8 dos autos). De fato, a requerente gozou 10 anos de licença. Há o parecer da Consultoria Jurídica do Departamento do Pessoal, perfeitamente de acordo com o pedido. Com o parecer do dr. procurador, é o relatório do processo".

O dr. procurador, com a palavra, expressa o parecer de fls. 17 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "O ato da aposentadoria está perfeitamente legal. Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Acompanho o sr. ministro relator".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Unanimemente, foi registrada a aposentadoria constante do processo n. 2785.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 2792.

Na qualidade de relator, o sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa faz o relatório: "O processo n. 2792 originou-se no ofício n. 628, de 7/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Adauto Ribeiro Soares, no cargo de Diretor Técnico do Departamento de Assistência aos Municípios. O decreto executivo consta dos autos às fls. 3. A petição do interessado, que deu origem ao expediente propriamente dito, provocando a aposentadoria, consta de fls. 6 do processo. A cer-

tidão junta ao processo foi fornecida pela repartição, como serviço de interessado, pela qual se verifica, dos seus assentamentos, estar de acordo com o que alega o funcionário no seu petição de fls. O Departamento do Pessoal, no processo, simplesmente se restringe a dar o seu parecer, como o seu diretor, mas o fato deles darem o parecer opinando e concluindo pelo deferimento do seu pedido, é uma prova de que há a contestar quanto à legalidade da aposentadoria. Há, porém, um ponto que quero deixar bem esclarecido no relatório do processo, que é justamente, o decreto: aposenta o funcionário no cargo de Diretor Técnico. Na Lei n. 914, que criou a Receita e fixou a despesa para o exercício financeiro de 1955, e que foi prorrogada para o exercício de 1956, no seu texto, na parte referente ao Departamento de Assistência aos Municípios, não existe o cargo de Diretor Técnico, e sim, o cargo de Diretor Geral, em comissão, com os vencimentos de Cr\$ 72.000,00, que é o numerário que serve de base para o cálculo dos proventos do ora aposentado. Ocorre, porém, que a Lei n. 914, de 15/2/54, e o interessado teve o cuidado de esclarecer, na sua petição, que o cargo de Diretor Técnico foi criado pela Lei n. 915, de maneira que quero ler o art. 13, dessa lei, que nada mais é do que a lei que aumentou os vencimentos dos funcionários públicos, mas, no seu bôjo está incluindo uma disposição alterando designação de cargo. Art. 13: "O cargo de Diretor do Departamento de Assistência aos Municípios passa a ser de provimento efetivo, sob a denominação de "Diretor Técnico". Está, portanto, feita e legalmente justificada a alteração e o cálculo feito na base do vencimento de Diretor Geral de Cr\$ 72.000,00. Com os pareceres das Seções Técnicas deste órgão, e da procuradoria, é o relatório do processo".

O dr. procurador, após, expressa o parecer de fls. 11 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Tendo o relatório como parte integrante do feito, aprovo a aposentadoria ora objeto deste julgamento".

Voto do sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Estou de inteiro acordo com o brilhante voto do ministro relator".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "De acordo com o relator".

Unanimemente, foi registrada a aposentadoria constante do processo n. 2792.

É anunciado, a seguir, o julgamento do processo n. 2793, relativo ao ofício n. 628, de 7/6/56, do dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Desembargador Augusto Rangel de Borborema.

Como relator, o sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo faz o relatório de fls. 14 dos autos.

O dr. procurador, em seguida, dá o parecer de fls. 13 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Voto para que seja registrada, nos termos da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, a aposentadoria do Desembargador Augusto Rangel de Borborema, no modo que lhe foi concedida".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Concedo o registro da aposentadoria".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Deito o registro".

Unanimemente, foi registrada a aposentadoria constante do processo n. 2793.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 2794, relativo ao ofício n. 628, de 7-6-56, do sr. dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Lauro Sodré do Couto, no cargo de Oficial Administrativo, classe H, do Quadro Único, lotado no Departamento de Receita da S. E. F.

O sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, designado relator, nos termos do art. 26 do Regulamento Interno, requer adiamento do julgamento do processo para a sessão seguinte, o que foi deferido pela presidência.

A seguir é anunciado o julgamento do processo n. 2795, referente ao ofício n. 628, de 7-3-56, do sr. dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Raimundo Corrêa Varella, guarda-civil de 3a. classe, da Inspetoria da G. C.

O relator, sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, faz o relatório: "O Governo do Estado remeteu a este Colendo Tribunal, em data de 7 de junho do ano corrente, por intermédio do extintor da Secretaria de Estado do Interior e Justiça, Dr. Arthur Cláudio Mello, um expediente relativo a aposentadoria da Guarda Civil de 3a. classe, Raimundo Corrêa Varella, com 8 anos de serviços consecutivos, prestados àquela Corporação subordinada ao Departamento de Segurança Pública que ficou incapacitado, definitivamente, para funções públicas, visto sofrer de cegueira, moléstia prevista em lei, atestada pelo laudo médico da Junta Permanente de Inspeções de Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde Pública, em 2 de fevereiro de 1956, assinado pelo respectivo Presidente Dr. Bolnirio Braga, como se evidencia dos autos às fls. 9. O consultor jurídico do D. P. daquela época, Dr. Casimiro Gomes da Silva, em 6 de março deste ano, para melhor fundamentar o seu parecer, requereu, aos autos, que fosse fornecido a informação, se a visão do olho direito já bastante afetada, do aposentado, podia ser recuperada com um tratamento intensivo, apesar do olho esquerdo já estar com a visão completamente perdida. Feita a diligência perante a aludida Junta, o seu presidente, encaminhou o requerido ao Dr. Dilermando Tobias, oftalmologista, que presta serviços ao Estado, como especialista. Assim se manifestou o Dr. Dilermando Tobias, em 12 de abril do ano em curso: "Sou de parecer, que, dificilmente, se poderá obter uma melhora acentuada da visão do olho direito do paciente que tem se mostrado progressiva a diminuição de sua visão do olho em questão". Em 12-4-56. — (a) Dr. Tobias.

Tudo consta dos autos. Voltou a falar no processo, às fls. 10, o mencionado Consultor Jurídico do D. P., dando seu último parecer, para aposentar o Guarda Civil Raimundo Corrêa Varella, por invalidez, nos termos do item III do art. 2.º da lei n. 1527, de 10 de fevereiro de 1956, que modificou o art. 159 da lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, "devendo perceber nessa situação os proventos assegurados no art. 160, da mesma lei n. 749". Em 26-4-1956.

Nada mais extravagante do que esse parecer, bem atencioso ao patrimônio do desprotegido servidor público, que com o olho esquerdo em completa cegueira, o olho direito com perda progressiva de visão atestada pelo laudo oficial da Secretaria de Estado de Saúde Pública, com 8 anos de serviços consecutivos na função, já assegurados os seus direitos pelo art. 120, da Carta Política do Estado, com uma folha de serviços, irrecomensável merecendo, dos seus preceps, Dr. Paulo Eleutério Flix-chiefes Dr. Flávio Moreira, os mais lhos e Dr. Flávio Moreira, os mais amplios elogios (fls. 8), recebeu nessa conjuntura uma ridícula e ilegal aposentadoria de Cr\$ 3.520,00 anuais, relativa a 8 anos de serviço, interpretada, erroneamente, pelo jurista do D. P., e

Voto do sr. ministro Presidente: — "Deito o registro".

Unanimemente, foi registrada a aposentadoria constante do processo n. 2793.

A seguir é anunciado o julgamento do processo n. 2794, relativo ao ofício n. 628, de 7-6-56, do sr. dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Lauro Sodré do Couto, no cargo de Oficial Administrativo, classe H, do Quadro Único, lotado no Departamento de Receita da S. E. F.

O sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, designado relator, nos termos do art. 26 do Regulamento Interno, requer adiamento do julgamento do processo para a sessão seguinte, o que foi deferido pela presidência.

A seguir é anunciado o julgamento do processo n. 2795, referente ao ofício n. 628, de 7-3-56, do sr. dr. Arthur Cláudio Mello, então S. I. J., remetendo para registro a aposentadoria de Raimundo Corrêa Varella, guarda-civil de 3a. classe, da Inspetoria da G. C.

O relator, sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, faz o relatório: "O Governo do Estado remeteu a este Colendo Tribunal, em data de 7 de junho do ano corrente, por intermédio do extintor da Secretaria de Estado do Interior e Justiça, Dr. Arthur Cláudio Mello, um expediente relativo a aposentadoria da Guarda Civil de 3a. classe, Raimundo Corrêa Varella, com 8 anos de serviços consecutivos, prestados àquela Corporação subordinada ao Departamento de Segurança Pública que ficou incapacitado, definitivamente, para funções públicas, visto sofrer de cegueira, moléstia prevista em lei, atestada pelo laudo médico da Junta Permanente de Inspeções de Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde Pública, em 2 de fevereiro de 1956, assinado pelo respectivo Presidente Dr. Bolnirio Braga, como se evidencia dos autos às fls. 9. O consultor jurídico do D. P. daquela época, Dr. Casimiro Gomes da Silva, em 6 de março deste ano, para melhor fundamentar o seu parecer, requereu, aos autos, que fosse fornecido a informação, se a visão do olho direito já bastante afetada, do aposentado, podia ser recuperada com um tratamento intensivo, apesar do olho esquerdo já estar com a visão completamente perdida. Feita a diligência perante a aludida Junta, o seu presidente, encaminhou o requerido ao Dr. Dilermando Tobias, oftalmologista, que presta serviços ao Estado, como especialista. Assim se manifestou o Dr. Dilermando Tobias, em 12 de abril do ano em curso: "Sou de parecer, que, dificilmente, se poderá obter uma melhora acentuada da visão do olho direito do paciente que tem se mostrado progressiva a diminuição de sua visão do olho em questão". Em 12-4-56. — (a) Dr. Tobias.

Tudo consta dos autos. Voltou a falar no processo, às fls. 10, o mencionado Consultor Jurídico do D. P., dando seu último parecer, para aposentar o Guarda Civil Raimundo Corrêa Varella, por invalidez, nos termos do item III do art. 2.º da lei n. 1527, de 10 de fevereiro de 1956, que modificou o art. 159 da lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, "devendo perceber nessa situação os proventos assegurados no art. 160, da mesma lei n. 749". Em 26-4-1956.

Nada mais extravagante do que esse parecer, bem atencioso ao patrimônio do desprotegido servidor público, que com o olho esquerdo em completa cegueira, o olho direito com perda progressiva de visão atestada pelo laudo oficial da Secretaria de Estado de Saúde Pública, com 8 anos de serviços consecutivos na função, já assegurados os seus direitos pelo art. 120, da Carta Política do Estado, com uma folha de serviços, irrecomensável merecendo, dos seus preceps, Dr. Paulo Eleutério Flix-chiefes Dr. Flávio Moreira, os mais lhos e Dr. Flávio Moreira, os mais amplios elogios (fls. 8), recebeu nessa conjuntura uma ridícula e ilegal aposentadoria de Cr\$ 3.520,00 anuais, relativa a 8 anos de serviço, interpretada, erroneamente, pelo jurista do D. P., e

endossada pelos órgãos administrativos desse importante Departamento. É de se exclamar, então, que o direito do cidadão que não tem Pai Alcaide, é trapa de cozinhal Este é o relatório".

Com a palavra, o dr. procurador expressa o parecer de fls. 15 dos autos, deferindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Voto para que seja transformado o julgamento em diligência para que o Executivo retifique o ato nos seguintes termos: Aposentar de acordo com o art. 159, item III, da lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 2, item III da lei n. 1.237, de 10 de fevereiro de 1956, e art. 161, item II da mesma lei n. 749, Raimundo Corrêa Varella, Guarda Civil de 3a. classe, percebendo nessa situação, os vencimentos integrais do cargo, ou seja Cr\$ 13.200,00 anualmente".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Voto para que seja o julgamento transformado em diligência, afim de que seja o decreto retificado, na parte que trata dos proventos do pensionário, que devem ser integrais".

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Souza: — "Acompanho o voto do sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o relator".

Unanimemente, resolveu o plenário converter em diligência o julgamento do processo n. 2795, consoante o voto do sr. ministro relator.

É anunciado, após, o início do julgamento do processo n. 919, referente a prestação de contas do Asilo São Vicente de Paulo, de Santarém, do auxílio de Cr\$ 1.000,00, que recebeu do Estado em 1954.

Nos termos da letra d) do Ato n. 5, de 14-1-55 (D. O. de 1-1-55), o dr. auditor, Armando Dias Mendes, faz a exposição: "O presente processo foi presidido, na sua instrução, pelo auditor, dr. Benedito José Viana da Costa Nunes, vindo a mim apenas para efeito de relatório, por motivo de férias".

Com a palavra, o dr. procurador expressa o parecer de fls. 66 dos autos.

O dr. auditor, a seguir, lê o relatório de fls. 63 a 64 dos autos. Ainda de conformidade com a letra d) do Ato n. 5, o dr. procurador tem 10 minutos para aduzir novos argumentos, se quiser. Declara o dr. procurador nada ter a aduzir.

O dr. auditor também tem 10 minutos para aduzir novos argumentos ao seu relatório, se achar necessário. Diz o auditor nada ter a acrescentar.

O sr. ministro presidente, então, de acordo com a letra e) do Ato n. 5, designa o sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita para dar o voto orientador no processo n. 919.

É anunciado, após, o início do julgamento do processo n. 1662, relativo a prestação de contas do sr. Raimundo Valério de Alencar, motorista do carro da Secretaria de Estado de Finanças, na importância de Cr\$ 3.190,00, referente ao exercício de 1955.

De acordo com a letra d) do Ato n. 5, o dr. auditor, Armando Mendes, faz a exposição: "O presente processo n. 1662, condensa as Contas mensais do sr. Raimundo Valério, pela aplicação de duodécimos estipulados no Orçamento, para aquisição de gasolina para o carro da Secretaria de Finanças do Estado".

O dr. procurador, a seguir, dá o parecer de fls. 143 dos autos. Com a palavra, o dr. auditor faz o relatório de fls. 144 a 145 dos autos.

O sr. ministro presidente concede, por 10 minutos, a palavra ao dr. procurador, para aduzir novos argumentos, se achar necessário, de conformidade com a letra c) do Ato n. 5. Declara o dr. procurador nada ter a aduzir.

Igualmente, o dr. Auditor tem 10 minutos para aduzir novos argumentos, se assim desejar. "Apenas um detalhe que é interessante ressaltar: o dr. procurador susci-

(Continua na 2.ª pág. da Justiça)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Diário do Município

ANO II

BELÉM — TERÇA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1956

NUM. 1.669

GABINETE DO PREFEITO

Atos e Decisões

LEI N. 3.182 — DE 3 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a João Gouveia dos Santos Freire.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder por aforamento, a João Gouveia dos Santos Freire, o terreno do Patrimônio Municipal situado no lote n.º 19, do loteamento da Curuzu, frente a Passagem. Dimensões: frente — 3m. Fundos — 34m. Área 272 metros quadrados. Forma regular, baldio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.183 — DE 3 DE JULHO DE 1956

Concede, por aforamento, um terreno a Arlindo Ferreira Cordovil.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Arlindo Ferreira Cordovil, o terreno do Patrimônio Municipal, situado na seguinte quadra: Itoirô, Pirajá, 10.º de Dezembro e Almirante Barroso, de onde dista 124,20m. Dimensões: Frente — 6,50m. Fundos — 47,90m. Tem uma área de 311,35 metros quadrados e forma paralelogramica. Confina à direita com o imóvel n.º 1.313, e à esquerda com o de n.º 1.317. No terreno há uma barraca coletada sob o n.º 1.315.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.184 — DE 3 DE JULHO DE 1956

Concede o aforamento de um terreno a João Batista Melo.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo único — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder por aforamento um terreno do Patrimônio Municipal a João Batista Melo, situado nesta capital a quadra: Antonio Barreto, Diogo Moia, Alcindo Cabela e 9 de Janeiro, distando de 9,15m. Dimensões: frente — 7,15m. Fundos — 31,60m. Área 225,94 metros quadrados. Tem a forma

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

paraletlogramica. Confina à direita com o imóvel n.º 663 e à esquerda com o imóvel n.º 669.

No terreno há uma barraca coletada sob o n.º 665, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.185 — DE 3 DE JULHO DE 1956

Autoriza a conceder por aforamento um terreno a Maria Luiza dos Santos.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal de Belém, a conceder, por aforamento, a Maria Luiza dos Santos, um terreno do Patrimônio Municipal situado na quadra: São Jerônimo, João Balby, Castelo Branco e Duque de Caxias, de onde dista 74,15m. Dimensões: frente — 5,90m. Fundos — 52,40m. Linha de travessão — 30,30m. Área de 241,04 metros quadrados. Tem a forma trapezoidal. Confina à direita com o imóvel n.º 1.341, e à esquerda com o imóvel n.º 1.345. No terreno há uma barraca coletada sob o n.º 1.343.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.186 — DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Lindamir da Silva Neves.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Lindamir da Silva Neves, o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: Pirajá, Transmária, 10.º de Dezembro e Almirante Barroso, de onde dista 74,10m. Dimensões: frente — 8,35m. Fundos — 35,40m. Área 242,49 metros quadrados. Forma regular. Confina à direita com o imóvel n.º 1.225, e à esquerda com o imóvel n.º 1.231. No terreno há uma barraca coletada sob o n.º 1.227.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.187 — DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Renato Lima.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Renato Lima, o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: Passagem Monteiro Lobato, Av. Tito Franco, Boulevard Dr. Freitas e Tavares Bastos, a 54m. Dimensões: frente — 12m. Lateral direita 32,25m. Fundos lateral esquerda 32,50m. Forma regular, baldio. Limita-se à direita com terreno requerido por João Batista Alves e à esquerda com terreno requerido por Coriolano Almeida Barreiros.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.188 — DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Manoel Batista de Oliveira.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Manoel Batista de Oliveira, o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: Rodrigues dos Santos, Angelo Custódio, Joaquim Távora e Pedro de Albuquerque, de onde dista 15,82m. Dimensões: frente — 6,12m. Fundos — 26,50m. Área 133,17 metros quadrados. Travessão — 5,46m. Forma regular. Confina à direita com o imóvel n.º 55 e à esquerda com o de n.º 63. No terreno há uma casa coletada sob o n.º 61.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.189 — DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Maria das Dores Nascimento.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Maria das Dores Nascimento, o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: Castelo Bran-

co, Dique de Caxias, João Balby e São Jerônimo, distando de 94,20m. Dimensões: frente — 5m. Fundos — 48m. Linha de travessão — 4,65m. Área 231,36 metros quadrados. Tem a forma trapezoidal. Confina à direita com o imóvel n.º 50 e à esquerda com o de n.º 44. No terreno há uma barraca coletada sob o n.º 46.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.190 — DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Balbina G. de Oliveira.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Balbina G. de Oliveira, o terreno do Patrimônio Municipal situado na quadra: Castelo Branco, 14 de Abril, Boaventura da Silva e Domingos Marretros, de onde dista 57,93m. Dimensões: Frente — 6,50m. Fundos — 65,50m. Área 422,50 metros quadrados. Forma regular. Confina por ambos os lados com quem de direito. No terreno há uma casa coletada sob o n.º 207.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3.191 — DE 2 DE JULHO DE 1956

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a João Silva, o terreno do Patrimônio Municipal, situado na seguinte quadra: Curuçá, Vila Izabel, Coronel Luiz Bentes e Magno de Araújo, de onde dista 58,80m. Dimensões: Frente — 5,40m. Fundos — 47,90m. e tem uma área de 249,08 metros quadrados e linha de travessão 5m. Tem forma irregular e confina à direita com o imóvel n.º 503 e à esquerda com o de n.º 509, no terreno está edificada uma casa coletada sob o n.º 507.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassú Nunes
Secretário de Obras

DIÁRIO DO MUNICÍPIO

LEI N. 3192 DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Benedita Odaléa do Nascimento Ferreira.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Benedita Odaléa do Nascimento Ferreira, o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: 25 de Setembro, Almirante Barroso, Mauriti e Barão do Triunfo a 44 m.

Dimensões: Frente — 5,55 m. Fundos — 42,30 m.; Área 234,765 metros quadrados. Tem a forma regular. Confinar a direita com o imóvel n. 730 e a esquerda com o imóvel n. 774. Terreno edificado com o chalet n. 778.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3193 DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Raimundo Batista Dantas.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Raimundo Batista Dantas, um terreno desta Capital, situado na quadra: Passagem Monteiro Lobato, Avenida Tito Franco, Boulevard Dr. Freitas e Tavares Bastos, onde faz ângulo. Dimensões: Frente — 12 m. Fundos — 31,70 m.; Área 308,40 metros quadrados. Forma regular, limitando-se a direita pela Travessa Tavares Bastos e a esquerda com o terreno requerido por Aristides da Silva Fonseca.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3194 DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Isaura Belém Vieira.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Isaura Belém Vieira o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra Boca do Acre, Rodovia Artur Bernardes, Padre Julião e Passagem das Flores, de onde dista 11,80 m. Dimensões: Frente — 11,80 m. Fundos — 35 m. Área 649 metros quadrados. Forma regular. Confinar a direita com o imóvel n. 107 e a esquerda com o n. 105.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3195 DE 2 DE JULHO DE 1956

Concede por aforamento um terreno a Maximiana dos Santos Silva.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Maximiana dos Santos Silva o terreno do Patrimônio Municipal, situado na seguinte quadra: Maris e Bar-

ros, Timbó, Antonio Everdosa e Pedro Miranda, de onde dista 265 m. Dimensões: Frente — 5,50 m.; fundos — 40 m. Tem uma área de 220 metros quadrados e forma regular, confina de ambos os lados com quem de direito. Terreno baldio.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3196 DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Regina Calandrini e Silva.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Regina Calandrini e Silva o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: Jurunas, Honório José dos Santos, Caripunas e Timbó, a 30,30 m. Dimensões: Frente — 6,50 m.; Fundos 56,20 m.; Área — 365,30 metros quadrados. Forma regular. Confinar a direita com o imóvel n. 364 e a esquerda com o n. 358. Terreno edificado n. 360.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3197 DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Sidney Tyrrell Saunders.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Sidney Tyrrell Saunders o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: 9 de Janeiro, Alcindo Cabela, Conceição e Caripunas, a 49,40 m. Dimensões: Frente — 4,40 m. Fundos — 71,90 m.; Área 316,36 metros quadrados. Forma regular. Confinar a direita e a esquerda respectivamente com os imóveis n. 992 e 983. Terreno edificado sob o n. 990.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3198 DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Honória dos Santos Furtado.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Honória dos Santos Furtado o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: Padre Eutiquio, Apinagés, Passagem de Igarapé-Mirim a 62 metros. Dimensões: Frente — 10 metros. Fundos — 80 metros. Área — 600 metros quadrados. Forma regular. Confinar de ambos os lados com quem de direito. Terreno edificado com um chalet coletado sob o n. 1.424.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3199 DE 3 DE JULHO DE 1956

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a

Francisca de Assis Fonseca.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a Francisca de Assis Fonseca o terreno do Patrimônio Municipal, situado nesta Capital, na seguinte quadra: Nina Ribeiro, Guerra Passos, Rosa Dantin e Cipriano Santos, de onde dista 61,40 metros. Dimensões: Frente — 5,60 metros. Fundos — 41,80 metros. Linha de travessão — 2,80 metros. Tem uma área de 196,26 metros quadrados e tem a forma trapezoidal. Confinar a direita com o imóvel n. 109 e a esquerda com o n. 117. No terreno há uma casa coletada sob o n. 113.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3200 DE 3 DE JULHO DE 1956

Concede uma, terreno por aforamento a José Alberto Pontes Murta.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, um terreno situado nesta Capital a José Alberto Pontes Murta, na quadra: Passagem A e B, Américo Santa Rosa e Silva Rosado, de onde dis-

ta 20 metros. Frente — 10 metros; fundos — 30 metros. Área — 300 metros quadrados. Tem a forma paralelogramica, confinando de ambos os lados com quem de direito, terreno baldio, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

LEI N. 3201 DE 3 DE JULHO DE 1956

Concede, por aforamento, um terreno a José Alberto dos Santos.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, a José Alberto dos Santos um terreno do Patrimônio Municipal, nesta Capital, situado na quadra: Passagem A e B, Avenida Tito Franco, Boulevard Dr. Freitas e Tavares Bastos, a 90 metros. Dimensões: Frente — 12 metros. Fundos: lateral esquerda — 32,70 metros; lateral direita — 32,55 metros. Área de 392,40 metros quadrados. Forma regular, baldio, confinando de ambos os lados com quem de direito.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de julho de 1956.

CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
Valdir Acatauassu Nunes
Secretário de Obras

BOLETIM ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

JURISPRUDENCIA

ACÓRDÃO N. 6.197

Proc. 1.459-56

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso eleitoral, oriundos da 23.ª Zona (Marabá), em que é recorrente o Partido Social Democrático e recorrida a Junta Apuradora do pleito municipal de Itupiranga.

Como bem argumenta o Dr. Procurador Regional, pela leitura da ata verifica-se que a Junta Apuradora anulou a votação da 4.ª seção eleitoral daquele município, tendo o Delegado do Partido Social Democrático recorrido dessa decisão, sem contudo, fundamentar o recurso no prazo de 48 horas, conforme determina o parágrafo único do art. 169 do Código Eleitoral.

Por esse motivo, preliminarmente, acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral, unanimemente, não conhecer do recurso interposto, por não ter sido fundamentado no prazo legal.

Belém, 12 de julho de 1956.

(da) Arnaldo Valente Lobo, P. — Walter Nunes de Figueiredo, relator.

— Antonino Melo — Agnato de Moura Monteiro Lopes — Miguel José de Almeida Pernambuco Filho. Foi presente, Otávio Melo, proc. rég.

ACÓRDÃO N. 6.198

Proc. 1.518-56

PRESTAÇÃO DE CONTAS — Responsável Edgar de Sousa Franco, Diretor da Secretaria deste T. R. E.

Vistos, etc.

O Sr. Edgar de Sousa Franco, diretor da Secretaria deste T. R. E., recebeu da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Pará, no dia 26 de junho de 1956, o adiantamento de (Cr\$ 2.500,00), para empregá-lo no prazo legal, no pagamento de despesas deste Tribunal, subordinadas à Verba 1.0.00 — Custeio; Consignação 1.3.00 — Material de Consumo; Subconsignação 1.3.14 — Material p/ Acondicionamento, etc.; 04 — Justiça Eleitoral; 02 — Tribunais

Regionais Eleitorais, nos termos da requisição do ofício n. 648/56, de 4 de junho de 1956, do Exmo. Sr. Desembargador Presidente deste T. R. E., a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Pará (fls. 5).

O mencionado responsável organizou a competente prestação de contas que, devidamente instruída foi encaminhada com o ofício n. 761/56, de 13 de julho andante, à consideração do Exmo. Sr. Desembargador Presidente, que a submeteu ao julgamento deste Tribunal (fls. 2).

Isto posto:

Considerando que a despesa efetuada foi imputada ao título orçamentário devido;

Considerando que a aplicação e a comprovação do adiantamento se processaram dentro no prazo fixado pela Lei n. 830 de 23 de setembro de 1949;

Considerando, finalmente, que o Exmo. Sr. Dr. Procurador Regional Eleitoral opinou pela aprovação da referida prestação de contas, em seu parecer de fls. 9 e verso;

Acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por unanimidade, de votos, julgar boa e legal a aplicação dada pelo sr. Edgar de Sousa Franco, diretor da Secretaria deste T. R. E., ao adiantamento de dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500,00), recebido a 26 de junho do corrente ano na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, e autorizar, consequentemente, a baixa na responsabilidade do referido funcionário.

Registre-se, publique-se e comuniquem-se a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Pará.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 19 de julho de 1956.

(da) Arnaldo Valente Lobo, P. — Walter Nunes de Figueiredo, relator.

— Antonino Melo — Agnato de Moura Monteiro Lopes — Miguel José de Almeida Pernambuco Filho. Foi presente, Otávio Melo, proc. rég.